



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

MARIANA APARECIDA DOS SANTOS PANTA

**POPULAÇÃO NEGRA EM LONDRINA:  
PROCESSOS MIGRATÓRIOS, DESLOCAMENTOS ESPACIAIS  
INTRA-URBANOS E SEGREGAÇÃO**

---

Londrina  
2013

MARIANA APARECIDA DOS SANTOS PANTA

**POPULAÇÃO NEGRA EM LONDRINA:  
PROCESSOS MIGRATÓRIOS, DESLOCAMENTOS ESPACIAIS  
INTRA-URBANOS E SEGREGAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Linha: Identidades, Memória, Relações Étnico-Raciais e Religiosidades

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria Nilza da Silva

Londrina  
2013

MARIANA APARECIDA DOS SANTOS PANTA

**POPULAÇÃO NEGRA EM LONDRINA:  
PROCESSOS MIGRATÓRIOS, DESLOCAMENTOS ESPACIAIS INTRA-  
URBANOS E SEGREGAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, na área de concentração em Ciências Sociais.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Nilza da Silva  
UEL – Londrina - PR

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Claudelir Corrêa Clemente  
UFU – Uberlândia - MG  
(1º Membro Titular)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria José Rezende  
UEL – Londrina - PR  
(2ª Membro Titular)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Teresinha Bernardo  
PUC – São Paulo - SP  
(1º Membro Suplente)

---

Prof. Dr. Fábio Lanza  
Universidade Estadual de Londrina  
(2º Membro Suplente)

Londrina, 18 de dezembro de 2013.

*Ao meu avô, Colotildes Barbosa Santos (in memória), grande incentivador.*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é profundamente marcado pela trajetória de trabalho iniciada em 2006 junto ao Grupo de Pesquisa e Estudos de Relações Étnico-Raciais e Afro-Brasileiros (CNPq/UEL) e ao Laboratório de Estudos e Cultura Afro-Brasileiros (LEAFRO), vinculados aos projetos de pesquisa *Território e Segregação Urbana: O Lugar da População Negra em Londrina* (2006-2012) e *A população negra em Londrina: Memória e realidade social* (2009-Atual). A própria motivação em relação ao estudo das relações raciais, o intenso esforço para fortalecer a identidade da população negra em Londrina e, sobretudo, para reafirmar a necessidade de promover práticas de reconhecimento e de profundo respeito à comunidade negra, trazendo para a esfera pública as suas contribuições históricas, sociais e culturais, buscando superar a desqualificação, silenciamento e invisibilidade que persiste na atualidade. Portanto, o primeiro agradecimento vai para os colegas do LEAFRO que direta ou indiretamente que contribuíram para este trabalho, sobretudo, pelas diversas discussões conceituais, empíricas e existenciais que travamos. Agradeço em especial a minha orientadora Maria Nilza da Silva por acreditar em meu potencial e por me incentivar nos desafios acadêmicos e profissionais por todos esses anos.

O segundo agradecimento destina-se aos professores Fábio Lanza e Maria José Rezende, membros da minha banca de qualificação, pela cuidadosa leitura do meu trabalho, pela orientação e pelo incentivo.

Agradeço aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina. Agradeço também ao suporte financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes).

Por fim, agradeço ao apoio de minha família, em especial à minha mãe Maria Lúcia dos Santos, grande incentivadora, ao meu irmão Raphael Panta pela torcida e à minha madrinha Maria de Fátima Santos Nascimento, que contribuiu significativamente com a indicação das primeiras entrevistas realizadas no Jardim São Marcos, bem como, juntamente com a minha mãe, contribuiu para o meu equilíbrio e fortalecimento espiritual no decorrer desta trajetória por meio de suas orações.

PANTA, Mariana Aparecida dos Santos. **População negra em Londrina:** processos migratórios, deslocamentos espaciais intra-urbanos e segregação. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

## RESUMO

Este estudo analisa os processos migratórios e os deslocamentos espaciais intra-urbanos de famílias negras até a ocupação territorial do Jardim São Marcos, assentamento urbano localizado na região Sul da cidade de Londrina-PR. O Objetivo central da análise é discutir como se dá o processo de segregação espacial urbana da população negra em territórios marginalizados. Para compreender esta realidade, além das discussões teórico-conceituais, utilizou-se o método qualitativo com a realização de nove entrevistas em profundidade, semi-estruturadas, baseadas em depoimentos orais de chefes de família negros e negras presentes em Londrina a mais de 15 anos e residentes no Jardim São Marcos. Os resultados deste estudo sugerem que os deslocamentos intra-urbanos que desembocam na segregação territorial e no reagrupamento espacial de famílias negras a territórios circunscritos, tendo como limite o assentamento urbano São Marcos, têm como principais determinantes os seguintes fatores: pobreza estrutural da população negra; baixa qualificação educacional e ocupacional; racismo; presença de padrões tradicionalistas segregadores; ausência de políticas públicas específicas e reparatórias.

**Palavras-chave:** Londrina. População negra. Processo migratório. Deslocamentos. Segregação urbana.

PANTA, Mariana Aparecida dos Santos. **Black population in Londrina:** process migration, displacement intra-urban and spatial segregation. 2013. 159p. Dissertation (Master in Social Sciences) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

### **ABSTRACT**

This study analyzes the processes of migration and intra-urban spatial displacement of black families to the territorial occupation of Jardim São Marcos, urban settlement located in the southern region of the city of Londrina. The central objective of the analysis is to discuss how is the process of urban spatial segregation of the black population in marginalized areas. To understand this reality, beyond theoretical discussions concentuais, we used the qualitative method with the completion of nine in-depth interviews, semi-structured, based on oral testimony of householders Negroes and Londrina present in more than 15 years and residents in Jardim São Marcos. The results of this study suggest that intra-urban displacements that lead to the spatial segregation and spatial regrouping of black families circumscribed the territories, whose limit urban settlement San Marcos, have as main determinants of the following factors: structural poverty of the black population, low educational qualification and occupational health; racism; presence of segregating patterns traditionalists; absence of specific policies and reparation.

**Keywords:** Londrina. Black population. Migration process. Displacements. Urban segregation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Distribuição da População Negra por AEDs, Londrina 2000 .....	69
<b>Figura 2</b> - Distribuição da População Negra, Londrina 2010 .....	70
<b>Figura 3</b> – Crescimento da População do Estado do Paraná de 1940 a 1950 .....	80
<b>Figura 4</b> - Ocupações irregulares em Londrina até 2000 .....	103



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Origem dos Entrevistados .....	19
<b>Quadro 2</b> – Nível educacional, trabalho/ocupação dos entrevistado .....	19
<b>Quadro 3</b> - Trajetória migratória até chegarem aos bairros populares ou assentamentos urbano.....	106

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Distribuição da população por raça/cor – Londrina – IBGE 2000.....	68
<b>Tabela 2</b> – Distribuição da população por raça/cor – Londrina – IBGE 2010 .....	68
<b>Tabela 3</b> - Indicadores selecionados sobre as condições socioeconômicas dos grupos de cor ou raça (brancos, pretos e pardos), Brasil, 2000 e 2007.....	60
<b>Tabela 4</b> – Distribuição da população estrangeira por estados do Sudeste e regiões do país – 1872-1920 .....	66
<b>Tabela 5</b> - Distribuição dos grupos raciais por regiões: 1890-1950.....	75
<b>Tabela 6</b> - Nível de instrução completados pela população de 10 anos de idade e mais, segundo a região e a raça, 1940-1950.....	87
<b>Tabela 7</b> - Distribuição da população ativa por setor de atividade econômica, segundo região e raça, 1940-1950.....	93

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 1 - SEGREGAÇÃO ESPACIAL URBANA: ALGUNS CONCEITOS E ANÁLISES</b> .....	22
1.1. A ESCOLA DE CHICAGO .....	24
1.2. SEGREGAÇÕES.....	28
1.3. ALGUNS ESTUDOS RECENTES SOBRE SEGREGAÇÃO ESPACIAL URBANA .....	30
1.4. RAÇA E ESPAÇO URBANO NO BRASIL .....	35
<b>CAPÍTULO 2 - RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL</b> .....	44
2.1. IDEOLOGIA DO EMBRANQUECIMENTO: UMA ESTRATÉGIA DE GENOCÍDIO .....	44
2.2. AS TRÊS CORRENTES DE PENSAMENTO ACERCA RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL.....	53
2.3. REVISITANDO ESTUDOS SOBRE O NEGRO E AS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL.....	56
2.4. LONDRINA: REFLEXO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E RACIAIS BRASILEIRAS .....	65
2.5. O LUGAR DO NEGRO EM LONDRINA.....	67
<b>CAPÍTULO 3 - SEGREGAÇÃO GEOGRÁFICA DE BRANCOS E NEGROS NO BRASIL: DESIGUALDADES RACIAIS E MIGRAÇÕES INTERNAS</b> .....	73
3.1 AS MIGRAÇÕES INTERNAS .....	76
3.2 O PARANÁ COMO DESTINO DOS MIGRANTES: A CHEGADA DAS FAMÍLIAS NEGRAS.....	79
3.3 ASPECTOS SOBRE INFÂNCIA E TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DOS ENTREVISTADOS .....	86
3.4 A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL.....	93
3.5 A MARGINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES .....	101
<b>CAPÍTULO 4 - DESLOCAMENTOS ESPACIAIS INTRA-URBANOS E INSERÇÃO TERRITORIAL NO ASSENTAMENTO SÃO MARCOS</b> .....	105
4.1 DESLOCAMENTOS ESPACIAIS INTRA-URBANOS ATÉ A CHEGADA AO ASSENTAMENTO SÃO MARCOS: O DIFÍCIL COMEÇO.....	108

<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	140
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	144
<b>ANEXOS</b> .....	150
<b>ANEXO A - Imagens do Bairro</b> .....	151
<b>ANEXO B - ENTREVISTADOS</b> .....	153
<b>ANEXO C - Roteiro para entrevista</b> .....	156

## INTRODUÇÃO

Configura-se como problema central dessa pesquisa a elevada concentração de negros<sup>1</sup> em espaços segregados<sup>2</sup> da cidade de Londrina, o que acaba por acarretar a dificuldade de acesso a bens e serviços essenciais, a maior exposição à violência (criminal e policial), estigmas<sup>3</sup> territoriais e estereótipos depreciativos. Pensando nisso, o objeto de estudo dessa análise é o processo de segregação espacial urbana da população negra em um território específico de Londrina, a saber, o Jardim São Marcos, assentamento urbano localizado na região Sul da cidade, cuja ocupação territorial foi iniciada em 1997. Desse modo, a investigação centra-se nas seguintes questões: Qual a origem das famílias negras segregadas? Quais os elementos que atuam estimulando a segregação involuntária da população negra para os territórios marginalizados da cidade como o Jd. São Marcos?

De maneira geral, a maioria dos estudos sobre segregação espacial urbana desenvolvidos no Brasil não consideram a raça como uma categoria analítica central, ainda que se reconheça que os grupos sociais que ocupam os territórios marginalizados sejam predominantemente negros. Entre os poucos textos que analisam os processos urbanos brasileiros tendo a raça como uma categoria analítica central, cabe ressaltar os trabalhos de Raquel Rolnik (1989), Edward Telles (2003), João H. Costa Vargas (2005) e Maria Nilza da Silva (2006), Renato Emerson dos Santos (2012).

De acordo com Vargas (2005, p. 81), não apenas os padrões de ocupação urbana no Brasil estão inexoravelmente ligados à raça<sup>4</sup>, mas também as conceituações sobre

---

<sup>1</sup> Para os estudiosos, a categoria “negros” representa a somatória de pretos + pardos (IBGE).

<sup>2</sup> A cidade de Londrina reflete os padrões de segregação da maioria das cidades brasileiras, pelo menos no que se refere às formas de segregação racializada. Conforme mostra o mapa de distribuição da população negra na cidade (dimensão objetiva da segregação), que será mostrado adiante, os negros estão concentrados, em sua maioria, nos territórios marginalizados da cidade. De acordo com Marcelo Paixão (2003), o negro representa a maior parcela nas periferias e habitações precárias de todo o país, sendo pertinente informar que há uma estimativa de que 70% da população negra brasileira reside em áreas “informais” como favelas, ocupações e moradias autoconstruídas (PAIXÃO, 2003).

<sup>3</sup> O termo estigma é usado em referência a um atributo profundamente depreciativo. De acordo com Erving Goffman (2004: 5) um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outro. O estigma seria então uma situação social em que o indivíduo se encontra impossibilitado de obter uma aceitação social plena. O grupo dos estigmatizados é constituído por indivíduos considerados circunscritos a uma forma de negação coletiva da ordem social, que possui uma marca, uma característica que os torna, na visão dos outros (ditos normais), diferentes ou mesmo inferiores.

<sup>4</sup> O uso do conceito de “raça” segue as contribuições teóricas de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães: “A tese que defendo pode ser resumida em alguns parágrafos, o que faço a seguir. ‘Raça’ é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informado por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminando. As realidades das raças limitam-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne, a empulhação que o conceito de ‘raça’ permite – ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses, e valores sociais negativos e nefastos -, tal

raça decorrem das várias formas como o espaço urbano é compreendido. Se por um lado os territórios podem ser estigmatizados pela elevada concentração de negros, por outro as representações sociais e as políticas oficiais<sup>5</sup> com relação aos lugares pelos quais eles estão super representados, a saber, os territórios periféricos, podem intensificar os estereótipos negativos e justificar a discriminação.

Para abordar esse fenômeno, num primeiro momento foi realizado um aprofundamento da pesquisa bibliográfica acerca da sociologia urbana, migrações internas no Brasil, relações raciais no Brasil, segregação espacial urbana e racial. Paralelamente, foi feita a pesquisa empírica com a realização de entrevistas em profundidade, semi-estruturada, de caráter qualitativo, para analisar as questões relativas aos processos migratórios, à ocupação do território na cidade, o processo de segregação espacial urbana e aspectos da vida cotidiana do negro em Londrina.

A pesquisa empírica consiste na coleta de dados no mundo social para testar, gerar ou interagir com as proposições da ciência social. Como alerta Tim May, não se deve confundir os termos empírico e empirismo, tendo em vista que no último acredita-se que os fatos falam por si mesmos e não requerem nenhuma explicação de cunho teórico (MAY, 2004, p. 25). A principal crítica a esse tipo de pesquisa refere-se à produção de dados sem teoria e a reflexão da realidade social sem a devida problematização. Sendo assim, na presente pesquisa, a análise sociológica busca abarcar tanto os *valores sociais* (elementos culturais objetivos da vida social) como as *atitudes* (características subjetivas do grupo social considerado).

Para responder as questões levantadas, além da literatura, esse estudo analisa os processos migratórios e os deslocamentos espaciais intra-urbanos de famílias

---

conceito tem uma realidade social plena, e combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite” (GUIMARÃES, 1999, p. 11).

<sup>5</sup> Em dezembro de 2012, Londrina recebeu a instalação da primeira Unidade Paraná Seguro (UPS), projeto desenvolvido pelo Governo do Paraná que se assemelha às Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro com a diferença que no Paraná não há participação do Exército Brasileiro. Foi a 12ª UPS instalada no Estado, e a segunda no interior. O bairro escolhido para a instalação da UPS, com base no critério de índice de crimes, foi o Jardim União da Vitória, o maior assentamento urbano da cidade, localizado na região sul. São 37 policiais atuando no patrulhamento diariamente. Cf. matéria publicada em 10/12/2012 no G1 Paraná: **Segunda UPS do interior do Paraná é instalada em Londrina, no norte.** Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2012/12/segunda-ups-do-interior-do-parana-e-instalada-em-londrina-no-norte.html>, Acesso em: 10/09/2012.

Conforme as notícias circuladas nos jornais, o principal objetivo das UPSs é realizar ações integradas de desenvolvimento urbano e social, controle do crime (especialmente relacionados ao tráfico de drogas) e o resgate da cidadania nas áreas que receberam as bases do policiamento comunitário. Contudo, como alerta Luis Antonio Machado da Silva, a simples idéia de que esses espaços precisam de policiamento diário, indica que os moradores, em conjunto, são vistos com acentuada desconfiança, tanto pelo restante da população urbana, quanto pelas instituições de manutenção da ordem pública (SILVA, 2010, p. 4).

negras até a inserção territorial no Jardim São Marcos por meio da investigação da trajetória de vida de chefes de família<sup>6</sup>, negros e negras, presentes em Londrina há mais de 15 anos. A análise parte do contexto das migrações internas, aqui entendidas como processo social, cujas causas estruturais impelem o grupo negro a se pôr em movimento. Contudo, busca-se considerar tanto às causas estruturais das migrações, quanto às *atitudes individuais* para migrar.

Thomas e Znaniecki defendem que a análise sociológica deve considerar ao mesmo tempo os valores sociais, que são os elementos culturais objetivos da vida social, e as *atitudes*, que são: “as características subjetivas dos indivíduos do grupo social considerado [...]. A atitude é um conjunto de idéias e emoções que se transforma em uma disposição permanente em um indivíduo e lhe permite agir de maneira estereotipada” (COULON, 1995, p. 30).

O conceito de atitude é descrito pelos autores como “o processo da consciência individual que determina a atividade real ou potencial do indivíduo no mundo social. A atitude é a contrapartida do indivíduo aos valores sociais, e toda atividade humana estabelece um elo entre esses dois elementos” (THOMAS; ZNANIECKI *apud* COULON: 1995, p. 30). Essa idéia tem suas raízes no pensamento do sociólogo, filósofo e economista alemão Max Weber que, tendo como objeto da sociologia a *ação social*, enfatiza a figura do agente, do ator da ação, bem como os significados que a ação tem. Em outras palavras, nesse tipo de análise sociológica – ao contrário das proposições de Durkheim que defendia que só era preciso explicar os fenômenos sociais pela influência de outros fenômenos sociais - considera-se a intervenção a nível individual. Mais especificamente, consideram que um fato social é uma articulação dos valores coletivos e das atitudes individuais:

---

<sup>6</sup> Segundo o IBGE, caracteriza-se como chefe de família a pessoa responsável pelo domicílio. Esta pessoa é reconhecida pelos demais moradores de uma residência como tal. O termo está associado à responsabilidade mediante os demais membros da família e é muitas vezes a mais importante fonte de sustento. Por muitos anos o título de chefe de família foi destinado principalmente a pessoas do sexo masculino. No entanto, nos últimos dez anos houve um aumento significativo de famílias chefiadas por mulheres, o que levou a adoção mais recente do termo “responsável pelo domicílio”.

O efeito de um fenômeno físico depende unicamente da natureza objetiva desse fenômeno e pode ser calculado com base em seu conteúdo empírico, ao passo que o efeito de um fenômeno social depende do ponto de vista subjetivo do indivíduo ou do grupo e só pode ser calculado se conhecermos não apenas o conteúdo objetivo de sua suposta causa, mas também o significado que tem para os seres conscientes considerados... Uma causa social é complexa e deve incluir ao mesmo tempo elementos objetivos e subjetivos, valores e atitudes (THOMAS; ZNANIECKI *apud* COULON: 1995, p. 31).

Nessa perspectiva, os processos de segregação espacial urbana foram analisados à luz de algumas teorias elaboradas sobre o tema. As experiências individuais se manifestam como elementos vivos deste processo.

### **A pesquisa empírica**

Na tentativa de compreender a realidade específica do negro em Londrina, pesquisadores e estudantes filiados ao Grupo de Pesquisa e Estudos de Relações Étnico-Raciais e Afro-Brasileiros e ao Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO), que se dedicaram ao tema através de subprojetos de iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso, e de pós-graduação, com monografias e dissertações, fizeram o levantamento do material empírico, utilizando como método qualitativo a realização de mais de 50 entrevistas em profundidade, estruturadas em histórias de vida e experiências cotidianas de pessoas negras, a maioria, moradoras da cidade há mais de trinta anos. Todos os depoimentos coletados desde 2006 (gravados em áudio e transcritos na íntegra), foram sistematizados por meio do processo de (re)leitura, tabulação e organização dos dados discursivos que agregam um conjunto de fragmentos de histórias de vida, formando um rico material qualitativo para a interpretação dos seguintes eixos temáticos: identificação do sujeito; trajetória profissional; trajetória educacional; trajetória na cidade e no bairro; trajetória familiar; trajetória da vida social; trajetória da vida afetiva; questões relacionadas a saúde do entrevistado(a) e, por fim, questões relacionadas a cor/raça, racismo e a discriminação racial. A identificação de aspectos recorrentes, convergentes ou divergentes, bem como as exceções, visa à estruturação de um estudo mais aprofundado acerca do tema das relações étnico-raciais em Londrina, bem como a publicação dos resultados das pesquisas científicas produzidas.

Partindo do contexto da pesquisa mais ampla, delimitou-se a presente dissertação de mestrado fazendo uso somente do material empírico coletado pela autora desse



trabalho. Das dezenove entrevistas que realizou, utiliza-se nove, que foram feitas especificamente no Jd. São Marcos, bairro localizado na Zona Sul de Londrina. Optou-se pela análise deste território, pelo fato do mesmo apresentar fortes indícios de discriminação, pelas precárias condições de vida de seus moradores, por habitar um número significativo de famílias negras e pelos indicadores de segregação territorial. O bairro é uma ocupação urbana estigmatizada e demarcada pela marginalização social, onde os moradores enfrentam dificuldades referentes à invisibilidade do território, ou, quando este é visto às representações sociais geralmente são negativas como: buraco, favela, lugar de criminosos e assim por diante. Como ressalta Sabatini e Sierralta (2006, p. 172), viver em um bairro cuja ocupação territorial é ilegal, em que as construções são irregulares é indubitavelmente um fator de identidade negativa. Nas palavras dos autores, “um primeiro degrau na construção dos estigmas territoriais”.

Optou-se pelo método de entrevistas semi-estruturadas, no qual as questões são especificadas, porém o entrevistador está mais livre para ir além das respostas fornecidas. Esse tipo de entrevista permite que as pessoas respondam mais nos seus próprios termos do que as entrevistas padronizadas e fornecem uma estrutura de maior comparabilidade do que as entrevistas focalizadas.

Todas as entrevistas utilizadas nesse trabalho, após serem transcritas na íntegra (trabalho custoso e lento), foram sistematizadas. Sabe-se que esse tipo de entrevista produz um elevado volume de dados que se encontram extremamente diversificados em razão das peculiaridades da verbalização de cada entrevistado. De acordo com Tim May, ao afastar-se do formato estruturado de entrevistas, torna-se necessário empregar técnicas que possam construir algum sentido analítico a partir dos dados brutos. Os métodos convencionais para realizar isso, envolvem a codificação das respostas abertas para permitir a comparação. A maneira pela qual os dados são categorizados depende dos objetivos da pesquisa e dos seus interesses teóricos.

Depois de transcritas, todas as entrevistas foram organizadas em um único arquivo no qual os depoimentos de todos os entrevistados foram agrupados por eixo temático. As respostas semelhantes foram categorizadas sob títulos particulares. No decorrer da análise a maior preocupação foi em fixar-se na ação em curso, na atitude tomada frente ao contexto mais amplo. Buscou-se compreender o discurso e extrair deles os aspectos mais importantes articulando-os as teorias relevantes que serviram de marco de explicação para as descobertas a partir da pesquisa de campo.

## O Jardim São Marcos

A escolha pelo Jardim São Marcos se deu principalmente pela elevada concentração de negros no lugar<sup>7</sup>, pelo conhecimento prévio do assentamento em razão de uma pesquisa previamente realizada no decorrer da iniciação científica e pelo fato deste bairro, assim como outros assentamentos da cidade, representar o limite de uma ocupação territorial. Em termos segregacionistas, esse território não se confunde com os bairros populares ou conjuntos habitacionais, nos quais é o mercado imobiliário que indica a localidade onde as condições financeiras do morador podem alcançar. Nesse padrão segregacionista, como é o caso do Jardim São Marcos, não há alternativas. Trata-se de uma estratégia de sobrevivência. Esse foi o ponto crucial que levou à escolha desse bairro.

O Jardim São Marcos, localiza-se na região Sul de Londrina. É classificado pela COHAB-LD como um assentamento urbano situado em uma área apta a ser regularizada, conforme o Cronograma de Áreas em fase de Regularização<sup>8</sup>. O processo de regularização busca estabelecer com precisão de quem é a posse da terra, para posteriormente legitimá-la, garantindo assim a segurança jurídica para os assentados.

A ocupação inicialmente irregular do território foi iniciada em 1997. Atualmente o bairro conta com 160 unidades habitacionais e uma população estimada em 480 habitantes<sup>9</sup>. Em 2007, período de realização das primeiras entrevistas no bairro em razão do trabalho de iniciação científica, já havia muitas casas no local, porém, sem saneamento básico e sem asfalto. A maioria das casas são autoconstruídas, bastante precárias e pequenas. O serviço público de coleta de lixo era recente e o transporte coletivo passava apenas quatro vezes ao dia (realidade que permanece). As outras entrevistas foram realizadas em 2012, especificamente para o desenvolvimento da dissertação de mestrado. Atualmente o Jardim São Marcos encontra-se asfaltado e houve alguns avanços nos serviços públicos essenciais.

---

<sup>7</sup> Embora neste trabalho não haja o número concreto de negros que habitam o Jd. São Marcos, esse bairro se localiza em uma das áreas de Londrina com a maior concentração de negros, ou seja, onde há mais de 35% de pretos e pardos.

<sup>8</sup> Cf. **Áreas em Fase de Regularização**. Disponível em: [http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/cohab/regularizacao\\_fund/Cohab-LD-Areas-em-Fase-de-Regularizacao.pdf](http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/cohab/regularizacao_fund/Cohab-LD-Areas-em-Fase-de-Regularizacao.pdf). Acesso em 23/02/2013.

<sup>9</sup> Cf. <http://www2.londrina.pr.gov.br/cohab/index.php/empreendimentos/londrina-conjuntos-habitacionais?showall=&start=78>

## **Apresentação dos entrevistados**

As pessoas que compuseram a amostra foram localizadas através de indicações pessoais após as informações fornecidas pela pesquisadora sobre os objetivos da pesquisa. Seguindo as contribuições teórico-metodológicas de Paul Thompson, - autor considerado um dos maiores especialistas no uso da metodologia da História Oral - no decorrer da realização de cada entrevista, buscou-se demonstrar interesse, respeito e capacidade de compreensão acerca da opinião de cada um dos entrevistados. Nesse processo, evitou-se discordar do informante e lhe impor ideias, com o objetivo de não induzi-los a pensar do mesmo modo que a pesquisadora e, conseqüentemente, acabar obtendo informações enganosas.

Foram retirados dos depoimentos orais dos entrevistados o gaguejar em procura de uma palavra, pausas, hesitações perturbadoras e falsos começos com intuito de evitar a distorção que ocorre quando a palavra falada é enquadrada na disciplina da prosa escrita, visando facilitar a legibilidade. No entanto, a gramática, a textura da fala e a ordem das palavras foram mantidas como foram faladas, evitando reordená-las para fazer mais fluente, tendo em vista que, segundo Thompson, introduzir cognitivos que jamais estiveram no depoimento original, pode tornar a fala irreconhecível, deteriorá-la por meio da transcrição, ou mesmo resultar em um novo sentido que não era a intenção do falante (THOMPSON, 1992, p. 293-297). Dessa forma, buscou-se manter o texto escrito, tão fiel quanto possível, tanto ao caráter quanto ao significado do original.

Foram realizadas nove entrevistas, sendo uma delas com um casal simultaneamente, totalizando assim 10 informantes. Todos os entrevistados, após serem esclarecidos sobre a proposta do estudo e sobre os conteúdos da entrevista, assinaram o Termo de Consentimento Esclarecido autorizando ou não sua identificação. No decorrer do trabalho, são utilizados pseudônimos, ou seja, nomes fictícios para as pessoas, como medida ética de preservação da identidade dos entrevistados. Seguem os quadros de identificação dos entrevistados.

**Quadro1** - Origem dos Entrevistados

Entrevistados	Estado de origem dos entrevistados	Estado de origem dos pais dos entrevistados
Adriana	Paraná	Bahia
Anderson	Paraná	Paraná (mãe) São Paulo (pai)
Ângela	Paraná	Minas Gerais
Elisa	Paraná	Paraná (mãe) Bahia (pai)
Jorge	Paraná	Bahia
Lourenço	Pernambuco	Pernambuco
Nair	Sergipe	Sergipe
Rita	Paraná	Minas Gerais
Silvana	Paraná	Paraná (mãe), Bahia (pai)
Vânia	Paraná	Paraná (mãe) Minas Gerais (pai)

**Quadro 2** - Nível educacional, trabalho/ocupação dos entrevistados

Entrevistados	Nível de escolaridade	Trabalho/Ocupação
Adriana	Ensino médio completo	Atualmente é do lar. Foi doméstica e diarista
Anderson	Ensino médio completo	Eletricista. Quando mais novo foi lavrador.
Ângela	Ensino fundamental incompleto	Atualmente é do lar e está desempregada por problemas de saúde. Foi auxiliar de serviços gerais e doméstica.
Elisa	Ensino fundamental incompleto	Atualmente é do lar e está desempregada por problemas de saúde. Foi operadora de máquinas e doméstica.
Jorge	Ensino fundamental incompleto	Pedreiro
Lourenço	Não alfabetizado	Aposentado. Trabalhou durante quase toda a vida na atividade de exploração de pedreiras.
Nair	Não alfabetizada	Aposentada, do lar. Sempre trabalhou como lavradora.
Rita	Ensino fundamental incompleto	Atualmente é babá. Foi zeladora, doméstica e auxiliar de serviços gerais.
Silvana	Ensino fundamental incompleto	Atualmente é do lar. Foi auxiliar de serviços gerais, doméstica, pedreira e faz “bicos” (serviços informais).
Vânia	Ensino fundamental incompleto	Doméstica

O primeiro capítulo - Segregação Espacial Urbana: alguns conceitos e análises - propõe uma discussão acerca de algumas considerações sobre a segregação espacial urbana, sobretudo, de pesquisas desenvolvidas em cidades brasileiras. O objetivo é apreender a noção de segregação em diferentes abordagens e contextos para posteriormente trazer à tona a realidade da população negra em Londrina.

O segundo capítulo – Relações Raciais no Brasil - tem como objetivo apresentar uma abordagem teórica geral acerca das relações raciais no Brasil para melhor compreender a realidade do grupo social considerado neste trabalho. O capítulo é iniciado com uma discussão sobre a ideologia do embranquecimento, que ainda apresenta acentuadas repercussões na atualidade, inclusive na influência acerca de processos segregativos. Posteriormente são apresentados os três principais paradigmas que constituem as teorias que estruturam o pensamento acerca das relações raciais no Brasil, a saber, a teoria de Gilberto Freyre<sup>10</sup>; Roger Bastide e Florestan Fernandes; Carlos Hasenbalg. Em seguida discutem-se os principais aspectos históricos trazendo à tona a realidade do negro no Brasil hoje. Por fim, busca-se situar Londrina em meio ao contexto das desigualdades sociais e raciais desenvolvidas no Brasil, bem como expor as dimensões objetivas da segregação espacial da população negra na cidade.

No terceiro capítulo - Segregação Geográfica de Brancos e Negros no Brasil: Desigualdades Raciais e Migrações Internas- é discutida a trajetória de migrantes que vieram para o Estado do Paraná. O período de chegada dos entrevistados mais velhos, bem como dos pais dos entrevistados mais novos, é testemunho do ritmo crescente dos movimentos migratórios verificado no Brasil, sobretudo, a partir da década de 1950. É nesse contexto que se localiza a chegada da maioria das famílias provenientes principalmente do Estado de Minas Gerais e Nordeste brasileiro. Nesse capítulo, são abordados também alguns aspectos acerca da trajetória educacional e ocupacional dos entrevistados, já que aqui, acredita-se que a mobilidade espacial encontra-se estritamente articulada à mobilidade social, ou a falta dela.

---

<sup>10</sup> É importante ressaltar que o pensamento de Gilberto Freyre não é utilizado como referencial teórico central neste trabalho. Ao contrário, o presente estudo baseia-se primordialmente nos estudos desenvolvidos por Roger Bastide e Florestan Fernandes e, principalmente nas contribuições teóricas de Carlos Hasenbalg. Esses autores exercem fortes críticas a análise das relações raciais desenvolvidas por Freyre, sobretudo em razão da suposta harmonia racial brasileira abordada pelo autor (que posteriormente Florestan Fernandes identificou como “mito da democracia racial”) que foi desmistificada pelos primeiros. Ainda assim, é preciso reconhecer

Considera-se ainda, que o processo migratório de famílias negras não termina quando estas migram de seus Estados ao lugar de destino. Ao chegar à nova sociedade, novamente o grupo negro é posto em movimento, porém, os deslocamentos passam a ser intra-urbanos, ou seja, dentro da cidade.

O quarto capítulo – Deslocamentos Espaciais Intra-Urbanos e Inserção Territorial no Assentamento São Marcos - aborda os deslocamentos espaciais intra-urbanos das famílias negras, cujo itinerário urbano reflete intensamente a dinâmica do processo de segregação territorial desse contingente populacional.

## CAPÍTULO 1

### SEGREGAÇÃO ESPACIAL URBANA: ALGUNS CONCEITOS E ANÁLISES

*A história da comunidade negra é marcada pela estigmatização de seus territórios na cidade: se, no mundo escravocrata, devir negro era sinônimo de subumanidade e barbárie, na República do trabalho livre, negro virou marca de marginalidade. O estigma foi formulado a partir de um discurso etnocêntrico e de uma prática repressiva; do olhar vigilante do senhor na senzala ao pânico do sanitarista em vista ao cortiço; do registro esquadrinhador do planejador urbano à violência das viaturas policiais nas vilas e favelas. Para a cidade, território marginal é território perigoso, porque é daí, desse espaço definido por quem lá mora como desorganizado, promíscuo e imoral, que pode nascer uma força disruptora sem limite. Assim se institui uma espécie de apartheid velado, que se, por um lado, confina à comunidade à posição estigmatizada de marginal, por outro, nem reconhece a existência de seu território, espaço quilombo singular.*

Raquel Rolnik (1989, p. 16)

Esse capítulo propõe uma discussão acerca de algumas considerações sobre a segregação espacial urbana, sobretudo, de pesquisas desenvolvidas em cidades brasileiras. O objetivo é apreender a noção de segregação em diferentes abordagens e posteriormente trazer à tona a realidade da população negra em Londrina.

A cidade reúne num mesmo lugar populações diferenciadas, que coexistem e interagem todas ao mesmo tempo, produzem, consomem, criam e recriam no interior desse espaço comum. A cidade é concomitantemente território e população, quadro físico e unidade de vida coletiva, configuração de objetos físicos e nó de relação entre os seres sociais. Yves Grafmeyer mostra em seu livro *Sociologia Urbana* que podemos decidir interessarmo-nos mais pelo território ou pela população, no entanto, as duas ordens de realidades são indissociáveis. É justamente a sua interação que convém considerar se quisermos concordar sobre uma definição geral da cidade ou pelo menos sobre as suas características mais significativas e constantes (GRAFMEYER, 1994, p. 13). Para o autor:

*Algumas análises concentram-se sobretudo nas populações, outras, pelo contrário, nos espaços. No entanto, em ambos os casos, não conseguem evitar interrogar-se sobre os modos de articulações entre estes dois aspectos do mundo urbano. Outras análises incidem mais particularmente sobre os diversos fenômenos de interdependência que atravessam as actividades, as populações, as instituições e os territórios da cidade. Para esse efeito, podem mobilizar abordagens que discorrem em termos de sistemas, ou ainda em termos de processos (GRAFMEYER, 1994, p. 24).*

Para analisar esses processos complexos, Yves Grafmeyer afirma que é preciso situar a compreensão no cruzamento das lógicas dos sujeitos e das determinantes estruturais. Por um lado, a perspectiva macrossociológica interessa-se por evidenciar regularidades válidas à escala de toda uma sociedade ou, pelo menos, de uma subpopulação importante envolvendo a lógica de tratamentos estatísticos. Num outro extremo, concentra-se uma forma mais aprofundada, nas unidades de observação de dimensão reduzida e até mesmo nas biografias individuais (GRAFMEYER, 1994, p. 87). Para tanto, é preciso debater problemas, estratégias e caminhos com que o pesquisador se depara no decorrer do processo de investigação em meio urbano.

Entre os estudos mais significativos publicados no início do século XX acerca das questões urbanas, destacam-se as produções realizadas no âmbito da chamada Escola de Chicago, criada nos Estados Unidos no início do século XX. A Escola é pioneira na prática etnográfica voltada ao contexto urbano num âmbito primordialmente sociológico. A sociologia urbana elaborada no domínio da Escola de Chicago, influenciada pela obra de Georg Simmel<sup>11</sup>, introduziu métodos de pesquisas originais, destacando-se os métodos descritivos, a exemplo dos depoimentos orais, que foram utilizados no presente estudo. A Escola de Chicago se tornou referência em pesquisas urbanas ao tomar a cidade como laboratório de análise da mudança social (FRUGOLLI JÚNIOR, 2007, p. 14-18).

Nesse sentido, alguns estudos que se preocupam em analisar os processos de ocupação das cidades brasileiras têm suas raízes fundamentadas nas análises da Escola de Chicago. Robert Park e seus colegas de Chicago, por meio de estudos empíricos diversificados e de uma antropologia da vida urbana, que, na linha dos trabalhos de Simmel, concederam um conceito de distância que não se limitava ao conceito mecanicista de deduzir que a distribuição dos indivíduos e dos grupos no espaço físico é sempre o indicador das distâncias. Considerando que a cidade põe em contato uma multidão de pessoas desconhecidas, a proximidade física não garante a proximidade social, tendo em vista que o espaço não é o único obstáculo à comunicação e a distância social nem sempre é mensurável adequadamente em termos puramente físicos. Sendo assim, para estudar os jogos de proximidades e distâncias que atravessam o mundo urbano é necessário analisar as características objetivas que definem as posições dos indivíduos e dos grupos no seio do espaço social; a natureza e amplitude das relações que se instauram entre eles e as

---

<sup>11</sup> Importante sociólogo alemão que estabeleceu conexões entre sociabilidade e cidade moderna com estudos recorrentes nas relações de vizinhança, sobretudo, em bairros marcados pelo caráter comunitário, relações entre grupos em regiões centrais e periféricas.



configurações espaciais associadas a estas posições e a estas relações (GRAFMEYER, 1994, p. 51-53).

### 1.1 A ESCOLA DE CHICAGO

Denomina-se Escola de Chicago um conjunto de trabalhos de pesquisa sociológica realizados por professores e estudantes da Universidade de Chicago entre 1915 - quando a influência de William I. Thomas e Robert E. Park tornou-se decisiva - e 1940. A sociologia da escola de Chicago destacou-se, sobretudo, pela pesquisa empírica que marcou a insistência dos investigadores em produzir conhecimentos úteis para a solução de problemas sociais concretos. A sociologia urbana desta Escola se sobressaiu pela série de estudos consolidados sobre os problemas que enfrentava a cidade de Chicago, destacando-se estudos sobre imigração e as relações étnicas, criminalidade e conhecimento da cidade e a resolução dos seus problemas sociais. Os sociólogos da Escola contribuíram determinantemente para o desenvolvimento de métodos originais de investigação que inclui o trabalho de campo sistemático, a utilização científica de documentos pessoais e a exploração de diversas fontes documentais, o que atualmente é conhecida como sociologia qualitativa. Em outras palavras, instaurou-se uma sociologia da ação no lugar de uma sociologia especulativa (COULON, 1995, p. 7-8).

A ideia da Sociologia Urbana teria surgido em razão da necessidade de enfrentar problemas “práticos” urgentes relacionados ao enorme crescimento das cidades que acompanhavam a industrialização e o desenvolvimento capitalista, sobretudo nos Estados Unidos, com a imigração em massa de contingentes europeus em fins do século XIX e início do XX. Entre os nomes mais representativos da Escola de Chicago, destaca-se Robert E. Park, que influenciou estudiosos como Ernest Burgess e Roderick Mckenzie que exerceram e ainda exercem grande influência sobre os estudos urbanos nos Estados Unidos (VELHO, 1976, p. 7-8).

Os anos de 1915 a 1935 abrangem um período de liderança de Chicago na sociologia. No entanto, o final do ano de 1935 foi marcado pelo declínio da supremacia da Escola em razão da rebelião<sup>12</sup> ocorrida no seio da Sociedade Americana de Sociologia, que

---

<sup>12</sup> Em dezembro de 1935, na reunião anual da American Sociological Society, o grupo dos oponentes ao amplo domínio exercido por Chicago se organizou e conseguiu derrubar os líderes que dirigiam a sociologia americana desde os seus primórdios, provavelmente em razão da divergência sobre os métodos de pesquisa utilizados, um enfrentamento entre dois tipos de sociologia. Um quantitativo e positivista, caracterizado pelo

acarretou a crescente utilização de técnicas de pesquisa quantitativa (COULON, 1995, p. 82, 117). Em 1937 surgiu uma nova orientação radicalmente diferente da sociologia empírica de Chicago, que dominou a sociologia americana nos anos seguintes. O novo paradigma baseava-se na união entre teoria e a pesquisa quantitativa. Sendo assim, embora a abordagem empírica da Escola de Chicago tenha representado uma inovação nos métodos de investigação e constituído seu patrimônio mais célebre, não se pode negligenciar o conjunto de métodos de pesquisa utilizados pelos pesquisadores da Escola de Chicago que incluiu o desenvolvimento da pesquisa quantitativa. A sociologia quantitativa começou a se desenvolver entre 1930 e 1940, configurando-se os traços dominantes na sociologia americana a partir da Segunda Guerra Mundial (COULON, 1995, p. 82-83).

A Escola de Chicago pode ser considerada o berço de uma grande variedade de abordagens empíricas que deixou para trás a sociologia especulativa que marcara a época precedente. Alain Coulon (1995, p. 113-114) analisa que como movimento intelectual e teórico, uma primeira Escola de Chicago se encerrou com a Segunda Guerra Mundial, no momento em que a sociologia americana tornou-se mais quantitativa e mais diversa no plano teórico. Por outro lado, a sociologia qualitativa desenvolvida pela Escola de Chicago têm influências consideráveis sobre sociólogos de todo o mundo por proporcionar vários temas de pesquisa à sociologia contemporânea, por ter indicado atitudes metodológicas singulares e ter aberto caminho para certas correntes teóricas. A grande importância da Escola de Chicago instaura-se no impulso dado para o desenvolvimento de métodos de pesquisa.

Na obra *Estrutura Urbana e Ecologia Humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940)*, Mario Antonio Eufrazio apresenta um estudo expositivo, analítico e interpretativo do aspecto mais central da Escola de Chicago: a sociologia urbana que se desenvolveu na primeira metade do século XX, entre as duas guerras mundiais. Para Eufrazio (2013, p. 10), a Escola de Chicago é de fato, a primeira escola de sociologia urbana da história da sociologia.

Na presente pesquisa são mobilizados os conceitos de valores sociais (que são os elementos culturais objetivos da vida social) e de atitudes individuais (que são as características subjetivas dos indivíduos do grupo social considerado) desenvolvido por Thomas e Znaniecki, já abordado na introdução desse trabalho. Em Thomas, o fato de levar em conta no processo causal o significado da ação para os indivíduos é fundamental

---

funcionalismo, e o outro qualitativo e humanista, caracterizado pela sociologia de campo praticada em Chicago (COULON, 1995, p. 25).

(COULON, 1995, p. 31). Os conceitos foram amplamente utilizados nos estudos sobre imigração e relações étnicas realizados no âmbito da Escola de Chicago.

Outro conceito desenvolvido por Thomas em 1923 que é mobilizado neste trabalho, é o de *definição da situação*, que foi uma das principais noções da Sociologia Americana por várias décadas:

O indivíduo age em função do ambiente que percebe, da situação a que deve fazer frente. Pode definir cada situação da vida social por intermédio de suas atitudes anteriores, que o informam sobre esse ambiente e lhe permitem interpretá-lo. A definição da situação, portanto, depende ao mesmo tempo da ordem social tal como se apresenta ao indivíduo e da história pessoal deste. Sempre há um conflito entre a definição espontânea de uma situação por um indivíduo e as definições sociais que sua sociedade lhe oferece (COULON, 1995, p. 41).

A noção de segregação desenvolvida no âmbito da Escola de Chicago por um de seus principais expoentes, Robert Erza Park, estava relacionada à língua, à cultura e à raça. Grande parte das pesquisas de Park foram desenvolvidas em bairros imigrantes, onde eram constituídos os guetos no início do século XX.

Inspirado em Simmel, Robert Park propôs uma reflexão sobre a cidade a partir de duas dimensões constitutivas: uma organização física, relacionada à estrutura e uma organização de ordem moral. Para o autor, “os processos de segregação estabelecem distâncias morais que fazem da cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram”. Isso acaba por possibilitar que o indivíduo passe rápida e facilmente de um meio moral a outro, e encoraja a experiência fascinante e perigosa de viver simultaneamente em vários mundos diferentes e contíguos, mas amplamente separados (PARK, 1979, p. 72).

Cabe mencionar que alguns estudos mais recentes têm tecido várias críticas aos modelos de segregação formulados no âmbito da Escola de Chicago, sobretudo, em razão de esses modelos serem desenvolvidos especialmente para as cidades americanas e, na visão de alguns autores, não serem aplicáveis a realidade da América - Latina (PRETECEILLE; 2004; NEGRI, 2008).

Flávio Villaça também critica fortemente os estudos desenvolvidos no âmbito da Escola de Chicago pela forma tradicional de estudo da segregação sob a ótica centro *versus* periferia, que não corresponde a realidade das cidades latino-americanas, tendo em vista que aqui não é raro que pobres ocupem regiões centrais. “Essa falsa visão decorre da

teoria dos círculos concêntricos da Escola de Chicago, do início do século XX. O Rio de Janeiro, por exemplo, sempre desmentiu essa visão, pois a Zona Sul nunca teve periferia pobre” (VILLAÇA, 2011, p. 38).

*Estudos sobre espaços segregados: diferenças e aproximações*

Em *Os condenados da cidade*, Loïc Wacquant conduz análises acerca da marginalidade urbana e espaços segregados das grandes metrópoles nos Estados Unidos e na França, buscando tratar da questão do aparecimento de um processo de marginalidade característico das sociedades avançadas. O autor que analisa profundamente duas comunidades em dois países desenvolvidos: o gueto negro norte-americano e a periferia urbana francesa constata que a marginalidade urbana não é igual em todos os lugares (exótica, improdutiva e brutal) como é tipicamente retratada.

Dessa forma, Wacquant induz a reflexão de que é preciso desenvolver imagens mais complexas e diferenciadas dos marginalizados da cidade, para que se possa compreender corretamente a sua condição social em contextos nacionais diferentes. Contudo, as semelhanças existem em diversas sociedades, sobretudo quando se considera a questão da exclusão ou marginalização social e racial urbana nas cidades:

*Favela no Brasil, poblacione no Chile, villa miséria na Argentina, cantegril no Uruguai, rancho na Venezuela, banlieue na França, gueto nos Estados Unidos: as sociedades da América Latina, da Europa e dos Estados Unidos dispõem todas de um termo específico para denominar essas comunidades estigmatizadas, situadas na base do sistema hierárquico de regiões que compõem uma metrópole, nas quais os párias urbanos residem e onde os problemas sociais se congregam e infeccionam, atraindo a atração desigual e desmedidamente negativa da mídia, dos políticos e dos dirigentes do Estado. São locais conhecidos, tanto para forasteiros como para os mais íntimos, como “regiões problema”, “áreas proibidas”, circuito de “selvagem” da cidade, territórios de privação e abandono a serem evitados e temidos, porque têm, ou se crê amplamente que tenham excesso de crime, de violência, de vício e de desintegração social (WACQUANT, 2005, p. 7).*

Loïc Wacquant chama a atenção para o fato de que algumas destas regiões servem como reservatórios ativos de força de trabalho de baixa qualificação; outras regiões são apenas armazenamento de população excedente considerada sem utilidade política e econômica; outras, ainda, são depósitos espaciais para o exílio de grupos sociais indesejáveis:

Assim, no Brasil, o mesmo rótulo de *favela* pode conter áreas estáveis que continuam a oferecer abrigos sólidos de integração da classe trabalhadora dentro da cidade, zonas nas quais as vítimas da “desindustrialização regressiva” são entregues ao seu próprio destino, vivendo da economia informal das ruas, cada vez mais dominada por atividades criminosas, e enclaves de *marginais* marcados pela experiência do estigma do grupo e da mácula coletiva (WACQUANT, 2005, p. 11 – grifo do autor).

Wacquant alerta para que categorias ou vocabulários não sejam entendidos e retratados de maneira uniforme. O termo favela, por exemplo, pode exprimir posições diferentes na hierarquia socioespacial brasileira. No Distrito Federal, por exemplo, morar em favela significa estar em posição de forte precariedade urbana, enquanto no Rio de Janeiro a favela já atingiu maior estabilidade. Além disso, no próprio interior das metrópoles podem existir acentuadas diferenças entre as posições sociais das favelas das áreas centrais e as localizadas nas extremidades das cidades. Nesse sentido, uma importante diferença do gueto norte-americano das favelas brasileiras, incide no fato que morar nos guetos de Nova York ou de Chicago significa pertencer à mesma posição inferior dos habitantes negros e pobres no conjunto desta sociedade. Já no Brasil, os moradores de favelas ou periferias pobres não apresentam o mesmo grau de isolamento dos guetos norte-americanos, visto que estes geralmente estão inseridos na divisão social do trabalho e, ainda que em posições marginais, mantêm relações de troca com o mundo social exterior (RIBEIRO, 2005, p. 17).

## 1.2 SEGREGAÇÕES

### Algumas noções de segregação

O termo segregação normalmente é empregado para qualificar as formas mais visíveis de divisão social do espaço, bem como uma maneira de interpretar os princípios explicativos e a significação social dos fatos que se observam. “No sentido etimológico, a segregação é a acção de separar, de afastar” (GRAFMEYER, 1994, p. 45). No entanto, o termo é empregado de inúmeras maneiras, que implicam pontos de vista distintos sobre as formas assumidas pela segregação urbana e sobre os processos que a geram. “Qualquer que seja a maneira como a definimos, a segregação é sempre, ao mesmo tempo, um fato social de distanciação e uma separação física” (GRAFMEYER, 1994, p. 51).

Para Grafmeyer, uma primeira perspectiva sobre segregação refere-se às “*diferenças de localização* entre grupos definidos pela posição social ou pela origem étnica”.

Um grupo poderá ser considerado como tanto mais segregado quanto mais a sua distribuição residencial se afastar daquela considerada para o conjunto da população da cidade ou pela medida do grau de disparidade entre dois grupos distintos. A segunda perspectiva não se importa tanto com as distâncias socioespaciais entre grupos, mas sim com “às suas *oportunidades desiguais de acesso aos bens materiais e simbólicos oferecidos pela cidade*”. Por fim, um terceiro tipo de abordagem relaciona mais diretamente o “tema da segregação com as figuras do enclave, da relegação, e até o gueto. [...] Qualifica mais amplamente *toda forma de reagrupamento espacial que associa estreitamente as populações desfavorecidas a territórios circunscritos*” (GRAFMEYER, 1994, p. 46-47, grifo do autor).

Para Michel Wieviorka, o termo segregação é ambíguo, já que designa tanto um processo quanto seu resultado. O autor define a segregação racial da seguinte forma:

A segregação racial é, pois, ao mesmo tempo um processo e o seu resultado: mantém um grupo à distância, localizado em espaços próprios que lhes são reservados, enclaves, guetos, territórios de um tipo ou de outro. Essa separação geográfica completa-se ocasionalmente com medidas de circulação restritivas. Pode alcançar até a interdição de penetrar em certos espaços ou abandonar aqueles que lhes são reservados. [...]. A segregação pode ser direta e explicitamente racial; pode também decorrer mais de processos econômicos e sociais do que propriamente racistas que desemboquem em uma separação racial. Pode residir no fato de o grupo dominante não querer se misturar ao grupo que ele trata de maneira racista; pode também ao contrário, residir no fato de que esse último encontrar nos espaços comunitários recursos culturais, até mesmo econômico, dos quais ele não dispõe em outras partes (WIEVIORKA, 2007, p. 65-66).

Além de todas essas formas de segregação, Wieviorka destaca que segregação é total quando ela é ao mesmo tempo racial e social, em que o racismo se combina com a exclusão social (WIEVIORKA, 2007, p. 67).

Sabatini e Sierralta entendem que a segregação residencial consiste em relação espacial que pode ser tanto a separação como a proximidade territorial entre pessoas que pertencem ao mesmo grupo social. Os autores apresentam três dimensões principais da segregação:

- a) a tendência de certos grupos sociais em concentrar-se em algumas áreas da cidade; b) a conformação das áreas com alto grau de homogeneidade social; e c) a percepção subjetiva que se forma sobre o que é segregação “objetiva” (as duas primeiras dimensões), tanto para os que pertencem a bairros ou grupos segregados, como para os que estão fora deles (SABATINI e SIERRALTA, 2006, p. 171).

Além das dimensões objetivas da segregação mencionadas pelos autores, estes ainda se referem a uma dimensão subjetiva da mesma, que está relacionada primeiramente à percepção que as pessoas têm do fato de pertencer a um grupo social que ocupa o espaço de maneira peculiar. Mais especificamente, o sentimento de ser marginal, de pertencer a uma espécie de “resíduo social”. Para Sabatini e Serralta (2006: 171), esse é um fator-chave para que a segregação produza efeitos profundos de desintegração social. Em segundo lugar, os autores evidenciam que a segregação está relacionada à identidade e ao prestígio atribuído a bairros ou áreas da cidade. De um lado, “encontram-se os estigmas territoriais que se encarregam de marcar os bairros ‘ruins’. Todos que lá vivem são suspeitos. De outro, os bairros de prestígio, denominados ‘exclusivos’ pelos corretores de imóveis, o que não deixa de ser eloquente por si mesmo” (SABATINI e SIERRALTA, 2006: 172).

No decorrer deste trabalho, a utilização dos termos: “território segregado”, “bairro segregado” e “espaço segregado”, referem-se especificamente as localidades pobres, separadas, afastadas daquelas áreas consideradas importantes para o conjunto da cidade, sobretudo, a região central. A referência ao distanciamento do centro não diz respeito ao modelo clássico de segregação que se apresenta sob a forma de círculos concêntricos, que implica nos mais ricos residirem no centro e os mais pobres na periferia. Como alerta alguns autores (VILLAÇA, 2011; SABATINI e SIERRALTA, 2006), esse padrão é típico das cidades norte-americanas e não corresponde a realidade da América Latina, já que por aqui é relativamente comum que pobres ocupem regiões centrais e existem áreas ricas na periferia. Como analisa Sabatini e Sierralta (2005: 173), para os grupos pobres segregados das cidades da América Latina, o acesso aos lugares centrais da cidade é fundamental para a sobrevivência. Nessa perspectiva, neste trabalho, entende-se que o distanciamento do centro acaba por limitar as oportunidades aos bens materiais e simbólicos oferecidos pela cidade.

### 1.3 ALGUNS ESTUDOS RECENTES SOBRE SEGREGAÇÃO ESPACIAL URBANA

#### **Segregação na América Latina**

A exemplo dos estudos desenvolvidos no âmbito da Escola de Chicago, nos Estados Unidos os estudos sobre segregação enfatizam mais a questão racial, sobretudo a formação dos guetos negros e latinos. No âmbito dos estudos desenvolvidos na América Latina, a análise do processo de segregação encontra campos mais amplos de discussões e pesquisas na categoria socioeconômica.

Conforme a discussão levantada por Silvio Moisés Negri (2008: 141), o processo de construção da segregação sócio-espacial da América Latina passou por três períodos de padrões de segregação. O primeiro período se dá mais ou menos entre o século XVI a 1850, abrangendo quase todo o período colonial. Este caracteriza-se pela centralidade das moradias da classe alta.

O segundo período localiza-se temporalmente em torno de 1850 a 1930. Nesse momento, a sociedade já alcança um nível de desenvolvimento satisfatório de locomoção com os bondes e os trens. Esse desenvolvimento acarreta mudanças no padrão de habitação da sociedade, propiciando condições para que a classe alta possa morar mais distante do centro. Enquanto a classe alta se muda para locais mais afastados do centro, a classe de renda mais baixa passa a ocupar as regiões centrais, formando-se cortiços próximo aos seus locais de trabalho (NEGRI, 2008: 142).

Por fim, no terceiro período, que se inicia em torno de 1930, acentua-se a preferência da classe alta por determinadas áreas paralelamente ao grande fluxo migratório que caminha em direção às cidades, compostos principalmente por trabalhadores rurais. Muitos desses trabalhadores, expropriados de suas terras, acabam por chegar às periferias por meio da formação de loteamentos populares, favelas e conjuntos habitacionais (NEGRI, 2008: 142).

Outro estudo importante que focaliza a questão da segregação especialmente na América Latina é o de Sabatini e Sierraltada (2006). Com o objetivo de entender os processos de segregação residencial nas cidades latino-americanas os autores criticam a definição multidimensional e operacional que influenciou a investigação sobre segregação em escala global, a elaborada pelos sociólogos Douglas Massey e Nancy Denton, nos Estados Unidos (1988; 1993). A crítica mais intensa incide sobre o fato de que este, segundo os autores, é um modelo impróprio para analisar a realidade latino-americana. Uma das críticas destina-se a questão da “centralização” como uma dimensão da segregação. Como já foi mencionado anteriormente por Negri (2008), na América - Latina é relativamente comum que pobres ocupem regiões centrais. Nessa mesma perspectiva, para Sabatini e Sierraltada (2006: 172) a centralização “corresponde à distância entre o lugar da residência e o centro e é uma medição indireta de segregação para o caso típico das cidades americanas, mas não se verifica nas cidades latino-americanas, isto é, o fato de pobres residirem nas áreas centrais”.

Outra questão importante, é que os estudos sobre segregação nos Estados Unidos, geralmente consideram a questão da raça, enquanto Sabatini e Sierraltada consideram que o mercado imobiliário e as suas racionalidades é a principal causa da evolução da



segregação residencial nas cidades da América Latina, sem considerar a raça como uma categoria analítica importante.

### **Segregação no Brasil**

No Brasil, existem diversas publicações importantes que focalizam diretamente a ocupação territorial nas cidades brasileiras e os processos de segregação urbana (CALDEIRA, 1997; NEGRI, 2008; SABATINI; SIERRALTA, 2006; VILLAÇA, 2011), contudo, raça não aparece como uma categoria analítica importante nesses trabalhos. O enfoque central dessas pesquisas instaura-se na questão das desigualdades entre as classes sociais, questões econômicas e mercado imobiliário. Para esses autores, os fatores mencionados são os principais causadores da segregação. Na maioria dos estudos a segregação tende a ser analisada na relação com outros processos entendidos como condicionantes do fenômeno, como já havia analisado Lago (2005). Destacam-se os fatores de mudança na estrutura social, aumento da pobreza, exclusão social, elitização do mercado imobiliário, entre outros processos utilizados para explicar o aumento da segregação. Predomina-se o enfoque das causas e não dos efeitos da segregação (LAGO, 2005). Contudo, o trabalho desenvolvido por Caldeira (1997) focaliza alguns impactos do novo padrão de segregação a partir da formação dos “enclaves fortificados”.

Tereza Pires do Rio Caldeira (1997) trata da escala de segregação urbana na região metropolitana de São Paulo, comparando-a com um fenômeno similar em Los Angeles. A autora mostra como o novo padrão de segregação residencial urbana, mais especificamente, os enclaves fortificados - espaços fechados, monitorados, com sofisticadas tecnologias de segurança que garantem a exclusividade e a restrição para residência, consumo, lazer e trabalho - vêm atraindo as classes médias e altas. A retórica que o justifica é o crescimento do crime e o medo da violência. Em contrapartida, a esfera pública das ruas se destinaria aos pobres. Uma vez que empreendimentos legais e lotes em áreas com maior infra-estrutura ficam cada vez mais caros e inacessíveis à população pobre, esta é empurrada para os lotes em áreas precárias.

Segundo a autora, os enclaves fortificados, ao adotarem novas estratégias de proteção, modificam a paisagem urbana, geram cidades fragmentadas em que os princípios básicos de livre circulação tendem a ficar limitados. Os enclaves fortificados conferem aos seus moradores um alto *status*. Ao elaborar distâncias sociais, cria meios para afirmação de

diferenças e desigualdades sociais. A segregação social então passa a ser um valor. Segundo Caldeira (1997, p. 161):

Num contexto de medo crescente do crime, em que os pobres são muitas vezes associados à criminalidade, as classes médias e altas temem contato e contaminação, mas continuam a depender dos seus empregados. Anseiam por encontrar maneiras mais eficientes de controlar essas pessoas que lhes prestam serviços e com quem mantêm relações tão ambíguas de dependência e evitação, intimidade e desconfianças.

Um aspecto interessante a ser observado, é que nesse novo padrão de segregação, o isolamento significa separação daqueles considerados socialmente inferiores e que o fator central para tal é a segurança (CALDEIRA, 1997, p. 162). Os mecanismos de segurança não só fornecem proteção do crime, como também criam espaços segregados nos quais a exclusão dos indesejáveis e o controle dos “outros” que lá trabalham são exercidas cuidadosa e rigorosamente.

Como evidencia a autora, o próprio tipo de espaço contribui para que os encontros públicos sejam marcados por seletividade e separação. Nessa perspectiva, a intensa produção de falas sobre o crime passa a ser o contexto no qual os habitantes produzem e disseminam estereótipos, classificando determinados grupos sociais como perigosos e, conseqüentemente, como grupos a serem temidos e evitados. Desse modo, Caldeira afirma que “uma das conseqüências de morar em cidades segregadas por enclaves e marcadas pelo medo do crime, é que, ao mesmo tempo em que se diminui o contato entre pessoas de grupos diferentes, as diferenças sociais são percebidas com maior rigidez e a proximidade de estranhos é vista como perigosa (CALDEIRA, 1997, p. 174). Inicia-se então o processo de criminalização da marginalidade<sup>13</sup>.

Barcellos e Mammarella (2007), ao estudar a dinâmica dos condomínios fechados em Porto Alegre corroboram com a visão de Caldeira acerca dos enclaves

---

<sup>13</sup> De acordo com Edmundo Campos Coelho, as formas pela qual as leis são formuladas e implementadas introduzem mecanismos e procedimentos pelos quais se tornam elevadas as probabilidades empíricas de que os marginalizados cometam crimes e sejam penalizados como conseqüência, ou, num sentido inverso, reduzem a probabilidade de que os grupos de status socioeconômicos mais altos cometam crimes ou que sejam penalizados por suas ações ilegais. Por essa forma, dá-se a *criminalização da marginalidade* (COELHO, 2005, p. 286). Mais ainda, pesquisas mostram que brancos e negros tem acesso diferenciado a justiça criminal. A pesquisa desenvolvida por Sérgio Adorno, por exemplo, mostra que brancos e negros cometem crimes na mesma proporção, porém os réus negros tendem a ser mais perseguidos pela vigilância policial, enfrentam maiores obstáculos de acesso à justiça criminal e apresentam maiores dificuldades de desfrutar do direito de ampla defesa assegurado pelas normas constitucionais. O autor ressalta ainda, que os negros recebem um tratamento mais rigoroso e têm maior probabilidade de serem punidos em comparação aos réus brancos. Sendo assim, o autor enfatiza que “que a cor é poderoso instrumento de discriminação na distribuição da justiça” (ADORNO, 1995, p. 63).

fortificados. Contudo, essa abordagem do estudo da segregação moderna, a partir dos condomínios fechados, é criticada por Villaça (2011). Para o autor, esses estudos não colocam a segregação num contexto histórico e não a articulam com o restante da estrutura urbana. Para ele, há uma ausência da articulação entre as esferas econômicas, políticas e ideológicas da sociedade. Segundo Villaça, os condomínios fechados nada se distinguem das tradicionais formas de segregação, já que, no tocante imobiliário essas novas formas de ocupação do espaço urbano em nada se diferem dos bairros de classe alta formados há 80 anos. Embora esses estudos tragam alguns aspectos novos, estes não são *significativamente* novos, afirma o autor (VILLAÇA, 2011, p. 39).

Flávio Villaça parte do princípio de que o espaço urbano é socialmente produzido. Para o autor “*nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser jamais explicado/compreendido se não for considerada a enorme desigualdade econômica e de poder político que ocorre em nossa sociedade* (VILLAÇA, 2011, p. 37, grifo do autor). O autor define a segregação urbana como a mais importante manifestação espacial urbana da desigualdade social. Uma das principais características da segregação apresentadas pelo autor é a acentuada desigualdade entre os espaços urbanos ricos e pobres. Segundo ele: *nenhum aspecto do espaço urbano brasileiro poderá ser jamais explicado/compreendido se não forem consideradas as especificidades da segregação social e econômica que caracteriza nossas metrópoles, cidades grandes e médias* (VILLAÇA, 2011, p. 37 – grifo do autor). Para Villaça, a segregação só pode ser entendida se for explicitamente relacionada à desigualdade. Nesse trabalho, o autor conclui que o tempo de deslocamento é a força mais poderosa que atua sobre a produção do espaço urbano, atingindo as dimensões da forma de distribuição da população e seus locais de trabalho, compras, sérvios de lazer, entre outros. Já que o homem não pode atuar diretamente sobre o tempo, atuam sobre o espaço como meio de atuar sobre o tempo (VILLAÇA, 2011, p. 55).

Silvio Moisés Negri (2008), tece algumas considerações sobre a segregação sócio-espaciais partindo da hipótese de que é a classe de renda mais alta que produz, consome e controla o espaço urbano de acordo com os seus interesses. A partir da revisão teórica de estudos nacionais e internacionais sobre o desenvolvimento do conceito e das metodologias empregadas em pesquisas, o autor conclui que o aspecto econômico sobrepõe todos os outros tipos de segregação. Na perspectiva de Negri, a segregação não é somente um fator de divisão de classes, mas também um forte instrumento de controle desse espaço.

Sabatini e Sierraltada (2006, p. 189) afirmam que “a segregação residencial é uma dimensão espacial da realidade social, não uma simples manifestação espacial desta

última”. Os autores consideram importante que cada cidade conheça a relação entre segregação e outros processos que atuam estimulando-a ou operando com as suas consequências. Os autores consideram que o mercado imobiliário e as suas racionalidades é a principal causa da evolução da segregação residencial nas cidades da América - Latina.

Ao analisar o problema da segregação em algumas cidades americanas, Peter Marcuse (2004) conclui que o Estado articula-se estreitamente com as classes altas influenciando a formação dos guetos negros e, simultaneamente, a formação dos bairros brancos bem consolidados<sup>14</sup>. O papel do Estado em controlar a segregação através da articulação com a classe dominante também é abordada por Caldeira (1997), Villaça (2011), Negri (2008) Vargas (2005) e Hughes (2004).

Pedro Javier Aguerre Hughes (2004) analisa o processo de periferização e as formas como o Estado atuou historicamente nessas regiões. Ele apresenta a questão da violência e o elevado índice de homicídio nos territórios segregados de São Paulo. Para o autor, o Estado está presente e ausente nos territórios da pobreza. Ele está historicamente ausente nos investimentos e na melhoria urbana. Porém, está presente na vida dos moradores das periferias, pautadas por mecanismos de controle social e repressão (HUGHES, 2004, p. 93). Também focalizando a questão da segregação circunscrita a violência, o texto de Patricia S. Rivero (2010) comprova a existência de padrões de mortes em territórios segregados, favelas e bairros pobres no Rio de Janeiro. A autora enfatiza a elevada concentração de civis mortos pela polícia.

A seguir, serão discutidas algumas pesquisas desenvolvidas no Brasil que abordam o fenômeno da segregação espacial urbana, circunscrito à raça.

#### 1.4 RAÇA E ESPAÇO URBANO NO BRASIL

Entre os poucos textos que analisam os processos urbanos brasileiros tendo a raça como categoria analítica central, cabe ressaltar os trabalhos de Raquel Rolnik (1989), Edward Telles (2003), João H. Costa Vargas (2005) e Maria Nilza da Silva (2006). A seguir, será brevemente apresentada a idéia central de cada um desses trabalhos.

Em estudo realizado em 1997, Raquel Rolnik, pioneira na compilação de diretrizes propriamente urbanísticas para a cidade, trata com profundidade o período compreendido entre 1886 e 1936, sendo a última data correspondente à promulgação da

---

<sup>14</sup> Por bairro consolidado, entende-se os territórios com maior poder aquisitivo ou que apresentam melhor infraestrutura, acesso a serviços essenciais oferecidos pela cidade.

primeira anistia geral à construção irregular da cidade. Para a autora, o período em questão é fundamental para compreender a política urbana, tendo em vista que foram instaurados alguns princípios presentes até os dias atuais no que se refere às diversas questões urbanas, como por exemplo, a criação da muralha protetora em torno dos residenciais de elite e a posição extremamente periférica dos bairros populares. Algumas dessas concepções remetem ideia dos condomínios fechados, ou enclaves fortificados, já discutidos anteriormente a partir do trabalho desenvolvido por Tereza Pires do Rio Caldeira. Embora os estudos de Raquel Rolnik aqui mencionados não sejam muito recentes, eles são fundamentais para a compreensão de alguns processos.

Rolnik, em análise sobre a ocupação do território da cidade mostra que desde os primeiros tempos do desenvolvimento industrial e urbano buscou-se excluir o negro desse processo. A substituição da mão-de-obra do escravo negro pelo imigrante livre foi acompanhada por um discurso que difundia a ideia de progresso e civilização. No final do século XIX, as cidades brasileiras, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, que foram especificamente analisadas pela autora, começaram a sofrer um processo de reestruturação econômica e redefinição territorial que substituiu a sociedade senhorial escravista pelos padrões da sociedade capitalista. O resultado prático desse processo configurou-se em uma espécie de projeto de “limpeza” das cidades, acarretando a formação de territórios predominantemente negros<sup>15</sup>.

Presume-se que desde o final do século XIX, os territórios negros, passaram a ser considerados espaços de desclassificados, sobretudo, os cortiços que foram demarcados como territórios desorganizados, inimigos e marginais nos quais a densidade dos contatos do seu dia a dia contrasta com a rigorosa organização e disciplina da classe burguesa. Os novos bairros proletários que surgiam eram habitados majoritariamente por imigrantes brancos, que em 1893 já constituíam 80% nas ocupações manufatureiras e artesanais que cresciam com a expansão industrial, ao passo que os negros se concentravam em cortiços tendo como uma das poucas fontes de emprego, o serviço doméstico, exercidos especialmente pelas mulheres negras. Em 1989, período de publicação deste estudo de Rolnik, a autora percebe uma tendência e intencionalidade em reforçar o confinamento dos negros a partir da ocupação de espaços de segregação e invisibilidade nos centros urbanos, realidade esta que persiste na atualidade. Para a autora:

---

<sup>15</sup> Cf. SILVA, Maria Nilza. *Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo*. Brasília, DF: Fundação Cultural dos Palmares, 2006.

A história da comunidade negra é marcada pela estigmatização de seus territórios na cidade: se, no mundo escravocrata, devir negro era sinônimo de subumanidade e barbárie, na República do trabalho livre, negro virou marca de marginalidade. O estigma foi formulado a partir de um discurso etnocêntrico e de uma prática repressiva; do olhar vigilante do senhor na senzala ao pânico do sanitarista em vista ao cortiço; do registro esquadrinhador do planejador urbano à violência das viaturas policiais nas vilas e favelas. Para a cidade, território marginal é território perigoso, porque é daí, desse espaço definido por quem lá mora como desorganizado, promíscuo e imoral, que pode nascer uma força disruptora sem limite. Assim se institui uma espécie de *apartheid* velado, que se, por um lado, confina à comunidade à posição estigmatizada de marginal, por outro, nem reconhece a existência de seu território, espaço quilombo singular (ROLNIK, 1989: 16).

Uma questão importante abordada por Rolnik é que os territórios negros no Brasil jamais foram exclusivamente negros, como nos Estados Unidos, assim como nunca houve uma política oficial de separação racial como o *apartheid* da África do Sul. Nesse sentido, as referências que são feitas à posição dos negros nas cidades brasileiras, a menção à inexistência de guetos (bairros nos quais são confinados determinados grupos sociais por imposições econômicas e/ou raciais), compreendem esse aspecto como sinal de ausência de qualquer tipo de segregação racial. O fato é que no gueto norte-americano a discriminação racial é aberta e a dominação branca explícita enquanto no Brasil ambas são veladas. Portanto, no polo oposto dos Estados Unidos encontra-se o Brasil, onde negros e brancos compartilham territórios pobres segregados. Contudo, a autora mostra que existem territórios negros específicos (ainda que não sejam exclusivamente negros) tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo. Sendo assim, na perspectiva de Rolnik, é perfeitamente plausível falar em segregação racial, discriminação e dominação branca nessas sociedades, já que a história de ambas as cidades é marcada pela marginalização e estigmatização do território negro. O ponto crucial dessa análise é que no Brasil a segregação racial é mascarada tanto quanto o racismo à brasileira, por isso o uso do termo *apartheid velado*.

Ao discorrer sobre segregação residencial, Edward Telles comparou os modelos de relações raciais norte-americano e brasileiro. Ao fazer uma transposição da imagem dos guetos urbanos dos Estados Unidos para o Brasil, o autor afirma que frequentemente os norte-americanos acham que existe segregação racial nas cidades brasileiras, tendo em vista que os habitantes das favelas são majoritariamente negros, como nos guetos norte-americanos. Nessa perspectiva, Telles relembra que por ocasião de uma primeira estada no Brasil, no final dos anos de 1980 essa analogia lhe pareceu uma representação apropriada da realidade urbana do Brasil. No entanto, ao discutir relação entre

raça e as cidades a ideia predominante no período (e ainda hoje) era de que no Brasil não havia segregação racial, mas sim segregação por classe social, e que as diferenças raciais no campo habitacional existiam apenas na medida em que coincidiam com as diferenças de classes. Além disso, no Brasil não existiam leis que determinassem lugares específicos para os negros, como nos Estados Unidos (TELLES, 2003, p. 161-162).

Assim, se desenvolveu a ideia de que apenas a capacidade de pagar pela moradia num mercado imobiliário determinaria aonde uma pessoa poderia viver independente da cor, já que essas pessoas se distribuía aleatoriamente pelos bairros. A explicação para a predominância de negros nos bairros pobres seria justificada pela predominância de negros nas classes mais baixas, enquanto os brancos seriam maioria na classe média e alta. Esse é o pensamento vigente sobre a distribuição residencial por raça no Brasil, concepção esta que se articula com a crença na democracia racial.

Na década de 1990, exacerbou-se a visão das cidades brasileiras, articulada a questão da divisão racial e territorial, sobretudo após um incidente no Rio de Janeiro, no qual uma multidão de jovens de comunidades pobres da Zona Norte do Rio penetrou as famosas praias da Zona Sul, fazendo arrastões e causando pânico entre os banhistas. Esse episódio fez emergir explicitamente os preconceitos dos moradores da Zona Sul em relação aos habitantes da Zona Norte e das favelas localizadas nos morros “geograficamente próximos, mas socialmente distantes” (TELLES, 2003, p. 162). Esse acontecimento intensificou a percepção de que os jovens da Zona Norte eram quase todos negros, enquanto os habitantes da Zona Sul eram praticamente todos brancos, fato este que causou perturbação no contingente branco e fez desse incidente uma questão racial e não somente socioeconômica. “Isso pôde ser observado na reação dos moradores da classe média, que incluíam desde declarações de medo dos ‘bandos de negros pobres’ até a preparação de clubes de artes marciais da Zona Sul para a defesa contra uma ‘invasão’” (TELLES, 2003, p. 162). Como bem analisou Yves Grafmeyer (1994, p. 52) “a proximidade espacial tanto pode favorecer as relações como pode ativar as tensões”. Neste caso, a classe média branca passou a fazer dos negros inimigos públicos social e politicamente.

Esse exemplo mencionado por Edward Telles ocorrido no Rio de Janeiro foi crucial para revelar as tensões de classe e raça no Brasil. Ao fazer uma analogia dessa situação com a segregação racial existente nos Estados Unidos, Telles afirma que:

A segregação residencial ocupa um papel central nos debates sociológicos norte-americanos sobre relações raciais e desigualdade racial. Massey e Denton (1994) referem-se à segregação entre negros e brancos nos Estados Unidos como um *apartheid* em que a constante rígida discriminação contra os negros é responsável por muitas das desvantagens desse grupo, e inclusive alimenta estereótipos, identidades adversas e a formação de uma subclasse. A segregação racial urbana é frequentemente considerada o estopim das desigualdades raciais, presumivelmente porque se acredita que, se a segregação residencial fosse eliminada, também desmoronaria o edifício da desigualdade racial (TELLES, 2003, p. 163.).

Em relação ao Brasil, a ideia corrente é influenciada pelo pensamento de Gilberto Freyre que, de maneira geral, interpretava as relações raciais como harmônicas ou pouco conflituosas. Sendo assim, Telles afirma que o fato da segregação racial no Brasil não ocorrer da mesma forma que nos Estados Unidos e na África do Sul não significa que a raça seja uma categoria insignificante para a análise das questões urbanas do país. O autor enfatiza que certamente exista mais segregação racial no Brasil do que os brasileiros imaginam.

Ao buscar estabelecer os graus de segregação no Brasil e delinear as implicações gerais disso para as relações raciais, sua tese central é que a segregação racial no Brasil não é auto-evidente e requer uma mensuração sistemática que não implica pressupostos inerentes à segregação baseados na lei, como dos Estados Unidos e da África do Sul, nem tampouco abraçando a ideologia da democracia racial que, segundo o autor, ofusca o entendimento real de como se operam raça e classe no Brasil (TELLES, 2003, p. 164).

Os resultados da pesquisa conduzida por Edward Telles mostram que a segregação brasileira é moderada quando comparada a segregação extrema entre brancos e negros em algumas cidades dos Estados Unidos, local onde é considerado muitas vezes o estopim da desigualdade racial. No Brasil é comum brancos e negros conviverem lado a lado nos bairros pobres e a própria mistura racial no interior das famílias asseguram ainda mais os relativos baixos índices de segregação se comparados com os dos Estados Unidos.

Para o autor, a maior mistura espacial dos brasileiros se deve a ausência de iniciativas oficiais sistemáticas de implementação de segregação como nos Estados Unidos. No entanto, o ponto crucial da análise de Edward Telles incide sobre o fato de que essa interação é geralmente limitada aos bairros pobres do Brasil e ocorre principalmente em ocasiões em que brancos pobres são minoria e os pretos e pardos são maioria. Por outro lado, os brancos da classe média possuem poucos vizinhos negros – com exceção a condição de serviçais – principalmente porque os negros têm sido mantidos fora desta classe. De acordo com Edward Telles:



[...] existe segregação entre os brancos e a população negra, e o fato de que essa segregação pode ser explicada, em parte, por classe, possui implicações importantes. Além disso, a desvantagem dos negros parece ser em parte explicada pelo seu maior isolamento físico da classe média. [...]. Embora a segregação moderada do Brasil tenha permitido certo grau de interação entre pessoas de cores diferentes e maior fluidez do que nos Estados Unidos, ela também ofuscou as perspectivas de resistência das vítimas de racismo por causa de seu efeito na consciência racial e na formação de uma classe média de negros. Logo, a natureza do movimento negro organizado tem bases estruturais bem distintas nos dois países, principalmente devido aos seus respectivos sistemas de segregação racial (TELLES, 2003, p. 182-183).

O geógrafo Ney dos Santos de Oliveira (2002) trata especificamente da segregação por raça e das formas históricas de exclusão racializada nas grandes cidades brasileiras, especialmente no Rio de Janeiro, onde as favelas são ocupadas predominantemente por negros. A partir da utilização do modelo clássico de Massey e Denton - aquele anteriormente criticado por Sabatini e Sierraltada (2006) como impróprio para a realidade da América - Latina - Oliveira mostra como as favelas são ocupadas desproporcionalmente pelos negros em relação ao seu percentual na cidade. Em pesquisa conduzida em uma favela de Niterói, o autor mostra que a comunidade tem um índice de dissimilaridade<sup>16</sup> de 60 (de acordo com o modelo de medição da segregação de Massey e Denton). Em outros termos, isso significa que Niterói tem 70% de brancos e 30% de negros (pretos e pardos auto-identificados), enquanto a favela tem 70% de negros e 30% de brancos (OLIVEIRA, 2002 *apud* VARGAS, 2005, p. 98-99).

Assim como Edward Telles, Oliveira identifica a segregação entre brancos e negros no Brasil como moderada (índice de dissimilaridade de 60). Contudo, essa é apenas a face objetiva da segregação que não revela a dimensão completa da experiência do confinamento negro a territórios circunscritos. Nessa perspectiva, o autor enfatiza ainda as desvantagens da população negra em relação à branca que habita os mesmos territórios segregados (OLIVEIRA, 2002 *apud* VARGAS, 2005, p. 99). Dessa forma, o ponto crucial dessa análise desse autor incide no fato de que o grau aparentemente moderado de segregação é intensificado quando se leva em consideração a condição dos brancos que habitam os mesmos territórios. O negro permanece em desvantagem.

---

<sup>16</sup> “O índice de dissimilaridade, ainda muito utilizado nos dias de hoje, constitui um indicador da relação existente entre a composição populacional das unidades de área (por exemplo, setores ou bairros) e a composição populacional de toda a área de estudo (cidade ou aglomerado urbano). Conceitualmente, este índice mede a proporção da população de um grupo que deveria se mudar para outras áreas para que a composição populacional em cada uma das unidades de área seja idêntica à da cidade como um todo” (FEITOSA, 2005:43).

Em pesquisa publicada em 2005, João H. Costa Vargas descreve os principais eventos políticos que, em 2011, levaram a diretoria da associação de moradores do Jacarezinho, a segunda maior favela do Rio de Janeiro, a instalar portões e câmeras em volta da comunidade, assim como nos condomínios fechados das classes médias e altas. Trata-se de um território pobre e majoritariamente negro. O objetivo seria restringir o abuso policial e o comércio de drogas. O autor analisa, mais especificamente, as imediatas reações negativas a essas medidas na imprensa, especialmente nos jornais e nas redes de TV. Ele mostra o modo como esses discursos, ainda que de modo implícito, desumanizam negros e negras ao associá-los ao crime e ao tratá-los como classe perigosa que aterroriza a vida daqueles que não moram nas favelas.

Para o autor, a forte conexão que se estabelece entre raça e espaço urbano perpetua estereótipos raciais negativos e justifica a discriminação. “Essa perpetuação ocorre de forma curiosa (devido ao modo silencioso como ocorre) e funciona conforme um mecanismo efetivo de manutenção das hierarquias sociais” (VARGAS, 2005, p. 97). Para Vargas (2005: 81), as notícias e opiniões emitidas por políticos, funcionários públicos e acadêmicos, cujos posicionamentos eram totalmente contra as demandas dos ativistas negros da favela (que reivindicavam cidadania plena), expressavam o desejo pelo restabelecimento de relações sociais normalizadas, ou seja, devidamente hierarquizadas.

Segundo Vargas, o racismo brasileiro é “silencioso, mas contundente, persistente e claramente expresso em padrões de segregação residencial” (VARGAS, 2005, p. 81). Nessa perspectiva, os excessos policiais exercidos nos territórios segregados (cuja segregação é involuntária), em sua maioria territórios pobres e negros, correspondem a um padrão histórico ainda em curso. Sabe-se que os “suspeitos” frequentemente mortos nas operações militares de rotina conduzidas pela polícia nos territórios marginalizados são predominantemente negros. Como mostra o mapa da violência, o padrão de abuso policial, muitas vezes letal, é racializado<sup>17</sup>.

Ao contrário de Sabatini e Sierraltada (2006) - que criticam intensamente a definição multidimensional e operacional que influenciou a investigação sobre segregação em escala global, elaborada pelos sociólogos Douglas Massey e Nancy Denton nos Estados Unidos - Vargas acredita na possibilidade de utilizar a perspectiva de Massey e Nancy para analisar processos urbanos e raciais no Brasil. Para tanto, Vargas apresenta alguns conceitos derivados das análises dos Estados Unidos que podem gerar uma estrutura teórica para os

---

<sup>17</sup> Cf. WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPIR/PR, 2012.

estudiosos que buscam compreender como a raça e espaço urbano influenciam-se mutuamente (VARGAS, 2005, p. 102). Certamente as análises precisam ser cuidadosamente adaptadas e modificadas de acordo com a realidade brasileira.

O que Vargas sugere é que sejam desenvolvidos estudos sobre cidades brasileiras que focalizem possibilidades de interconexões cognitivas políticas e históricas entre raça e espaço urbano. Os poucos estudos que foram elaborados nesses moldes, revelam a riqueza de tal perspectiva analítica. Sobre a realidade brasileira, o autor ainda indaga as seguintes questões:

Seriam comunidades pobres tão demonizadas se não fossem consideradas territórios negros? Do mesmo modo, seriam negros vistos de maneira tão negativa não fossem as representações e políticas oficiais com relação aos lugares pelos quais eles estão super-representados, a saber, as favelas e áreas pobres? (VARGAS, 2005, p. 104).

Para o autor, a resposta para essas questões depende do modo como se analisa raça e espaço urbano enquanto elementos constitutivos fundamentais das hierarquias sociais profundamente desiguais no Brasil. Para o autor, as disparidades sociais que caracterizam diversas cidades brasileiras “referem-se tanto à racialização do mundo social quanto às formas como essa racialização torna-se codificada na geografia urbana e social das cidades” (VARGAS, 2005, p. 105).

Por fim, cabe mencionar ainda a pesquisa conduzida pela socióloga Maria Nilza da Silva. Em pesquisa publicada em 2006, a autora, através de estudos sobre aspectos da urbanização da cidade de São Paulo - que foi influenciado pela ideologia eugenista - mostra a forma como os negros foram repelidos das regiões centrais e forçados a ocupar as regiões mais distantes que são as grandes periferias atuais, processo este que é simultaneamente social e racial. Segundo a autora, o lugar urbano e social que o negro ocupa não é o mesmo que o branco, já que a cor é um fator determinante em todos os aspectos da vida social do negro. “Quanto mais claro, melhor será a sua aceitação na sociedade, enquanto que os mais escuros tendem a serem empurrados para fora do lugar ocupado pelos brancos” (SILVA, 2006, p. 71).

Silva mostra ainda que os poucos negros que possuem maior poder aquisitivo, que moram em regiões mais favorecidas, bem localizadas, onde há menos negros, embora possam usufruir de maior conforto urbano, tendem a ser discriminados tanto quanto os negros dos territórios marginalizados. Aqueles que moram nos territórios marginalizados são hostilizados por ocuparem um lugar que não foi destinado ao negro. Neste caso, verifica-

se que uma melhoria na situação econômica ou na posição social não se traduz em ausência de discriminação. A experiência da sociabilidade existe, mas fica restrita pela presença do racismo que se manifesta em todas as dimensões sociais.

Percebe-se que desde a década de 1950, a exemplo de Luiz Aguiar Costa Pinto, pesquisas já vinham indicando que os territórios periféricos, como favelas, ocupações irregulares e assentamentos urbanos, são compostos em sua maioria por pessoas negras. Como analisa Costa Pinto (1952) um dos aspectos mais marcantes da discriminação racial no Brasil é a segregação territorial que impede que os grupos considerados inferiores tenham acesso às regiões centrais ou de maior prestígio social, e quando têm acesso, dificilmente conseguem permanecer por longo período. Esse processo de segregação torna comum o preenchimento de territórios estigmatizados, sobretudo, pela população negra.

Ao propor uma discussão sobre os processos de segregação espacial urbana circunscrita a questão da raça, é crucial proporcionar o debate sobre as relações raciais no Brasil. Dessa forma, será possível compreender as peculiaridades desse grupo social, bem como as desvantagens historicamente acumuladas.

## CAPÍTULO 2

### RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL

O objetivo deste capítulo é apresentar uma abordagem teórica geral acerca das relações raciais no Brasil para melhor compreender a realidade da população abordada nesse trabalho. O capítulo é iniciado com uma discussão sobre a ideologia do embranquecimento, branqueamento, ou brancura, que ainda apresenta acentuadas repercussões na atualidade, inclusive na influência acerca de processos segregativos. Posteriormente são apresentados os três principais paradigmas que constituem as teorias que estruturam o pensamento acerca das relações raciais no Brasil. Em seguida, discutem-se os principais aspectos históricos trazendo à tona a realidade do negro no Brasil hoje. Por fim, busca-se situar Londrina em meio ao contexto das desigualdades sociais e raciais desenvolvidas no Brasil.

#### 2.1 IDEOLOGIA DO EMBRANQUECIMENTO: UMA ESTRATÉGIA DE GENOCÍDIO

O século XIX foi marcado pela propagação das teorias racistas (consideradas científicas) a partir de concepções biológicas, que foram utilizadas para justificar a escravidão, o genocídio e diversas formas de dominação que ocorreram durante toda a história da humanidade. Nessa perspectiva, as ciências sociais contribuíram significativamente para a elaboração e formação do racismo numa época em que a raça<sup>18</sup>, associada a atributos biológicos e naturais, bem como atributos culturais passou a ser objeto de teorização científica. Tais aspectos são evidenciados no estudo de Hannah Arendt, *As origens do totalitarismo*<sup>19</sup> no qual a autora escreve um capítulo destinado ao nascimento da ideologia racista examinando o quadro funcional de três centros principais: a França, a Alemanha e a Inglaterra no final do século XVIII e no início do século XIX. A ideologia

---

<sup>18</sup> Neste trabalho, o uso do conceito de “raça” segue as contribuições teóricas de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães: “A tese que defendo pode ser resumida em alguns parágrafos, o que faço a seguir. “Raça” é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que detona não-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informado por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminando. As realidades das raças limitam-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne, a empulhação que o conceito de “raça” permite – ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses, e valores sociais negativos e nefastos -, tal conceito tem uma realidade social plena, e combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite” (GUIMARÃES, 1999, p. 11). Cf. GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34, 1999.

<sup>19</sup> Cf. ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

racista articula-se aos processos de colonização, imperialismo, os nacionalismos europeus e as concepções de raça entram em convergência com todos os campos do saber que se colocam a disposição para demonstrar a superioridade da “raça” branca sobre todas as outras “raças” e de classificar raças humanas nas pegadas da classificação das espécies. Arthur Gobineau em *Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas* desenvolve seu pensamento sobre a decadência, no qual enfatizava que a mistura entre as raças era fatal para o destino da humanidade. Gustave Le Bon classifica as raças distinguindo as que são superiores, todas indo-europeias (WIEVIORKA, 2007, p. 21-22). Segundo Michel Wieviorka:

O positivismo exerce uma influência bastante forte sobre os autores que, tais como Benjamim Kidd na Inglaterra, ou o sociólogo Alemão Ludwig Gumplowicz, procuram nas ciências naturais a explicação dos processos históricos ou políticos, o que, sem converter, no entanto, esse autores em racistas *avant La lettre*, abre via a posturas explicitamente racistas. [...]. Um pouco mais tarde, no fim do século XIX, em um clima intelectual no qual as ideias de Herbert Spencer chegam a se misturar com a teoria de Charles Darwin sobre a origem das espécies, o Darwinismo social promove ideias racistas, na verdade, bastante distanciadas do pensamento de Darwin: lá onde este último se interessa na mudança e na evolução da espécie pela seleção natural, Spencer salienta as características fixas da raça que autoriza, segundo ele, um grupo racial se manter por meio de lutas, eliminando os espécimes impuros (WIEVIORKA, 2007, p. 22).

Em seu livro *Raça Pura*, a historiadora Pietra Diwan traça um panorama histórico da eugenia no mundo, desde o seu nascimento na Inglaterra, a sua estruturação nos Estados Unidos e a sua disseminação por toda América no século XX. A eugenia moderna<sup>20</sup> foi criada após o lançamento do livro *Origem das Espécies*, de Charles Darwin que influenciou fortemente as formulações de seu primo, Francis Galton, que inaugurou a busca pela melhoria das raças humanas sob o ponto de vista biológico. A teoria evolucionista de Darwin inspirou Galton a desenvolver uma teoria social que tinha como objetivo central a evolução da raça (DIWAN, 2007, p. 37-39).

Em 1907 foi criado em Londres o Laboratório de Galton para Eugenia Nacional que definia a eugenia como: “Estudos dos meios que estão sob o controle social, que possam beneficiar ou prejudicar as qualidades raciais das gerações futuras, tanto física, como moralmente” (DIWAN, 2007, p. 45). A eugenia positiva teve como meta principal estimular a procriação de casais com as “melhores” características e a partir disso constituir a família

<sup>20</sup> O termo eugenia que significa “bem nascido”, foi criado em 1833 por Francis Galton, considerado o pai da eugenia. Na concepção de eugenia estão contidas: a purificação da raça, o aperfeiçoamento do homem e a sua evolução a cada geração. Ser belo, ser forte, ser saudável. A eugenia moderna nasceu sob essas ideias na segunda metade do século XIX, tendo como berço a Inglaterra industrial em crise. Cf. DIWAN, Pietra: **Raça Pura**. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

ideal. Por outro lado, a eugenia negativa teve como base a eliminação dos indivíduos que estavam fora dos padrões determinados pelos “engenheiros sociais”. No âmbito da eugenia negativa a inferioridade era considerada hereditária e, sendo assim, a única forma de livrar a espécie da degeneração seria por meio da esterilização eugênica (consentida ou não); da segregação eugênica (o confinamento dos indesejáveis em sanatório é um exemplo); das licenças para realização de casamentos e leis de imigração restritiva.

Também era previsto métodos como a eutanásia, o infanticídio e o aborto. Durante os anos de 1939 e 1945, os países ocupados pela Alemanha Nazista implementaram tais medidas, tirando a vida de milhões de pessoas em nome da “pureza” racial ariana (DIWAN, 2007, p. 50-52). A lei para Proteção e Honra do Sangue Alemão proibiu os casamentos inter-raciais. Como exemplo, quatrocentas crianças mestiças - fruto de casamentos entre alemães e descendentes de africanos da colônia francesa na África ocupada durante a Primeira Guerra Mundial - foram esterilizadas secretamente. Estima-se que mais de 1.700 tribunais aprovaram cerca de 400 mil esterilizações na Alemanha e nos países ocupados durante a Guerra, entre 1934 e 1945 (DIWAN, 2007, p. 69-70). Em relação à eutanásia, Adolf Hitler iniciou o processo antes da guerra, com a ordem de executar as pessoas com doenças mentais ou físicas que estavam internadas em hospitais alemães com o objetivo de desocupar os leitos no período de guerra. Em seguida, uma lei regulamentando a eutanásia passou a vigorar e, entre 1939 e 1941 foram documentados 100 mil casos de eutanásia. Após essa data, até o fim da guerra foram mais de 150 mil casos documentados. Em 1949, com a criação dos campos de concentração, os indesejáveis, que incluía judeus, ciganos, homossexuais e oponentes ao regime foram assassinados. Os métodos mais utilizados pela política de extermínio dos indesejáveis foram às câmaras de gás, injeção letal e morte por desnutrição (DIWAN, 2007, p. 70-71). Nos Estados Unidos, estima-se que mais de 50 mil pessoas tenham sido esterilizadas entre 1907 e 1949 (sendo 20.308 homens e 29.885 mulheres), considerando que a última lei de esterilização foi revogada somente em 1970 (DIWAN, 2007, p. 57).

No Brasil, a trajetória do pensamento eugenista foi postulada pela ação de Renato Kehl, embora muito antes dele o racismo e a teoria degeneracionista já se instauravam entre intelectuais e médicos brasileiros. À medida que o Brasil passava do Estado Imperial ao Estado Republicano, o país assumiu um projeto de nação que renegou a população negra por meio de um plano ideológico associado às teorias raciais europeias, consideradas científicas, que projetaram a construção de uma consciência nacional de inferioridade dos negros e

superioridade dos brancos (CUNHA JR; RAMOS, 2008, p. 78). Este plano ideológico ficou conhecido como ideologia do embranquecimento, branqueamento ou brancura.

Desde o final do século XIX até meados do século XX, a elite intelectual brasileira esteve profundamente preocupada com a formação do povo brasileiro e com a nova configuração da sociedade, sucessora da escravatura. Nesse período, produziram-se discursos paradoxais sobre a miscigenação, ora aclamando-a como a solução para tornar a população brasileira mais clara, aproximando-a ao máximo da raça ariana, considerada superior à negra, amarela e à vermelha, ora designando-a como vilã contrária ao progresso nacional e sinônimo de degeneração de um povo. Mais tarde, o discurso sobre a miscigenação assumiu nova característica, passando a ser vista como principal mecanismo de um processo que resultaria na democracia racial, motivo de orgulho nacional mediante o cenário mundial repleto de conflitos inter-raciais. Dessa forma, começaram a atuar na construção ideológica dominante, fatores destinados a dar suporte ao mito da democracia racial<sup>21</sup>, ao mesmo tempo em que se dá a produção social da desqualificação do negro para o mercado de trabalho capitalista que se materializa com a implementação de políticas de genocídio desta raça<sup>22</sup>. Como exemplo de políticas de “higiene racial” por meio da extinção do negro no Brasil, cabe ressaltar o Decreto n. 528, assinado pelo então presidente Deodoro da Fonseca no dia 28 de junho de 1890, que determinava: “É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho... [...]. Excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante a autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos” (NASCIMENTO, 1978, p. 71). As estratégias de genocídio do negro no Brasil receberam o apoio da classe dominante do país, incluindo renomados intelectuais, políticos, escritores, historiadores e médicos. Segundo Lilia Moritz Schwarcz:

[...] um grande laboratório racial: era essa a imagem do Brasil no final do século XIX. Construída pelos inúmeros viajantes que aqui estiveram, essa alusão a um país de raças híbridas encontrava também acolhida entre os cientistas nacionais, que se congregavam nos diversos centros de ensino e pesquisa: os institutos históricos e geográficos, os museus etnográficos, as faculdades de direito e de medicina. Adotando modelos do determinismo racial coube a esses intelectuais, porém, o estranho papel de difundir um extremo pessimismo no que tange ao futuro dessa nação mestiça (SCHWARCZ, 1994, p. 152).

Um dos recursos utilizados para o embranquecimento da nação brasileira foi a miscigenação seletiva, através das políticas de povoamento e imigração europeia, partindo

---

<sup>21</sup> Cf. FERNANDES, Florestan. *Significado do Protesto Negro*. São Paulo, Cortez, 1989.

<sup>22</sup> Cf. NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.



da concepção de que o sangue branco purificava, diluía e exterminava o sangue negro, considerado infectado e geneticamente inferior. O processo de branqueamento nacional apoiou-se no estupro da mulher negra pelo homem branco da sociedade dominante, dando origem aos produtos de sangue misto. O tipo miscigenado, atualmente definido como pardo, estabeleceu o primeiro degrau na escada da branquificação sistemática do povo brasileiro (NASCIMENTO, 1978, p. 69). Seria uma ‘função’ regular da escrava proporcionar aos senhores a satisfação de suas necessidades sexuais” (FERNANDES, 1971, p. 90).

Na perspectiva da ideologia do embranquecimento, através da orientação da política imigratória como instrumento básico para embranquecer o país, Arthur Gobineau, famoso escritor francês que permaneceu no Brasil durante quinze meses em missão oficial, declarou que o Brasil necessitava “fortalecer-se com a ajuda dos valores mais altos das raças europeias”. Ele esperava que dentro de dois séculos a raça negra não mais existisse<sup>23</sup> (NASCIMENTO, 1978:70). Gobineau descreveu a situação racial que observou no Brasil da seguinte forma: "Trata-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia" (RAEDERS, 1988, p. 96). Até mesmo Joaquim Nabuco, político, diplomata, historiador, jurista e jornalista brasileiro, conhecido por lutar em favor dos escravizados, demonstrou comprometimento com a política do embranquecimento:

Esse admirável movimento imigratório não concorre apenas para aumentar rapidamente, em nosso país, o coeficiente da massa ariana pura: mas também, cruzando-se e recruzando-se com a população mestiça, contribui para elevar, com igual rapidez, o teor ariano do nosso sangue (NABUCO, 1932 apud SKIDMORE, 1974, p. 221).

João Batista de Lacerda, delegado latino-americano no primeiro Congresso Universal das Raças, em Londres, 1911, declarou que em 2012 a raça negra desapareceria por completo no Brasil: “Em virtude desse processo de redução étnica, é lógico esperar que no curso de mais um século os métis tenham desaparecido do Brasil. Isto coincidirá com a extinção paralela da raça negra em nosso meio” (NASCIMENTO, 1978, p. 72). Esses são apenas alguns exemplos do comprometimento da intelectualidade brasileira com o projeto de nação cujo objetivo era o branqueamento populacional.

A década de 1930 foi marcada pelo grande vigor do discurso eugenista difundido por renomados intelectuais brasileiros que radicalizavam em suas propostas pelo aperfeiçoamento da formação da nacionalidade. Entre as suas proposições, destacam-se a

---

<sup>23</sup> GOBINEAU, Arthur. *Essais sur l'inegalité des races humaines*. Paris, Gallimard - Pleiade, 1983.

defesa do branqueamento populacional, o controle preciso da composição racial brasileira, bem como o controle rigoroso da imigração, que deveria favorecer a elevação da raça branca e, simultaneamente, segregar os diferentes. O discurso científico acerca da mestiçagem<sup>24</sup>, a legitimava como sinônimo de degeneração que ameaça ao progresso do país. O Brasil foi o primeiro país da América do Sul a ter um movimento eugênico organizado, tendo como exemplo, a *Sociedade Eugênica de São Paulo*, fundada em 1918 e a Comissão Central Brasileira de Eugenia organizada em 1930 por Renato Kehl, principal difusor da eugenia no Brasil e interlocutor da Comissão da Sociedade Alemã de Higiene Racial.

Contrariando o discurso científico oficial daquele contexto, no qual se disseminavam a ideia de inferioridade racial dos povos mestiços, situa-se Manoel Bonfim, intelectual, pensador e intérprete do processo de formação do povo brasileiro. Sua relevância incide sobre a sua originalidade, no distanciamento do pensamento corrente entre os interlocutores da época, ao defender desde o início do século XX, que a nação brasileira, multirracial, não era inferior, como muitos teóricos consagrados afirmavam, mas sim foi inferiorizada. Segundo Bonfim, o resultado prático das teorias das raças inferiores foi obscurecer todas as noções de justiça a ponto de inúmeros teóricos consagrados proclamarem com convicção o emprego da força bruta e da opressão como suprema sabedoria. E são a partir desses princípios da sociologia oficial da Europa e dos Estados Unidos, que povos indígenas e negros foram declarados inferiores em massa:

[...] vão os “superiores” aos países onde existem esses “povos inferiores”, organizam-lhes a vida conforme as suas tradições – deles superiores; instituem-se em classes dirigentes e obrigam os inferiores a trabalhar para sustentá-las; e se estes o não quiserem, então que os matem e eliminem de qualquer forma, a fim de ficar a terra para os superiores [...]. Tal é em síntese, a teoria das raças inferiores (BONFIM, 1996, p. 270).

A ideia de preservar o futuro racial do Brasil, sua unidade nacional e sua homogeneização foram algumas das principais preocupações dos eugenistas no decorrer da década de 1920, intensificadas no período em que Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil. Como mostra a análise da historiadora Pietra Diwan (2007, p. 119-120) “toda a política adotada pelo governo Vargas na década de 1930 foi direcionada em defesa do nacionalismo de inspiração nazi-facista”. Cabe ressaltar que, Getúlio Vargas assinou em 18 de setembro de 1945, quase no fim do seu governo ditatorial, o Decreto-Lei nº 7967, que

---

<sup>24</sup> Cf.: MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

regulava a entrada de imigrantes no Brasil de acordo com “a necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia” (NASCIMENTO, 1978:71).

Com o enfraquecimento da Alemanha Nazista na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o eugenismo estava destinado ao esquecimento por ser associado à ideia de intolerância e violência, já que a eugenia nazista propagou a ideologia de pureza racial que culminou no holocausto (DIWAN, 2007, p. 121). Além disso, o silenciamento da história da eugenia no Brasil deve-se ao constrangimento nacional pelo fato de ilustres intelectuais e cientistas brasileiros proclamarem com convicção tais ideais, como suprema sabedoria. Contudo, esse esquecimento não significa que suas ideias desapareceram. De maneira camuflada, essas teorias apresentam acentuadas repercussões na atualidade, sobretudo no que diz respeito aos processos discriminatórios, segregacionistas<sup>25</sup> e psicológicos.

Para Alberto Guerreiro Ramos, que buscou analisar o negro focalizando a questão do ângulo psicológico<sup>26</sup>, a europeização do mundo abala os alicerces da cultura que alcança. Este seria então um dos efeitos da ideologia do embranquecimento. Para ele, a superioridade prática e material da cultura ocidental mediante as culturas não europeias acarreta nestas últimas manifestações patológicas. “O desejo de ser branco afeta, fortemente os nativos governados por europeus. Entre negros, R. R. Moton registrou o emprego do termo <<branco>> como designativo de excelência e o hábito de dizer-se um homem bom que tem um coração <<branco>>” (RAMOS, 1957, p. 152). Guerreiro Ramos descreve este processo como desvio existencial, observável nos Estados Unidos, no Brasil e em qualquer parte do mundo em que as populações estivessem sendo europeizadas. Nesse processo, o negro tende a negar-se como negro, bem como demonstra fortes indícios de desejo de ter outra cor de pele. Segundo o autor:

---

<sup>25</sup> Cf. DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

<sup>26</sup> Para Guerreiro Ramos, o problema efetivo do negro é essencialmente psicológico e secundariamente econômico. Segundo o autor: “a condição dos negros no Brasil só é sociologicamente problemática em decorrência da alienação estética do próprio negro e da hipercorreção estética do branco brasileiro, ávido de identificação com o europeu”. Nessa lógica de pensamento, o autor descortina o “problema do negro” tal como é tratado até então pela sociologia brasileira, e de outro lado, um “problema do negro” tal como é efetivamente vivido (RAMOS, 1957:157).

Ora, o Brasil, como sociedade europeizada, não escapa, quanto à estética social, à patologia coletiva acima descrita. O brasileiro, em geral e, especificamente, o letrado, adere psicologicamente a um padrão estético europeu e vê os acidentes étnicos do país e a si próprio, do ponto de vista deste. Isto é verdade, tanto com referência ao brasileiro de côm, como ao claro. Êste fato de nossa psicologia coletiva é, do ponto de vista da ciência social, de caráter patológico, exatamente porque traduz a adoção de critério artificial, estranho à vida, para a avaliação da beleza humana. Trata-se aqui de um caso de alienação que consiste em renunciar a indução de critérios locais ou regionais de julgamento de belo, por subserviência inconsciente a um prestígio exterior (RAMOS, 1957, p. 153).

De acordo com Guerreiro Ramos, essa situação só pode ser modificada por meio da tomada de consciência do branco e do negro, culturalmente embranquecido, de sua alienação e de sua enfermidade psicológica (RAMOS, 1957, p. 153). A análise proposta por Guerreiro Ramos reflete profundamente a obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*, escrita pelo intelectual Frantz Fanon nos anos 40 e publicada em 1952, que compartilha a ideia de que a cultura europeia (opressora e inferiorizante) impôs ao negro um desvio existencial (FANON, 2008). Em seu livro, Fanon denuncia um sério problema que observou na maioria dos estudiosos que examinam questões relacionadas aos negros, afirmando que, ao invés de estudarem os problemas enfrentados pelos negros, as próprias pessoas passam a ser o problema. É justamente essa a crítica de Guerreiro Ramos à sociologia brasileira.

Em 1957, Alberto Guerreiro Ramos criticou a forma como vinham sendo conduzidos os estudos sobre o negro no Brasil, tendo em vista que, na sociologia brasileira, até então, o negro sempre foi tratado enquanto problema. Para ele, o “problema do negro”, tal como colocado na sociologia brasileira, é um equívoco, já que as pesquisas apresentavam uma visão consular do Brasil, de uma visão desde fora do país. Mesmo nas pesquisas conduzidas por pesquisadores brasileiros, notam-se as categorias dos estudiosos europeus e norte americanos, em face ao assunto. O autor tece críticas a Nina Rodrigues e Oscar Freire, cujos modelos utilizados para analisar a realidade brasileira foram europeus e, a partir de Arthur Ramos, até a década de cinquenta (na qual Guerreiro Ramos escreveu este livro), passaram a ser predominantemente norte-americanas. Ele criticou a perfeita simetria entre as produções nacionais e as dos estrangeiros (RAMOS, 1957, p. 155-156). Nesse sentido, o autor enfatizou a urgência da sociologia no Brasil ganhar autenticidade e libertar-se da postura alienada ou consular, já que esses procedimentos constituíam um obstáculo para a formação de uma consciência da realidade étnica do país (RAMOS, 1957, p. 158).

No Brasil, percebe-se que os efeitos causados pela ideologia do embranquecimento persistem na atualidade, quando nos deparamos com indivíduos negros identificando-se como brancos ou recorrendo a qualquer outra definição que se aproxime da ideologia dominante. Esta problemática deve ser analisada através do quadro da ideologia do branqueamento e do etnocentrismo europeu, que por séculos institucionalizou a superioridade dos brancos e disseminou estereótipos depreciativos em relação aos povos negros e indígenas, desqualificando-os de todas as formas.

Aqui, cabe lembrar, como analisou Oracy Nogueira (1998)<sup>27</sup>, que a classificação racial no Brasil é de marca e não de origem como nos Estados Unidos. Sendo assim, o mestiço que fenotipicamente apresenta fortes características brancas poderá ser visto como branco. De acordo com Bastide (in: BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 188) a cor age tanto como estigma social e como símbolo de status social inferior. Dessa forma, quanto mais o negro se aproxima do branco pelos traços do rosto, nariz afilado, cabelos lisos, lábios finos, maiores as suas possibilidades de ser aceito. O autor utiliza como exemplo os Estados Unidos, onde existe uma definição sociológica do negro, pois o indivíduo que tiver “uma gota” de sangue negro é negro. Já no Brasil esta definição não existe. Compreende-se nessas condições que de maneira geral, o mulato é mais aceito do que o negro retinto e há provas de que os obstáculos diminuem à medida que a cor da pele clareia. Em outras palavras, quanto mais evidente for os traços que caracterizem o indivíduo como negro, sobretudo a cor da pele, maiores serão as barreiras para sua aceitação e ascensão na sociedade. De acordo com Florestan Fernandes:

[...] os graus de aceitação do negro e do mulato no convívio social variam sensivelmente, de acordo com a tonalidade da pele daqueles e com a posição social dos brancos com que entrassem em relações. Os mulatos mais claros encontravam melhor resistência, principalmente se estivessem em boa situação econômica ou pertencessem a uma família importante, inclusive nas camadas mais altas; os mulatos mais escuros e os negros sofriam, ao contrário, mais intensamente as restrições associadas a cor, inclusive nas relações com pessoas de classes médias ou da camada trabalhadora (FERNANDES, 1971, p. 138).

Nesse sentido, no Brasil é comum que alguns negros desejem que seus filhos sejam capazes de romper com as barreiras que o mantiveram para trás se casando com pessoas mais claras. No livro *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional Versus Identidade Negra*, Kabengele Munanga (2008:84-85) mostra que, diferentemente dos

---

<sup>27</sup> NOGUEIRA, Oracy. Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: EDUSP, 1998.

Estados Unidos, onde não existe pessoa intermediária no esquema biológico (ou é preto ou é branco)<sup>28</sup>, a maioria da população brasileira vive numa “zona vaga flutuante” na qual constata-se fortemente o desejo de ser passar por branco, o que enfraquece o sentimento de solidariedade com os negros indistigáveis.

## 2.2 AS TRÊS CORRENTES DE PENSAMENTO ACERCA RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL

A partir do cenário de conflitos decorrentes da Segunda Guerra Mundial, na década de 1940, o discurso racial brasileiro passou a assumir uma nova configuração, que conferiu ao Brasil exemplar característica de tolerância e harmonia racial, ideia retratada no livro *Casa-grande & Senzala*, publicado pela primeira vez em 1933, de Gilberto Freyre, importante sociólogo do século XX ligado a uma tradição mais culturalista. A ideia essencial baseia-se na exaltação à colonização portuguesa e no ideal da miscigenação (física e cultural) entre africanos, portugueses e indígenas, que teria estabelecido a harmoniosa convivência racial e dado origem ao povo brasileiro. O discurso de Gilberto Freyre tornou-se referência e ideal de relação inter-racial, já que inspirava a ideia de democracia racial num contexto mundial de guerra no qual o racismo foi um componente intrínscico fundamental das batalhas ideológicas, militares e civis<sup>29</sup>. Como analisa Hannah Arendt (2011, p. 191), o racismo engendra conflitos civis em qualquer país, sendo um dos métodos mais engenhosos já inventados para preparar uma guerra civil e gerar uma divisão interna em diversas nações, como ocorreu na França. Já a doutrina racista alemã criou como um instrumento de unidade interna, que posteriormente se transformou em arma para guerra entre nações, sobretudo, por meio do nazismo e do fascismo (ARENDR, 2011, p. 197).

E foi no cenário pós Segunda Guerra Mundial, no qual o mundo havia vivenciado intensas manifestações de racismo e intolerância, que os intelectuais da UNESCO<sup>30</sup>, certamente impressionados com a ideia de existência de harmonia racial no

---

<sup>28</sup> Enquanto no Brasil a miscigenação foi utilizada na perspectiva de embranquecer a população, nos Estados Unidos esta questão era pensada de maneira inversa a do Brasil, já que para eles os casamentos inter-raciais só faria aumentar o número de negros (levando em consideração que nos EUA “uma gota de sangue negro” faz do indivíduo um negro). Essa teoria faz todo sentido se pensarmos a realidade brasileira atual. Contrariando as expectativas de João Batista de Lacerda, único delegado latino-americano no Primeiro Congresso Universal das Raças, ocorrido em Londres em 1911, que predisse que no ano de 2012 a raça negra teria desaparecido do Brasil, a população negra superou a branca, como mostra o Censo Demográfico de 2010.

<sup>29</sup> Cf. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

<sup>30</sup> Arthur Ramos de Araújo Pereira, importante intelectual brasileiro que se destacou pelos estudos sobre o negro no Brasil (e também em pesquisas sobre outros temas), foi diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, na capital francesa, em 1949. Nesse período configurou-se os primeiros contornos do projeto UNESCO no Brasil, que foi iniciado na década de 1950.

contexto brasileiro, incentivou o desenvolvimento de estudos sobre relações raciais no Brasil para confirmar cientificamente essa tese. No entanto, a hipótese de democracia racial foi desconstruída nas pesquisas sobre a situação racial no Brasil que tiveram como pioneiros, no âmbito acadêmico, Roger Bastide e Florestan Fernandes, que instauraram uma nova vertente sobre as relações raciais no país<sup>31</sup>.

Florestan Fernandes, renomado sociólogo brasileiro ligado à tradição marxista, “liderou”<sup>32</sup> a corrente (canônica) de pensamento que enfatizou as profundas desigualdades existentes entre brancos e negros no Brasil, contrapondo-se a tese de democracia racial proposta por Gilberto Freyre<sup>33</sup>. Ele demonstrou, a partir da análise da situação do negro na cidade de São Paulo, como o racismo brasileiro se manifesta diferentemente do que ocorre em países como a África do Sul (sob o regime do *apartheid*, segregação racial legalmente institucionalizado) e os Estados Unidos (com a existência de leis que proibiam o casamento inter-racial e mantinha a segregação das raças), chegando à conclusão que o brasileiro tem preconceito de ter preconceito e por isso o racismo ocorre de forma velada. Em sua análise inicial, Florestan identificou o racismo como resíduo ou herança do passado escravocrata, enfatizando as desigualdades raciais, sobretudo, como um problema de classes. Ele acreditava que a discriminação racial desapareceria com o desenvolvimento do

---

<sup>31</sup> Cf. BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. Brancos e Negros em São Paulo. São Paulo: Anhembi, 1971.

<sup>32</sup> Florestan Fernandes, que foi membro titular da chamada Escola de Sociologia Paulista, liderou a corrente de pensamento acerca da questão racial aceita pela academia. No entanto, outros autores como Abdias Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos (ambos negros) já vinham denunciando as desigualdades existentes entre brancos e negros no Brasil, mas eram marginalizados no meio acadêmico.

Guerreiro Ramos, em sua contribuição para o progresso da sociologia brasileira, analisou de maneira crítica que para constituir uma verdadeira ciência devem-se considerar primeiramente as especificidades do contexto histórico-social que se pretende analisar, mais especificamente, ao fazer sua análise sobre diversos intelectuais brasileiros, expôs a importância de formar uma teoria da sociedade brasileira. Para ele não se deve partir da utilização de uma teoria internacional para explicar as peculiaridades dos problemas sociais brasileiros, mas sim partir da realidade prática nacional, da leitura nacional e posteriormente utilizar a teoria internacional (na medida em que for preciso), os discursos e as categorias. Sua sociologia “em mangas de camisa” (sociologia em ato) preocupa-se principalmente com uma atuação prática e com a priorização do desenvolvimento de pesquisas emergentes. Nesse sentido, Guerreiro Ramos criticou duramente diversos intelectuais brasileiros, entre eles, o sociólogo Florestan Fernandes (corrente dominante na sociologia brasileira), como intelectual adaptado ao estrangeirismo, adepto da importação de ideias e teorias e do desenvolvimento de uma sociologia “importada” ou “enlatada”, que Guerreiro Ramos denominou de Redução Sociológica. Para Guerreiro Ramos, enquadrar um objeto na teoria, ou seja, forçar seu enquadramento, não é ciência. Nesse sentido, para ele, tornar semelhante à realidade brasileira com a realidade dos países desenvolvidos dificulta os processos de mudanças sociais e políticas no país. Cf. REZENDE, Maria José de. A Sociologia como forma de intervir no melhoramento da vida humana: as ideias de Costa Pinto e as de Guerreiro Ramos lidas à luz de algumas considerações sobre as ciências sociais e o mundo de hoje. **MNEME Revista de Humanidades**, v.7 – n.14 – fev./mar. 2005.

<sup>33</sup> Cabe ressaltar que Gilberto Freyre não foi o criador do termo “democracia racial”, que só veio a ser utilizado pelo autor muitos anos após o lançamento de seu livro *Casa Grande & Senzala* publicado pela primeira vez em 1933. Cf. **O ANARQUISTA DE APIPUCOS**. Entrevista de Gilberto Freyre concedida a Lêda Rivas em 15 de março de 1980. Disponível em: <http://bvfg.fgf.org.br/portugues/vida/entrevistas/anarquista.html>. Acesso em: 01/03/2012.

capitalismo por ser incompatível com esta ordem competitiva estabelecida pela sociedade (TELLES, 2003, p. 20). Os conflitos aparecem mais como tensões de classe, do que como tensões raciais. É nesse aspecto que a teoria de Florestan Fernandes e dos demais sociólogos da Escola Paulista de Sociologia, como Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, é contestada por Carlos Hasenbalg no final da década de 1970.

Hasenbalg, em seu livro *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, publicado pela primeira vez em 1979 e qualificado como marco da sociologia brasileira dedicado ao estudo das relações raciais, analisa as relações existentes entre raça, estrutura de classes e os processos de estratificação e mobilidade social. O autor mostra que a exploração de classe e a opressão racial se articulam como mecanismos de exploração da população negra e que a abertura da estrutura social em direção à mobilidade está diretamente ligada à cor da pele, o que conseqüentemente teria acarretado as disparidades sociais existentes entre brancos e negros desde o período após a abolição do sistema escravista no Brasil<sup>34</sup>:

[...] a raça, como traço fenotípico historicamente elaborado, é um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Apesar de suas diferentes formas (através do tempo e espaço), o racismo caracteriza todas as sociedades capitalistas multirraciais contemporâneas. Como ideologia e como conjunto de práticas cuja eficácia estrutural manifesta-se numa divisão racial do trabalho, o racismo é mais do que um reflexo epifenomênico da estrutura econômica ou um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir os trabalhadores. Sua persistência histórica não deveria ser explicada como mero legado do passado, mas como servindo aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente supraordenado no presente (HASENBALG, 2005, p. 124).

Dessa forma, Hasenbalg compreende que a problematização da discriminação e das desigualdades raciais no Brasil, bem como a sua persistência na atualidade, não pode ser reduzida exclusivamente a um fenômeno de classes, já que se comprova a existência de barreiras raciais em diversas dimensões sociais, assim como não deve ser explicada como mera herança do passado de exploração escravista. Para ele, a estrutura de classes é um fator importante, no entanto, outros aspectos, agrupamentos e setores de estratificação social devem ser considerados, pois, os processos são múltiplos e correlacionados. Hasenbalg, diferentemente de Florestan Fernandes, acreditava que o racismo

---

<sup>34</sup> Este ponto é bem desenvolvido por Hasenbalg no Capítulo III: Estrutura de Classes, Estratificação Social e Raça. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.



era compatível, e não incompatível, com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, bem como acreditava que a dominação racial e o *status* inferior do negro persistiria por que o racismo assumiria novas configurações e continuaria a atender interesses materiais e simbólicos da elite branca dominante, por meio da desqualificação dos negros em várias dimensões. O autor percebia que a industrialização não eliminava a raça como critério de estruturação das relações raciais. “Embora a industrialização e o desenvolvimento econômico possam diminuir o grau das desigualdades raciais, a posição relativa dos grupos raciais na hierarquia social não é substancialmente alterada” (HASENBALG, 2005, p. 173).

Sinteticamente, esses são os três principais paradigmas que constituem as teorias que estruturam o pensamento acerca da problemática das relações raciais no Brasil. Cabe ressaltar que anos mais tarde, em 1989, no livro *Significado do Protesto Negro*, Florestan Fernandes reconheceu o racismo como um fator muito além de um ingrediente do preconceito de classes:

Aqueles que conseguem varar as barreiras sociais qualificando-se como técnicos ou como profissionais liberais, logo se defrontam com barreiras raciais. Promoção, reconhecimento de valor e acesso a vários empregos são negados por causa da condição racial, embora os pretextos apresentados escondam as razões verdadeiras. Para a massa da população negra a questão é ainda mais grave que para suas elites. Ela se vê expulsa da sociedade civil, marginalizada e excluída. E defronta-se com o peso de um bloqueio insuperável e de uma forma de dominação racial hipócrita, extremamente cruel e camuflada, que aumenta a exploração do negro, anula suas oportunidades sociais, mas, ao mesmo tempo, identifica o Brasil como um país no qual reina a harmonia e igualdade entre as raças (FERNANDES, 1989, p. 23).

Dessa forma, Florestan Fernandes afirmou que o mito da democracia racial<sup>35</sup> constitui o principal fator de retardamento das mudanças estruturais, por ignorar a existência e a preservação das desigualdades raciais no Brasil (FERNANDES, 1989, p. 17).

### 2.3 REVISITANDO ESTUDOS SOBRE O NEGRO E AS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL

No período após a abolição final do sistema escravocrata, no qual se expandiu o processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, se deu a produção social da desqualificação do negro para o mercado de trabalho capitalista. Simultaneamente,

---

<sup>35</sup> Cf: FERNANDES, Florestan. *Significado do Protesto Negro*, São Paulo, Cortez, 1989. No capítulo *As relações raciais em São Paulo reexaminadas*, Florestan Fernandes responde às críticas destinadas a pesquisa que realizou para a UNESCO, juntamente com Roger Bastide na década de 1950, que resultou no livro *Branços e Negros em São Paulo*. O autor esclarece que a sua investigação não se trata de um projeto típico de pesquisa de relações raciais à la norte-americana, mas sim da tentativa de render conta de uma realidade histórica.

milhões de imigrantes chegaram ao Brasil nos primeiros 40 anos pós-abolicionismo, apoiados e subsidiados pelo governo brasileiro, incentivado por uma política oficial de embranquecimento nacional. Os estrangeiros chegavam a São Paulo e a outras regiões do Brasil com um lugar na nova sociedade, integrando-se a estrutura ocupacional como assalariados nas áreas urbanas (SILVA, 2006, p. 77-78). Entre 1890 e 1920 mais de 1,5 milhões de imigrantes brancos entraram no Brasil como efeito do investimento no projeto de branqueamento racial do povo brasileiro, enquanto mais de 700.000 negros foram alforriados sem nenhum tipo de política pública para integrá-los a nova sociedade em formação (DIWAN, 2007, p. 117). Como analisa Florestan Fernandes:

Aos escravos foi concedida uma liberdade teórica, sem qualquer garantia de segurança econômica ou de assistência compulsória; aos senhores e ao Estado não foi atribuída nenhuma obrigação com referência às pessoas dos libertos, abandonados a própria sorte daí em diante. Em suma, prevaleceram politicamente os interesses sociais dos proprietários dos escravos, à medida em que aqueles interesses não colidiam com o fim explícito da lei abolicionista (FERNANDES, 1971, p. 57).

Consequentemente, os negros recém-libertos do sistema escravista brasileiro, foram segregados para as regiões menos desenvolvidas e setores subordinados de trabalho, aglomerando-se nas posições subordinadas da estrutura de classes e nos degraus inferiores do sistema de estratificação social (HASENBALG, 1979:197). Para o autor:

Após a abolição final, o racismo, a discriminação, e a segregação geográfica dos grupos raciais bloquearam os principais canais de mobilidade social ascendente, de maneira a perpetuar graves desigualdades raciais e a concentração de negros e mulatos no extremo inferior da hierarquia social (HASENBALG, 1979, p. 223).

Segundo Hasenbalg (1979, p. 51) os negros que trabalhavam nas plantações em regiões relativamente isoladas foram deixados no momento da emancipação despreparados mediante a sociedade urbana e industrial em formação. O analfabetismo maciço, a limitada diversificação de habilidades ocupacionais, a grande concentração demográfica em áreas rurais à margem do desenvolvimento urbano e industrial e, sobretudo, o racismo e a discriminação, dificultaram consideravelmente a integração das sociedades de plantação escravista a sociedade capitalista:

Após a abolição no Brasil, a maioria dos negros e mulatos permaneceu concentrada em situações de dependência no setor agrícola de regiões economicamente atrasadas. Mesmo no Sudeste, onde a taxa mais acelerada de desenvolvimento resultou na contínua abertura de novas posições na estrutura de classes, os não-brancos foram inicialmente excluídos das posições polares do sistema capitalista emergente, como resultado da competição desvantajosa com os imigrantes europeus. Só algumas décadas depois da abolição é que os negros e mulatos no Sudeste começaram a ser incorporados à classe trabalhadora, e em muito menor extensão, aos setores intermediários da estrutura de classes (HASENBALG, 1979, p. 193).

O Brasil poderia ter hoje outra realidade econômica caso a abolição da escravatura se fizesse acompanhar por mecanismos que inserissem os negros no mercado de trabalho e por uma adequada reforma agrária, por meio da qual as famílias dos ex-escravos tivessem recebido pequenas propriedades agrícolas, aptas à produção, já que essas famílias possuíam experiência rural. Desde a Abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, população negra, quando não era mantida nas fazendas, nas quais muitos ex-escravos continuaram trabalhando, partia para as periferias das cidades brasileiras, onde até hoje a maioria permanece (SANTOS, 2000, p. 57-58). Cabe ressaltar que uma das principais causas da pobreza estrutural da população negra, refere-se ao impedimento à propriedade de terra, que naquele contexto era um dos principais meios de ter acesso e acumulação de bens. Tal impedimento reduziu as possibilidades de surgimento de uma classe média negra. Outro fator que contribuiu fortemente com a pobreza estrutural dos negros foi a inserção tardia no mundo urbano industrial causada, sobretudo, pela ideologia de superioridade dos trabalhadores imigrantes europeus (CAMPOS, 2012, p. 86). Segundo Florestan Fernandes:

Os anos posteriores a Abolição foram extremamente duros para as populações negras concentradas nas cidades. Depois de decorridos mais de meio século, ainda se fazem sentir agudamente, no seio dessas populações, os efeitos das comoções que destruíram a ordem social escravocrata e projetaram os ex-escravos na arena de competição aberta com os brancos. De fato a lei 13 de Maio nada concedeu ao elemento negro, além do status de homem livre. [...]. No plano econômico, que nos interessa aqui, esse processo se caracteriza pela lenta reabsorção do elemento negro no sistema de trabalho, a partir das ocupações mais humildes e mal remuneradas. [...]. O ex-escravo abandonado a si mesmo, não estava em condições de competir com os imigrantes europeus sequer na lavoura. [...]. A concentração nas cidades representava, naturalmente, uma fonte de desajustamentos sociais e econômicos. O acesso as oportunidades de trabalho, doutro lado, obedecia em regra aos limites estabelecidos por tais condições: somente as atividades mais simples, que exigiam aptidões elementares, ou as atividades confinadas aos serviços domésticos, todas elas em conjunto pessimamente retribuídas, é que podiam ser disputadas aos brancos pelos egressos do regime servil (FLORESTAN, 1971, p. 62-63).

Atualmente, constata-se que a população negra no Brasil é proporcionalmente mais pobre, é a maioria no mercado de trabalho informal, no subemprego e no desemprego. Historicamente ocupa territórios<sup>36</sup> relegados e estigmatizados em várias sociedades. Continua tendo difícil acesso a educação de qualidade e representa uma parcela extremamente reduzida no ensino superior em comparação com outros grupos étnico-raciais<sup>37</sup>.

No conjunto de dados da tabela a seguir, observa-se que comparados os indicadores dos pretos com o dos pardos, estes apresentam grande proximidade entre si. Em alguns indicadores os pretos estão em situação melhor do que os pardos (peso relativo da população abaixo da linha de indigência, anos médios de estudos, razão de mortalidade por homicídios) e em outros ocorre o contrário (renda média do trabalho, taxa de analfabetismo, esperança de vida ao nascer, IDH), com os pardos em melhor situação. No entanto, quando se comparam os indicadores de pretos e pardos (que agrupados constituem a categoria negros) em relação aos brancos, nota-se que as distâncias são bem maiores. Em 2000, a renda do trabalho principal dos brancos era 118,2% maior que a dos pretos e 104,4% maior que a dos pardos. Em relação à taxa de analfabetismo, esta era 13,2 pontos percentuais inferior à dos pretos e 9,9 pontos percentuais inferior à dos pardos. Os brancos estudavam em média 1,6 ano a mais que os pretos e os pardos. Os brancos viviam em média 6,3 anos a mais que os pretos e 6 anos a mais que os pardos. A média da proporção de mortos por homicídios é ainda mais assustadora. Em 2007, era 44,5% inferior à dos pretos e 52,9% à dos pardos. O IDH era 16% maior que dos pretos e pardos. As diferenças são discrepantes em diversas dimensões (PAIXÃO, p. 26-27)<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> Cf.: SILVA, Maria Nilza. **Nem para todos é a cidade:** segregação urbana e racial em São Paulo. Brasília, DF: Fundação Cultural dos Palmares, 2006.

<sup>37</sup> Cf.: PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza (Orgs.). **O negro na universidade:** o direito a inclusão, 2007.

<sup>38</sup> Cf. PAIXÃO, Marcelo et al. Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010. Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre assimetrias de cor ou raça.

**Tabela 3** - Indicadores selecionados sobre as condições socioeconômicas dos grupos de cor ou raça (brancos, pretos e pardos), Brasil, 2000 e 2007.

	Renda média do trabalho principal, ago. 2000 (em R\$)	Taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos de idade, 2000 (em %)	Anos médios de estudos da população acima de 15 anos de idade, 2000 (em anos)	Pessoas abaixo da linha de indigência, 2000 (em %)	Esperança de vida ao nascer, 2000 (em anos de vida)	Razão de mortalidade por homicídio, 2007 (por 100 mil habitantes)	IDH, 2000
<b>Branços</b>	916,29	8,3	5,5	14,3	74,0	15,5	0,832
<b>Pretos</b>	419,92	21,5	4,0	30,3	67,6	27,9	0,717
<b>Pardos</b>	449,12	18,2	3,9	32,7	68,0	32,9	0,723
<b>Total</b>	720,77	12,9	4,8	22,6	71,1	25,4	0,783

**Fonte:** IBGE, microdados Censo Demográfico e PNAD; Ministério da Saúde, DATASUS, microdadosSIM  
Tabulações LAESER: Fichário das Desigualdades Raciais

Nota 1: esperança de vida ao nascer calculada por Juarez C Oliveira e Leila Ervatti

Nota 2: linha de indigência regionalizada elaborada pelo IPEA

**Fonte da Tabela:** Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010, p. 26.

Conforme Marcelo Paixão (2003), negros e pardos detêm apenas 25,9% dos rendimentos no País, somando salário, aposentadorias, programas de renda mínima e aplicações financeiras, enquanto os brancos detêm 74,1%. Neste caso, é importante ressaltar que o Brasil tem a segunda maior população negra do mundo, ficando atrás apenas, da Nigéria. Em 2010 o número de negros no Brasil ultrapassou o de brancos. O Instituto de Pesquisa Aplicada (BRASIL, IPEA, 2011, p. 3), no Censo Demográfico de 2010, demonstrou que 97 milhões de pessoas se declararam negras, ou seja, pretas ou pardas, contra 91 milhões de pessoas brancas. O levantamento da instituição mostra que na última década, o número de brasileiros negros teve um crescimento<sup>39</sup> de 2,5%. Destaca-se assim, que a pobreza no Brasil tem nítido recorte racial, visto que, a riqueza está concentrada entre os brancos, enquanto entre os pobres, a maior parcela é negra.

O racismo no Brasil não é caracterizado como um sistema de ódio entre as raças, mas sim, definido no campo das relações históricas como um sistema de dominação com processos de desqualificações que abrange a cultura, a população, o espaço urbano e todas as relações institucionais e sociais deste contingente populacional (CUNHA JR;

<sup>39</sup> É importante lembrar que não se sabe ao certo se houve realmente um crescimento populacional de negros ou se um maior número de pessoas atualmente se autodeclararam negras. Cabe ressaltar que para o IBGE o que vale é a autodeclaração.

RAMOS, 2008, p. 77). Conforme Abdias Nascimento (1978, p. 93), a “democracia racial” deve ser compreendida como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: “Não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o *apartheid* da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país” .

### **Paraná: Os Vestígios da Ideologia do Embranquecimento**

Existe uma tentativa de consolidação da ideia de que a formação do Paraná é essencialmente europeia. Alguns intelectuais e pesquisadores locais argumentam que no Paraná não houve escravidão e nem população negra significativa. Wilson Martins sustenta, em capítulo de seu livro intitulado *Não houve escravatura no Paraná*, a seguinte ideia:

[...] esse belo tipo físico, corado e de cabelos castanhos se distinguia, ainda, dos demais brasileiros, por traço de fundamental importância: não se misturava com o negro, existente em reduzidíssimo número em toda a província no decorrer de sua história, e que por isso não chegou a invadir sexualmente os hábitos desses rústicos senhores primitivos. Ao lado da imigração, é a inexistência da grande escravatura o aspecto mais característico da história social do Paraná, ambos o distinguindo inconfundivelmente de outras regiões brasileiras [...] (MARTINS, 1989, p. 128).

Nota-se que Wilson Martins estava em profunda sintonia com o projeto de branqueamento do povo brasileiro projetado pela classe dominante do país com o seu auge nas décadas de 1930 e 1940 do século XX.

O historiador Romário Martins (1996, p. 392), em seu clássico livro *História do Paraná*, enfatiza que no povoamento paranaense a raça negra não teve grande representação. Em discurso sobre si mesmo, afirma não ser apologista dos que consideram o negro inferior e insusceptível de desenvolvimento. Em certa medida, ele reconhece a influência do negro e do indígena na formação do povo brasileiro, designando-os como “agentes da riqueza colonial, individual e pública, e elemento formador da nossa nacionalidade” (MARTINS, 1996, p. 152). Todavia, Romário Martins descreve o africano escravizado como fetichistas ao extremo, bruxos, adoradores de ídolos de grosseira confecção e artistas detestáveis (MARTINS, 1966, p. 153).

Ao historicizar sobre a abolição da escravatura no Brasil, Romário Martins a descreve enfatizando o sentimento humanitário e civilizatório do branco e o seu empenho para a libertação dos escravizados. A abolição é apresentada como desejada e aclamada pelo povo brasileiro, que com a nobre decisão - que culminou no ato da princesa Isabel que assinou a Lei Áurea – fez desaparecer a grande mácula da civilização ao tornar livre, 723.419 escravos (MARTINS, 1995, p. 380-381). Todo o processo abolicionista é descrito pelo autor como um marco histórico branco, com o mínimo de informações referente às pressões externas exercidas, principalmente pela Inglaterra, sobre o governo brasileiro para extinção do regime escravista e, sem qualquer referência ao papel do negro escravizado como agente ativo que resistiu e lutou contra a ordem escravocrata. Como analisou Florestan Fernandes (1971, p. 56-57,60), os negros escravizados sempre resistiram à escravidão, bem como tiveram uma ação decisiva no solapamento da ordem vigente, por meio de fugas em massa e desorganização dos trabalhos nas fazendas. “As fugas em massa, que se intensificaram em 1887, deixaram muitos fazendeiros em situação aflitiva”. Sendo assim, Romário Martins também não escapou do discurso ideológico de seu tempo.

Várias pesquisas, empíricas e teóricas, consistentes mostram que a escravidão negra no Paraná foi uma realidade e que a sua presença no Estado foi representativa. Horácio Gutiérrez descreve em sua pesquisa (2006, p. 101-102), que o afluxo dos primeiros escravos africanos no Paraná provavelmente coincidiu com a fundação de Paranaguá, no litoral, em 1648, o primeiro núcleo populacional português instalado na região em decorrência da descoberta de ouro nas redondezas. Logo o metal precioso foi descoberto também nos campos de Curitiba. Certamente, os colonos provenientes principalmente da capital de São Paulo, trouxeram os primeiros escravos negros para trabalhar na extração e lavagem do metal. Em 1798, no primeiro quadro global reunindo informações sobre as cidades paranaenses então existentes, foram relacionados 4.273 cativos dentro de uma população de 20.999 pessoas. As vilas mais escravistas eram as mais vinculadas ao mercado em virtude da pecuária.

Estima-se que na primeira metade do século XIX, o número relativo de escravos negros chegou a 40% da população da Província do Paraná, que se emancipou politicamente em 1853. Entretanto, logo se iniciou o esgotamento do sistema econômico baseado na escravidão e posteriormente a mão de obra escrava tornou-se incompatível com as inovações tecnológicas. Naquele contexto, intensificava-se a reação dos escravos contra a exploração do seu trabalho, os assassinatos, maus-tratos e humilhações, acrescidos do abandono quando velhos e doentes que eram respondidos por vezes com o suicídio, mas,

principalmente, com as diversas formas de resistência negra contra o sistema escravista, por meio de revoltas e com a fuga seguida da organização de comunidades autônomas conhecidas como quilombos (JUNIOR; SILVA; COSTA, 2008, p. 16).

A pesquisa realizada pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura, que resultou no livro *Paraná Negro* publicado em 2008, dá maior visibilidade as comunidades oriundas de quilombos no Estado do Paraná, retratando pessoas e situações de 36 comunidades reconhecidas como “remanescentes” pela Fundação Palmares, entre as 90 comunidades quilombolas mapeadas no Estado, buscando desvendar aspectos da realidade em que vivem ou viveram os habitantes dos quilombos e os demais negros, que representam em média um quarto da população total do Paraná. O Paraná revela-se como o estado mais negro do sul do Brasil.

Apesar de todo discurso branqueador, da persistência em tornar o negro invisível e de quase toda a sua contribuição histórica ser invisibilizada, a população negra está presente no Paraná e em Londrina, contudo, praticamente ausente, não só da história, mas também dos territórios mais valorizados socialmente e aglomerados nos bairros estigmatizados da cidade.

#### *Colonização do Norte do Paraná*

O processo de colonização do Norte do Paraná foi iniciado na década de 1920 por um grupo capitalista inglês presidido pelo Lord Edwin Montagu, Ex-Secretário de Finanças na Inglaterra que, a convite do presidente Arthur Bernardes, que governou o país de 1922 a 1926, veio conhecer e avaliar as potencialidades econômicas do país, bem como propor alternativas para o sistema tributário brasileiro. Retornando a Inglaterra, organizou com investidores ingleses, a Brazil Plantation Syndicate e posteriormente a Paraná Plantation Ltd. A “Missão Montagu” contemplaria a convergência de interesses: do governo brasileiro em atrair investimentos financeiros nacionais e internacionais por meio da implantação de núcleos colonos imigrantes, sobretudo europeus, para impulsionar o processo desenvolvimentista de áreas consideradas despovoadas<sup>40</sup> - mas que na verdade eram

---

<sup>40</sup> Cf. MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**. A História épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). 2ª ed. revisada e ampliada. Maringá: EDUEM, 2009.

O trabalho desenvolvido por Lúcio Tadeu Mota no decorrer de vinte anos, apresenta possibilidades de ampliação da historiografia paranaense, tendo em vista que a literatura regional hegemônica prioriza o discurso do colonizador ao propagar que até o século XIX a região Norte do Paraná era desabitada, defendendo assim teses sobre um “vazio demográfico”, “terras de ninguém” e “terras devolutas”, anterior à presença europeia, quando na realidade as terras eram habitadas por indígenas. O autor edifica a sua



territórios indígenas, conforme os relatos dos viajantes que narravam à existência de nativos e fazendeiros no período precedente a colonização - e do governo e empresários ingleses em buscar novas e rentáveis oportunidades comerciais e novos fornecedores de matéria prima. Na mesma década foi criada a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), espécie de loteadora responsável pela colonização do norte-paranaense. Entusiasmada com a exuberância da terra rica e fértil e com as possibilidades de lucros exorbitantes, a CTNP organizou a divisão da região norte do Estado em lotes para vendê-los aos brasileiros e estrangeiros que estivessem dispostos a fundar as terras que não tinham nenhuma infraestrutura, porém, grandes perspectivas de crescimento (BONI, 2004, p. 25-32).

Londrina foi sede da CTNP e primeiro posto avançado deste projeto inglês, cujo escritório de venda de lotes foi inaugurado em 1929 (BONI, 2004, p. 36). A denominação de Londrina – que significa “Pequena Londres” ou a “Filha de Londres” – é uma homenagem a Londres e aos empreendedores ingleses, que deram origem a cidade e motivaram o seu povoamento. Foi instituída oficialmente município em 1934 e sua notável produtividade agrícola, associada ao intenso trabalho dos pioneiros, incluindo os trabalhadores braçais, atribuiu-lhe o título de Capital Mundial do Café.

Londrina, que atualmente possui cerca de 506.701 habitantes (IBGE, 2010), contou com a participação e esforços de diversos grupos étnico-raciais provenientes de distintas regiões do mundo para que pudesse se transformar em uma das cidades mais influentes da região Sul do Brasil, além de importante pólo de desenvolvimento nacional, que tem contribuído significativamente com a economia brasileira<sup>41</sup>. Entretanto, contrariando a visível diversidade étnica-racial presente em Londrina desde o início da sua colonização, só é conhecida a história da cidade o que diz respeito a determinados grupos étnico-raciais, sendo o destaque aos italianos, alemães, japoneses e, sobretudo, aos ingleses, ao passo que se

---

crítica por meio de uma ampla documentação (fontes publicadas e inéditas) que desconstrói a história oficial divulgada pelos intelectuais paranaenses. Mota também descreve diversos embates, bem como as principais guerras entre indígenas e os colonizadores brancos, mostrando que houve resistência e enfrentamento às tentativas de desterritorialização e confinamento em relação às forças coloniais. Na história oficial, o papel fundamental dos Kaingang na formação das sociedades paranaenses ainda hoje não tem o devido reconhecimento enquanto sujeitos reais da história do Paraná.

Cf. também: TOMMASINO, Kimiye. **A História dos Kaingang da Bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê Meridional em Movimento. Tese de doutorado, USP Antropologia social, São Paulo, 1995.

Neste trabalho a autora reconstitui a história dos Kaingang na bacia do Tibagi focalizando relações estabelecidas entre sociedades indígenas e colonizadores, buscando demonstrar a real natureza do processo de colonização feita invariavelmente sobre territórios indígenas. Para essa reconstituição histórica, a autora utilizou documentos de missionários, diretores e viajantes, documentos do SPI, FUNAI e outras instituições, depoimentos dos kaingang mais velhos e a bibliografia científica sobre essa sociedade Jê meridional.

<sup>41</sup> Cf. História da Cidade. Disponível em:

[http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3&Itemid=5](http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=5). Acesso em: 07/06/2012.

silencia e relega a planos inferiores ou mesmo ao esquecimento a existência e importância dos povos negros, indígenas e brasileiros nordestinos, mineiros e paulistas na formação sociocultural do município<sup>42</sup>.

## 2.4 LONDRINA: REFLEXO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E RACIAIS BRASILEIRAS

O período de criação e consolidação de Londrina como município, que ocorreu nas décadas de 1930 e 1940, corresponde a um tempo histórico no qual o Brasil estava em profunda sintonia com as teorias raciais europeias, de implementação de políticas solidificadas de branqueamento, de povoamento e imigração, principalmente europeia, subsidiada e espontânea, com o objetivo de “melhorar” a nacionalidade e estimular o seu progresso. Na prática, essa corrente de pensamento culminou no apagamento do negro da memória histórica de Londrina e provavelmente, junto com outros mecanismos, estimulou o deslocamento forçado deste segmento populacional para os territórios marginalizados do município, que buscava (e ainda busca) uma imagem europeizada<sup>43</sup> por meio da “higienização” da cidade. Todos esses fatores históricos, associados à ausência de políticas públicas adequadas a realidade social, provavelmente acarretou a extrema dificuldade de mobilidade social ascendente da população negra, que sofre, ainda hoje, em demasia os processos de segregação territorial involuntário e geralmente são deslocados para os territórios estigmatizados da cidade.

O discurso “científico” daquele contexto (1930-1940) acerca da questão racial demonstra na prática os esforços para tornar a nação brasileira branca cultural e fisicamente. Enquanto prática social simbólica, o discurso dominante instituiu a memória

<sup>42</sup> Vale lembrar que desde o início do século XX até a década de 1930 o café impulsionou a economia brasileira, sendo o principal produto de exportação no decorrer de quase 100 anos. As regiões de maior contração de café situavam-se entre Rio de Janeiro e São Paulo e também nas regiões de “terra roxa”, como São Paulo e Paraná.

<sup>43</sup> Em Londrina, há uma tentativa de forjar a identificação dos agentes sociais com um discurso proposto pelos grupos mantidos no poder. Neste caso, o resultado nem sempre é satisfatório para todos os grupos étnico-raciais, visto que no processo, enquanto alguns grupos se destacam (principalmente os de origem européia), outros permanecem praticamente ocultos. Cf. alguns exemplos: **Documentário Aborda influência inglesa em Londrina.** Disponível em: [http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12329:documentario-aborda-influencia-inglesa-em-londrina&catid=85:cidades&Itemid=972](http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12329:documentario-aborda-influencia-inglesa-em-londrina&catid=85:cidades&Itemid=972). **Londrina quer homenagear origens com relógios inspirados no 'Big Bem.** Disponível em: <http://g1.globo.com/parana/noticia/2012/04/londrina-quer-homenagear-origens-com-relogios-inspirados-no-big-ben.html>. **Londrina ganha mais duas cabines telefônicas inglesas.** Disponível em: [http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=9190:londrina-ganha-mais-duas-cabines-telefonicas-inglesas-&catid=108:destaques](http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9190:londrina-ganha-mais-duas-cabines-telefonicas-inglesas-&catid=108:destaques). Data de acesso: 20/03/2013. Sercomtel: **Cabines inglesas de telefone público enfeitam a cidade.** Londrina, 2011. Disponível em: <http://home.sercomtel.com.br/n/noticias/detalhes.asp?nrseq=320482>. Data de acesso: 20/03/2013.

histórica de Londrina, na qual os processos identificatórios são constituídos à imagem e semelhança do modelo colonizador europeu. Simultaneamente, instaura-se um processo de silenciamento sobre a presença negra e sua identidade é omitida. O negro foi considerado indesejado refletindo um contexto nacional em que a ideologia do branqueamento embasava as relações como símbolo de progresso.

Como analisa Hasenbalg, os estados do Sul e do Sudeste brasileiro, receberam a maior parte da migração internacional adquirindo grandes dimensões de 1890 a 1930. No caso do norte do Paraná, a imigração foi estimulada pela introdução do cultivo ao café<sup>44</sup>. Em 1872, 71% dos estrangeiros que viviam no Brasil concentravam-se no Sul e Sudeste, percentagem que aumentou continuamente para 83,3% em 1990; 86,5% em 1900 e 87% em 1920 (HASENBALG, 2005, p. 136). A tabela a seguir, mostra o número de estrangeiros vivendo no Brasil nos primeiros quatro censos populacionais, indicando o volume e destino da imigração europeia<sup>45</sup>.

**Tabela 4** - Distribuição da população estrangeira por estados do Sudeste e regiões do país – 1872-1920

	1872		1890		1900		1920	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Rio de Janeiro	94.646	24,7	16.140	4,6	50.578	4,7	50.381	3,2
Distrito Federal	84.730	22,1	135.202	44,2	195.894	18,2	239.129	15,3
São Paulo	29.622	7,7	75.030	21,4	478.417	55,5	829.851	53,0
Paraná	3.688	1,0	5.153	3,7	39.796	3,7	62.753	4,0
Santa Catarina	16.163	4,2	6.198	1,8	29.550	2,8	21.243	2,0
Rio Grande do Sul	41.624	10,9	34.765	9,8	135.099	12,6	151.025	9,6
Sudeste	270.473	70,6	292.488	83,3	929.324	86,5	1.364.382	87,1
Resto do País	112.856	29,4	58.824	16,7	145.187	13,5	201.579	12,9
Total	383.329	100,0	351.312	100,00	1.074.511	100,00	1.565.961	100,00

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (1950)

A imigração europeia modificou significativamente a composição racial da população brasileira através do processo de branqueamento, cujos pressupostos eram visivelmente racistas. Dinâmica esta que resultou no deslocamento dos negros para as

<sup>44</sup> Entre 1872 e 1920 entraram no Estado do Paraná 62.753 estrangeiros. Cf. Tabela de Distribuição Estrangeira por Estados do Sudeste e Regiões do País 1872-1920 (HASENBALG, 1979: 157).

<sup>45</sup> Tabela Disponível no cap. V, p. 168, do livro de Carlos Hasenbalg: *As consequências Sociais da Abolição. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ocupações periféricas da economia capitalista em expansão nos Estados do Sul e Sudeste. Somente após uma geração de deslocamento social (1888-1930) é que o grupo negro passou a acompanhar lentamente as transformações sociais em curso nessas regiões. Cabe ressaltar, que a maioria dos imigrantes que chegavam ao Brasil, não possuíam habilidades ou qualificações especiais, nem possuíam recursos econômicos particulares. Os pontos de partida de imigrantes e negros eram semelhantes. A diferença crucial refere-se às oportunidades que os grupos imigrantes tiveram de melhorar suas condições sociais e econômicas, oportunidades estas que não foram dadas ao grupo negro (HASENBALG, 1979, p. 156-161, 166).

Os dados dos estudos realizados por Carlos Hasenbalg mostram que o processo de parcial incorporação social e econômica da população negra deve ter-se aumentado gradativamente, após 1930, quando o fluxo de imigração diminuiu e a taxa de urbanização e industrialização nos Estados da região Sul e Sudeste se intensificou. Por conseguinte, as décadas de 1940 e 1950 são marcadas pela expansão da cafeicultura no norte-paranaense e também pela incorporação progressiva do negro à classe trabalhadora, mais especificamente, ao proletariado urbano. Como analisa Octavio Ianni (1988, p. 270), referindo-se a realidade de Curitiba, os negros e mulatos ajustaram-se gradativamente a camada inferior assalariada da sociedade emergente. Processo que, segundo ele, continuava em desenvolvimento na década de 80 do século XX.

## 2.5 O LUGAR DO NEGRO EM LONDRINA

Refletindo as transformações populacionais no contexto brasileiro, no qual a taxa de crescimento da população negra superou a branca no Censo Demográfico de 2010, houve um aumento da população negra na cidade de Londrina, em comparação com o Censo Demográfico de 2000.

**Tabela 1** - Distribuição da população por raça/cor – Londrina – IBGE 200

POPULAÇÃO RESIDENTE COR OU RAÇA	Nº ABSOLUTO	%
Branca	331.634	74,20%
Preta	15.172	3,40%
Amarela	16.069	3,59%
Parda	82.040	18,35%
Indígena	1.158	0,24%
Sem declaração	996	0,22%
<b>Total</b>	<b>447.069</b>	<b>100%</b>
<b>Pretos + Pardos (Negros) = 21,75%</b>		

**Tabela 2** - Distribuição da população por raça/cor

POPULAÇÃO RESIDENTE COR OU RAÇA	Nº ABSOLUTO	%
Branca	356.542	70,36%
Preta	21.791	4,30%
Amarela	17.488	3,44%
Parda	110.305	21,76%
Indígena	610	0,12%
Sem declaração	5	0%
<b>Total</b>	<b>506.701</b>	<b>100%</b>
<b>Pretos + Pardos (Negros) = 26,07%</b>		

Pela observação dos dados populacionais mais recentes apresentados nas tabelas 1 e 2, verifica-se que somados pretos e pardos<sup>46</sup> em 2000 havia 97.212 ou 21,75% da população londrinense e em 2010 os negros somam 132.096 ou 26,07%, percentagem maior do que vista anteriormente.

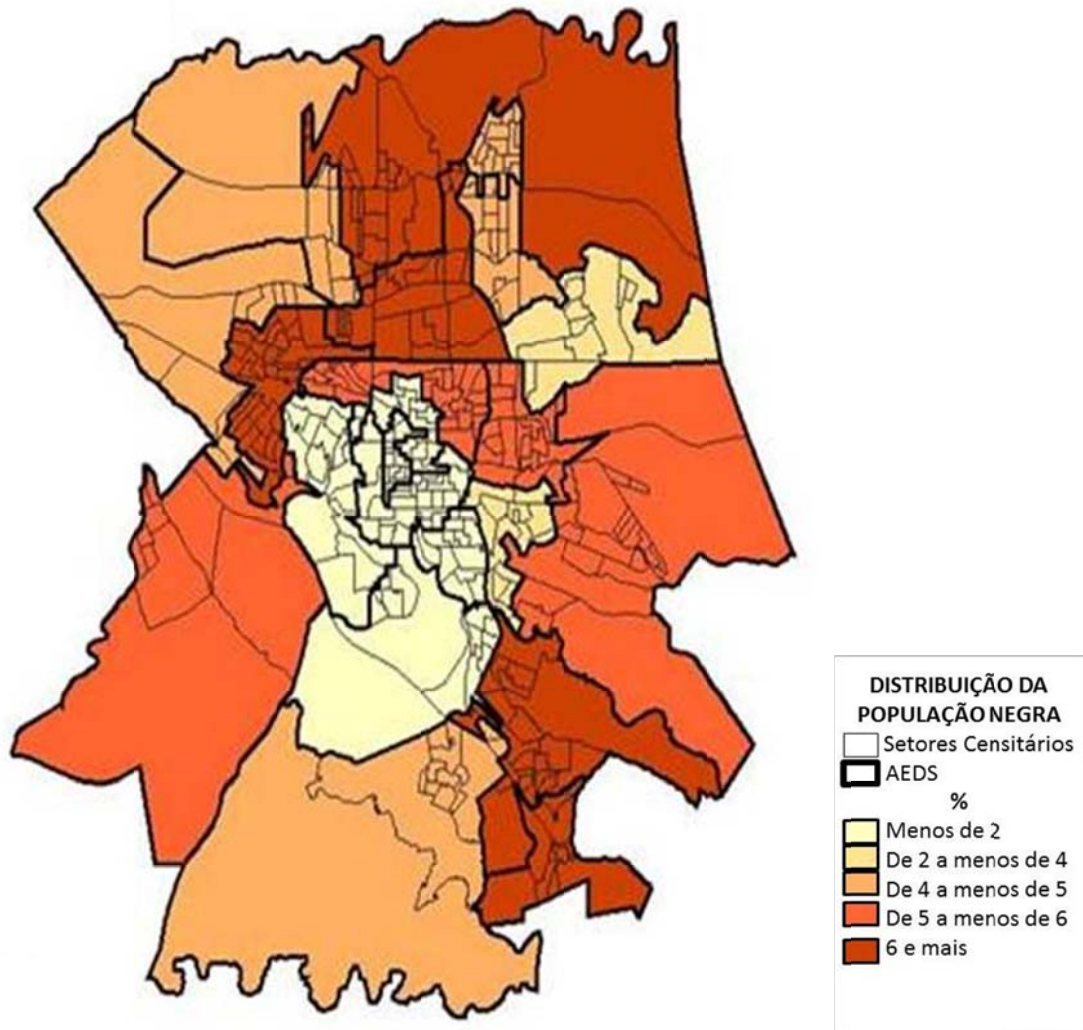
Ainda que o segmento negro represente 26% da população em Londrina, nota-se que a história e a cultura negra, assim como a própria população se desenvolvem à margem da sociedade e realidade dominante, haja vista o fato de que o contingente negro está, na sua maioria, nos territórios demarcados pela marginalização social.

Em 2008, Maria Nilza da Silva mostrou que, no Estado do Paraná, mais especificamente em Londrina, a trajetória da população negra é semelhante àquela vivida pelos negros em outras regiões do Brasil, já que a sua invisibilidade foi utilizada como estratégia do projeto civilizatório nacional que disseminava a ideia de branqueamento e de uma população mais próxima do modelo europeu. A autora, a partir da utilização de uma metodologia com base quantitativa, tendo como fonte os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2000, que delimitou as AEDs - Áreas de Expansão Demográfica -, delineou o mapa de distribuição da população negra em Londrina,

<sup>46</sup> Para os estudiosos, a categoria “negros” representa a somatória de pretos + pardos (IBGE).

constatando que esta corresponde a maior presença em territórios discriminados, pobres e marginalizados ao passo que representa menos de 2% nos territórios mais valorizados e consolidados com maior poder aquisitivo.

**Figura 1** - Distribuição da População Negra, por AEDs. Londrina 2000



Fonte<sup>47</sup> - Silva (2008)

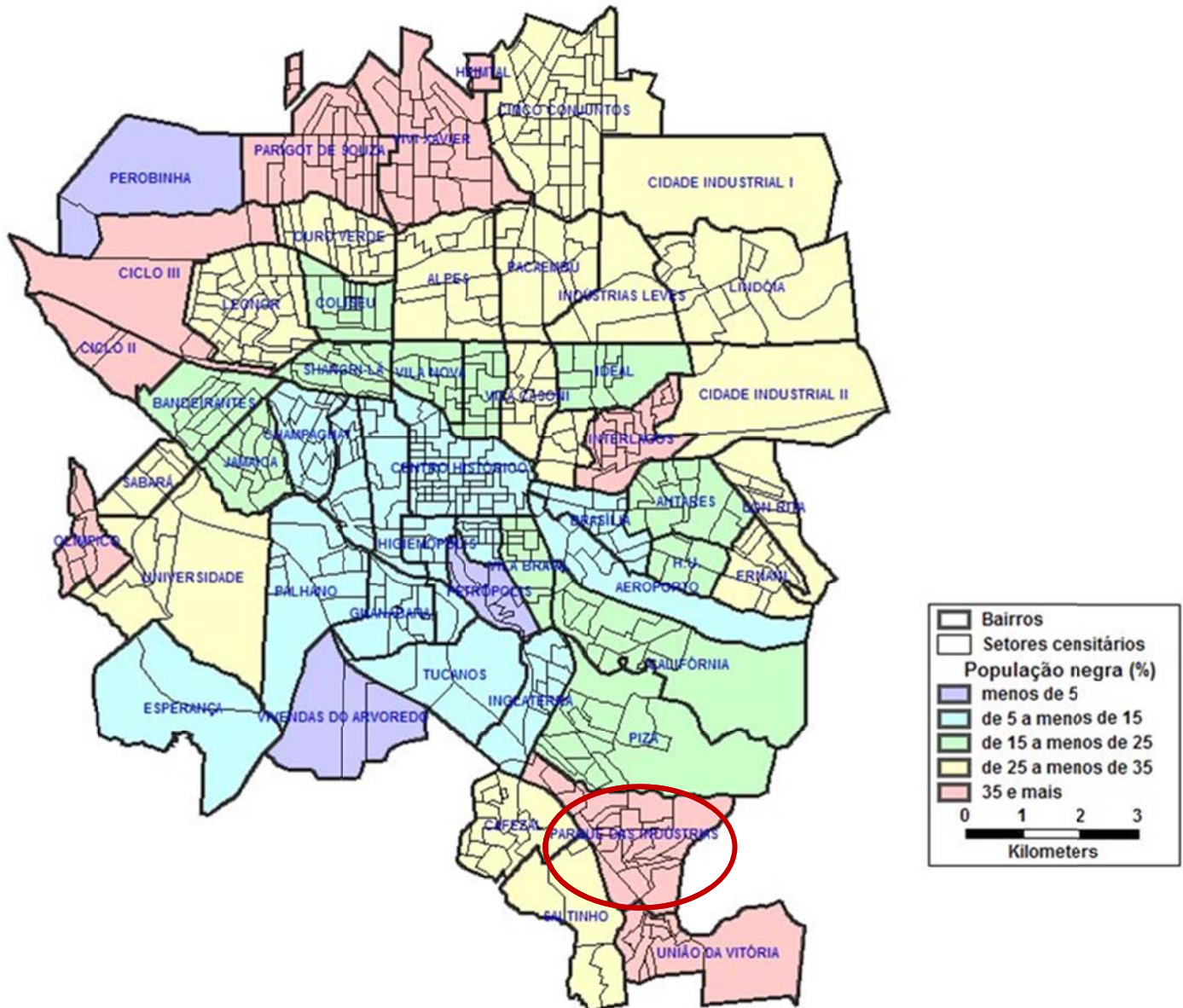
Em um novo mapa desenvolvido pela autora, agora com a utilização dos dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010, melhor elaborado, tendo em vista a divisão e a identificação dos bairros, nota-se que a maioria da população negra permanece nas periferias pobres localizadas nas extremidades da cidade. A região que se encontra destacada (com o círculo vermelho), o Parque das Indústrias, zona Sul de Londrina, corresponde à área onde se localiza o Jardim São Marcos que, como mostra

<sup>47</sup> SILVA, Maria Nilza. O negro em Londrina: da presença pioneira negada à fragilidade das ações afirmativas na UEL. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico* v. 82, p.nº82, mar. 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/082/82silva.htm>. Acesso em: 20/03/2013.



o mapa, está entre as regiões com a maior concentração de negros da cidade, ou seja, mais de 35%.

**Figura 2 - Distribuição da População Negra Londrina 2010**



Ao analisar os mapas, identificam-se diferenças de localização entre grupos definidos pela posição social e pela cor/raça. A distribuição territorial da maioria da população negra se afasta daquelas regiões mais consolidadas e também da região central que é fundamental para a sobrevivência dos mais pobres. Nessa perspectiva, os problemas centrais não se referem apenas as distâncias socioespaciais entre o grupo branco e negro, mas sim as oportunidades desiguais de acesso aos bens materiais e simbólicos oferecidos pela cidade. Os mapas revelam apenas as dimensões objetivas da segregação espacial urbana por raça. Os

efeitos da segregação territorial da população negra certamente são intensificados em análises subjetivas.

### **Segregação voluntária versus segregação involuntária**

Existem dois tipos de segregação: a voluntária (auto-segregação) e a involuntária (segregação imposta). Toma-se como exemplo a cidade de Londrina.

Nos últimos anos em Londrina, houve uma expansão de áreas residenciais de alto padrão, a exemplo da Gleba Palhano, bairro nobre localizado na porção sudoeste da cidade, que atualmente há a maior concentração de edifícios de luxo, cuja característica é o fechamento e o acesso controlado, o que Caldeira (1997) chama de enclaves fortificados. A criação desse tipo de habitação acarreta a separação de grupos socialmente distintos por meio do deslocamento de grupos com maior poder aquisitivo para longe dos bairros onde se mistura a população, para bairros novos, construídos para si, onde está entre iguais, longe do vulgo, com pretensões de conforto e de intimidade inacessíveis às camadas mais pobres da sociedade urbana (GRAFMEYER, 1994. p. 52). Tal processo decorre da ação organizada, cuja intenção segregativa encontra-se explicitamente presente nas vontades desses grupos. Esta primeira dinâmica pode ser entendida como um processo de segregação voluntária, em que o indivíduo ou uma classe de indivíduos optam por morar próximo às pessoas de sua classe social. De modo geral, a idéia de segregação voluntária refere-se às classes mais abastadas que se concentram em determinadas áreas exercendo seu poder social e político (RIBEIRO, 2000).

Por outro lado, em Londrina, a construção de conjuntos habitacionais teve início na década de 1970. Entre 1978 e 1980 ocorreu a implantação de quase 9.000 unidades habitacionais. No entanto, a partir de 1984, a construção de conjuntos habitacionais pelo poder público reduziu drasticamente e esta redução contribuiu para uma intensificação e expansão de outras formas de habitação, como por exemplo, as ocupações irregulares (ARCHELA *et al*, 2008). Esta segunda dinâmica pode ser entendida como um processo de segregação involuntária que, ao contrário da primeira, é aquela em que as pessoas são segregadas contra a sua vontade, ou seja, por falta de opção. Na medida em que a segregação voluntária acontece, a involuntária também acaba acontecendo. “[...] A segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole” (VILLAÇA, 2001, p. 142).



A referência à Gleba Palhano é apenas para exemplificar um padrão de segregação voluntária existente em Londrina. A criação dos condomínios fechados nessa área não influenciou na segregação dos conjuntos habitacionais criados na década de 1970, visto que a ocupação da Gleba se deu em 1990. Contudo é possível verificar os contrastes existentes na cidade. Enquanto em meados da década de 1990 intensificavam-se as construções dos condomínios de luxo da Gleba Palhano, na porção Sul da cidade, no mesmo período, no extremo da mesma região, um grupo de famílias pobres iniciavam a ocupação territorial, inicialmente irregular, do Jardim São Marcos.

Em Londrina, o silenciamento, a invisibilidade histórica e a segregação urbana da população negra fazem parte do cotidiano da cidade.

Na história de Londrina, verifica-se que o negro não aparece como agente ativo ainda que seja comprovada a sua participação efetiva na economia local desde os primeiros tempos da colonização do município, principalmente na configuração da mão de obra das lavouras de café dos anos de 1940 a 1980.

Nessa perspectiva, o próximo capítulo centra-se nas seguintes questões: Quem são os negros invisibilizados na história oficial de Londrina? O que teria determinado o fluxo migratório de famílias negras para Londrina no tempo e espaço (1940-1980)? Em quais condições chegaram? No próximo capítulo, será discutida a origem das famílias negras atualmente segregadas no Jd. São Marcos a partir dos depoimentos dos próprio entrevistados.

### CAPÍTULO 3

## SEGREGAÇÃO GEOGRÁFICA DE BRANCOS E NEGROS NO BRASIL: DESIGUALDADES RACIAIS E MIGRAÇÕES INTERNAS

A produção acerca das migrações internas e da mobilidade espacial no Brasil é ampla e complexa. No entanto, este capítulo será restringe-se à discussão das migrações de contingentes negros relacionadas, principalmente, às desigualdades regionais. Verifica-se que um complexo de circunstâncias históricas operou no sentido de restringir as oportunidades econômicas do grupo negro durante quatro décadas após a abolição. Como foi visto no capítulo precedente, entre as principais circunstâncias destaca-se a política de imigração, de cunho racista, que resultou na marginalização dos negros presentes nas regiões Sul e Sudeste, bem como reforçou o padrão de distribuição regional de negros no Brasil subdesenvolvido. Nesse capítulo inicia-se a utilização dos depoimentos orais dos moradores do Jardim São Marcos, cujas características principais foram apresentadas nos Quadros 1 e 2, na introdução do presente trabalho.

Observando a origem dos entrevistados, bem como a origem dos seus pais (Quadro 1.), verifica-se que a maioria das famílias é proveniente do Estado de Minas Gerais e do Nordeste brasileiro (Bahia, Sergipe e Pernambuco), tendo como exceção apenas um entrevistado, o Anderson<sup>48</sup>, que a mãe é do Paraná e o pai de São Paulo. Neste caso, é importante considerar que, desde aproximadamente 1850, os Estados da região Sul e Sudeste<sup>49</sup> do Brasil, que abrange os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, passaram a ser reconhecidos como o Brasil desenvolvido, principalmente em razão de sua carreira econômica ascendente associada à expansão cafeeira e posteriormente, à industrialização. As regiões subdesenvolvidas eram todos os outros Estados brasileiros (HASENBALG, 1979, p. 124).

A delimitação do Brasil subdesenvolvido baseia-se em dados de 1950 a partir de três indicadores de desenvolvimento social e econômico: a taxa de alfabetização, a renda industrial *per capita* e a percentagem da força de trabalho na indústria. Neste caso, os

---

<sup>48</sup> Como já havia sido mencionado no capítulo anterior, todos os nomes que constam no corpo deste trabalho tratam-se de pseudônimos. Este procedimento foi adotado como medida ética que visa preservar a identidade dos entrevistados.

<sup>49</sup> A Divisão do Brasil em duas regiões distintas Estudadas por Carlos Hasenbalg (do Brasil desenvolvido e do Brasil subdesenvolvido) segue a proposta de G. A. Dillon Soares, que distingue o Sudeste como o Brasil desenvolvido englobando os três Estados pertencentes à região Sul brasileira: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O Sudeste distinguido pelo autor não abrange os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, que nesta divisão pertencem ao Brasil subdesenvolvido.

seis Estados mencionados anteriormente correspondem às seis primeiras posições em cada uma destas variáveis (HASENBALG, 2005, p. 133).

Partindo do contexto pós-abolição, verifica-se que o regime escravista no Brasil foi um importante mecanismo de distribuição geográfica dos negros, escravizados e livres, visto que no fim do século XIX, este grupo concentrou-se nos setores econômicos mais atrasados e em regiões com menor dinamismo industrial. Embora nas porções Sul e Sudeste, regiões de maior dinamismo econômico, o grupo negro tivesse que competir em desvantagem com os grupos europeus, os ex-escravizados e seus descendentes puderam obter alguns ganhos econômicos. No entanto, em regiões como o Nordeste, os ex-escravizados e as suas gerações subsequentes permaneceram socialmente imobilizados num contexto agrário em estagnação. Com a abolição (1888), o restante da população escrava nordestina foi reabsorvida sem grandes reajustamentos, num quadro de trabalho caracterizado pela dependência senhorial, sendo incorporados às várias frações do campesinato nordestino, cujo destino foi subsequentemente condicionado pela imobilidade econômica e social da região (HASENBALG, 1979, p. 123,152-154). Esse é um elemento fundamental para a compreensão do processo migratório da população negra no Brasil.

Os dados de 1890 refletem um período de extrema importância, já que mostram a situação do Brasil imediatamente após a abolição do sistema escravocrata. Mostram mais especificamente, o efeito cumulativo de séculos de escravismo no que se refere à distribuição regional da população negra, bem como as vantagens diferenciadas em relação ao desenvolvimento social e econômico subsequente (HASENBALG, 2005, p. 153).

Segue a tabela que mostra a dinâmica demográfica após a abolição, que reforçou o padrão de distribuição racial, onde a maioria dos brancos se concentraram nas regiões brasileiras desenvolvidas e a maioria dos negros nas regiões subdesenvolvidas<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> Esta tabela consta no cap. IV Escravismo e Geografia Racial no Brasil. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Foi alterado apenas o modelo da tabela que consta na pág. 157 do livro.

**Tabela 5** - Distribuição dos grupos raciais por regiões: 1890-1950

	1890 %		1940 %		1950 %	
	Branco	Não-Branco	Branco	Não-Branco	Branco	Não-Branco
Sudeste	41,4	20,0	51,9	18,2	55,8	17,6
Resto do País	58,6	80,0	48,1	81,8	44,2	82,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – Censo demográfico de 1950.

Obs.: Não-branco inclui as categorias do Censo de negros e mulatos e exclui, em 1940 e 1950, os orientais.

A composição da população do Sul e Sudeste era radicalmente diferente do restante do país. A introdução tardia do trabalho escravo em grande escala e o fato de ter recebido um grande contingente de imigrantes europeus nessas regiões desde o século XIX, acarretaram a concentração maior de brancos dos Estados do Sul e Sudeste. Simultaneamente, a população negra tinha uma representação superior no resto do país, em especial no Nordeste e em Minas Gerais. De acordo com Carlos Hasenbalg:

[...] Como resultado de mais de três séculos de escravidão, à época da abolição a grande maioria da população afro-brasileira permanecia, em grande parte, fora da região onde uma sociedade urbana e industrial estava em formação. A dinâmica demográfica após a abolição reforçou o padrão já estabelecido de distribuição racial [...]. Nesses sessenta anos ocorreu um leve aumento da proporção da população não-branca no Brasil subdesenvolvido. Esse mesmo período testemunhou uma tendência oposta mais rápida no aumento proporcional dos brancos no Sudeste. [...]. A tendência para a polarização geográfica ou segregação geográfica dos dois grupos raciais – que, junto com os mecanismos de discriminação, está na base da estrutura das desigualdades raciais existentes – relacionava-se às características dos movimentos de migração internacional e interna, que tiveram lugar a partir do século passado. Tais processos demográficos, longe de serem puramente espontâneos, foram condicionados por políticas públicas específicas. A esse respeito, a promoção oficial da migração europeia para atender à falta de mão-de-obra no Sudeste (e especificamente em São Paulo) é de particular importância (HASENBALG, 2005:156-157).

Edward Telles analisou as diferenças regionais na composição racial de 1890 a 1999, bem como a natureza e extensão da segregação racial nas áreas urbanas determinadas pelos censos de 1980 e 1991. Com a autorização do IBGE, foram computados os índices de segregação extraídos do Censo de 1980 para os 40 maiores centros brasileiros. Os negros são minorias nas regiões do Sul e Sudeste, onde vivem 57% dos 170 milhões de brasileiros, mas são predominantes nas regiões menos desenvolvidas. O Censo demográfico

de 2000 revela que 73% dos brancos, 54% dos pretos e 37% dos pardos vivem na região Sul e Sudeste do Brasil. O maior movimento de negros para as duas regiões se deu a partir da década de 1950, quando começou uma imigração em grande escala oriunda da região do Nordeste, o que acarretou um aumento de pretos nas duas regiões ao sul de 54% para 60% e a população parda passou de 33% para 37% entre 1960 e 1980. De 1980 a 2000, em razão em razão da piora da economia brasileira, pretos e brancos começaram a sair do Sul e do Sudeste, enquanto o número de pardos aumentava significativamente. Ainda assim, a população brasileira continuava a se distribuir espacialmente de forma desigual por raça, como no século precedente (TELLES, 2003, p. 165).

Deste modo, sugere-se que o processo migratório dos entrevistados oriundos dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Pernambuco - Estados considerados subdesenvolvidos – para o Paraná se inserem num contexto histórico de mudança estrutural na economia brasileira no qual as migrações internas tinham como principal causa à segregação geográfica dos dois grupos raciais, mais especificamente, a concentração desproporcional de negros no Brasil subdesenvolvido e dos brancos no Brasil desenvolvido.

Conforme mostram os estudos desenvolvidos por Florestan Fernandes, a proletarianização dos ex-escravos, no Brasil, se deu em grande medida mediante a sua migração às cidades<sup>51</sup>. Essas migrações contribuíram para levar ao mercado de trabalho capitalista indivíduos e famílias que, em seus locais de origem, estavam integradas a uma economia de subsistência.

### 3.1 AS MIGRAÇÕES INTERNAS

Na perspectiva sociológica e econômica de Paul Singer (1998, p. 36,40), as migrações internas são decorrentes de fatores históricos e de mudanças estruturais e espaciais da economia. Para o autor, as desigualdades regionais são as principais propulsoras das migrações internas, que estão relacionadas ao processo de industrialização capitalista. As populações concentradas em regiões que não oferecem oportunidades econômicas vivenciam uma degeneração do nível de vida e esta situação acarreta o surgimento de um estado favorável à expulsão de grandes contingentes demográficos, como ocorreu principalmente no Nordeste brasileiro e no Estado de Minas Gerais, na década de 1950. Configuram-se fatores de *expulsão* que levam às migrações, os fatores de *mudança*, decorrentes da introdução de

---

<sup>51</sup> Cf. FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro à Sociedade de Classes**. São Paulo, 1964.

relações de produção capitalistas no campo - que acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, objetivando o aumento da produtividade do trabalho e a redução do nível de emprego - e os fatores de *estagnação*, referentes à densidade populacional sobre a disponibilidade de áreas cultiváveis, bem como a monopolização da posse da terra pelos grandes proprietários, situação comum no Nordeste brasileiro. Os fatores de estagnação produzem um fluxo de emigração cujo volume está associado à taxa de aumento vegetativo da população em economia de subsistência em confronto com a sua disponibilidade de terra.

Além dos fatores de expulsão que determinam as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, Singer distingue também os fatores de *atração* que determinam a orientação dos fluxos migratórios e às áreas as quais se destinam, tendo como principais motivações a demanda por forças de trabalho e oportunidades econômicas mais elevadas do que o migrante poderia ter em seu Estado de origem. Singer analisa que a criação de desigualdades regionais pode ser encarada como a causa principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas.

Fausto Brito<sup>52</sup> chama atenção para o fato de que as análises econômicas e sociológicas sobre as migrações internas foram fortemente influenciadas pela teoria do desenvolvimento econômico com a oferta ampla de mão-de-obra e pela teoria da modernização social, respectivamente:

Na primeira, encontra-se a concepção de que as migrações são um poderoso mecanismo de transferência da população de regiões agrícolas, densamente povoadas, e com uma produtividade do trabalho extremamente baixa, para os setores urbanos e industriais da economia capitalista, onde o progresso técnico intrínseco garante uma produtividade do trabalho muito mais elevada. Segundo a teoria da modernização, pode-se dizer que as migrações transferem o grande excedente populacional das áreas tradicionais da sociedade para as cidades, principalmente as grandes, onde predomina um arranjo social e cultural moderno, baseado nos padrões históricos da sociedade ocidental. Na verdade, as duas grandes teorias se referem a um mesmo fenômeno, as migrações, com uma ênfase analítica maior na economia ou na sociologia.

De maneira geral, ambas as teorias tendem a apresentar uma dimensão positiva das migrações, tanto em âmbito social, quanto econômico. Cabe ressaltar que a positividade dos processos migratórios está relacionada à estagnação econômica, pobreza extrema, mortes, fome, constantes secas, desenvolvimentos de doenças ligadas à subnutrição,

---

<sup>52</sup> BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes / Fausto Brito. – Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

enfim, à precariedade da zona rural brasileira naquele contexto. Ainda que a vida na cidade fosse extremamente dura para os migrantes, o fato de migrar para as cidades nos anos de 1940-1980 era um aspecto positivo em relação à pobreza extrema da zona rural. Esses fatores foram determinantes para o movimento migratório dessas populações. Portanto, o movimento migratório naquele contexto, não se trata de uma questão ideológica e sim econômica.

E é nesse sentido que Paul Singer<sup>53</sup> analisa especificamente os deslocamentos migratórios rural-urbano e compreende as migrações como necessárias e positivas para o desenvolvimento do capitalismo e para mobilidade social do migrante, que é o grupo social em movimento dentro dos contextos dos desequilíbrios e desigualdades regionais e sociais de uma economia em desenvolvimento. Para o autor, emigrar torna-se essencial quando se pretende melhorar as condições de vida, sobretudo, em razão de uma imposição estrutural do capitalismo. Nessa perspectiva, as migrações são historicamente determinadas mediante o processo de industrialização capitalista, que reorganiza espacialmente as atividades econômicas e, portanto, tornam as migrações internas economicamente necessárias, promovendo assim, a redistribuição da população. No caso do Brasil, país em desenvolvimento, os desequilíbrios regionais se intensificaram com o processo de industrialização, sendo esta, uma das causas fundamentais desse processo social. “As migrações internas redistribuíam a população do campo para as cidades, entre os estados e entre as diferentes regiões do Brasil, inclusive para as fronteiras agrícolas em expansão, onde as cidades eram o pivô das atividades econômicas” (BRITO, 2009, p. 12).

Os trajetos percorridos pelos migrantes, através dos longos caminhos migratórios, traziam a expectativa, que nem sempre se concretizava, de melhoria nas suas condições de vida. As cidades grandes eram os lugares, por excelência, onde era possível almejar a associação entre mobilidade espacial e mobilidade social, ainda que houvesse um tempo de adaptação. Essa era a principal característica do padrão migratório que prevaleceu até a década de 1980. O desenvolvimento da economia e da sociedade acarretava a abertura de caminhos para a conexão da mobilidade espacial, ou da migração, com a mobilidade social. Migrar com a família para outra cidade ou Estado era uma alternativa social consagrada pela sociedade e pela cultura, incentivada pela economia com vista à possibilidade de se alcançar êxito na melhoria de vida. “A migração era racional e necessária para o indivíduo que migrava, emparricular, e positiva e funcional para o desenvolvimento da economia e modernização da sociedade” (BRITO, 2009, p. 13).

---

<sup>53</sup> SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo, in Migração Interna, Textos Seleccionados, tomo I, coordenador, MOURA, HÉLIO; Fortaleza, Banco do Nordeste, 1980.

Historicamente, a descoberta do ouro em Minas Gerais e a extração da borracha na Amazônia atraíram contingentes significativos de migrantes, sobretudo do Nordeste brasileiro, a estas regiões. Contudo, até a década de 1920 a entrada de estrangeiros no Brasil era bem superior a estes movimentos internos. De acordo com Milton Mata (1973), as migrações internas desempenharam um importante papel na recomposição espacial brasileira, principalmente a partir da década de 1930. Acompanhando a evolução das atividades produtivas, que basicamente são agrícolas até 1940, a população foi se deslocando do campo para as cidades. “Entre 1940 e 1970, por exemplo, a população cresceu a taxa média de 1,8%, enquanto a urbana expandiu-se a 4,8” (MATA, 1973, p. 716).

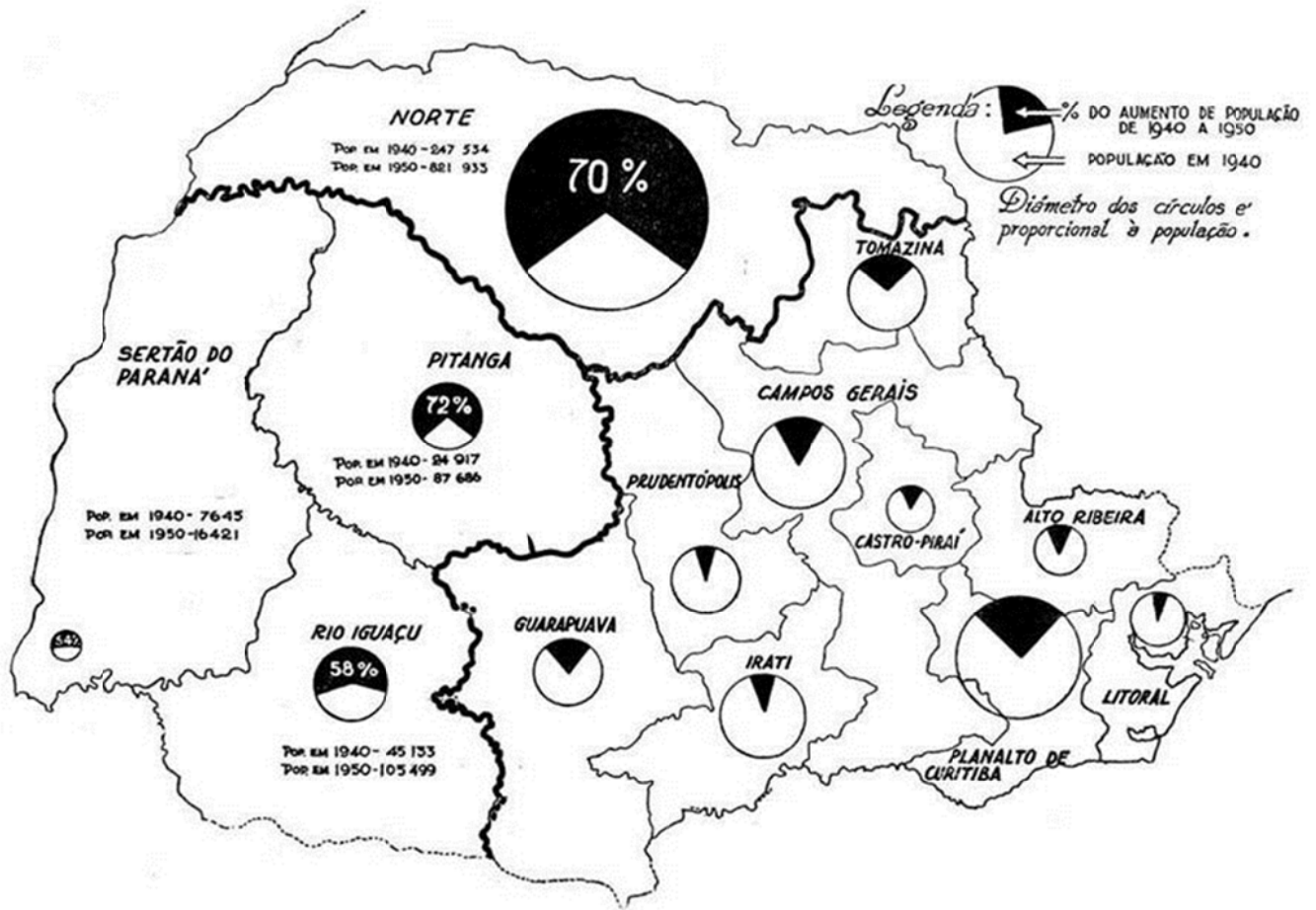
### 3.2 O PARANÁ COMO DESTINO DOS MIGRANTES: A CHEGADA DAS FAMÍLIAS NEGRAS

Como mostra o **Perfil do Município de Londrina – 2011 (Ano-Base 2010)**, desde os anos 50 do século XX, Londrina emergiu no cenário nacional como importante cidade do Brasil. Nessa época, a cidade expandiu consideravelmente em razão da produção cafeeira o que levou à intensificação do setor primário de toda região. Nesse período, a população passou de 20.000 para 75.000 habitantes, sendo que quase metade se encontrava na zona rural (LONDRINA, 2011, p. 4).

Geraldo de Menezes Côrtes (1958, p. 64) mostra em sua pesquisa que os Estados que mais se beneficiaram de contingentes da migração interna principalmente da década de 1950 foram: São Paulo e Paraná, principalmente na década de 1950. Através da comparação dos dados dos censos demográficos de 1940 e 1950, o autor mostra o grande pico migratório a favor do Paraná. Ao analisar o mapa a seguir, nota-se que a grande migração para o Estado do Paraná teve como destino a região Leste e, especialmente o Norte do Estado, que inclui a cidade de Londrina.



**Figura 3** - Crescimento da População do Estado do Paraná de 1940 a 1950.



**Fonte:** Côrtes, Geraldo de Menezes (1958, p. 68).

As terras novas e promissoras – graças à boa propaganda realizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná e, sobretudo, a pobreza extrema vivenciada na zona rural em diversas regiões do país - representavam força de atração para as migrações internas. As zonas Leste do Brasil (principalmente Minas Gerais e Espírito Santo) e Nordeste foram as que mais forneceram contingentes migratórios às demais regiões. Os trabalhadores que se encontram em condições de trabalhos suficientes apenas para sua sobrevivência ou se encontravam desempregados, tinham de migrar para outras áreas em busca de meios de vida.

Esse contexto pode ser percebido nos depoimentos dos entrevistados, sobretudo quando estes se referem às ocupações de seus pais (meeiros, lavradores, trabalhadores rurais, serviços domésticos, lavadeira, marceneiro, pedreiro, ensacador de café, armador de ferragem na construção civil, mecânico, electricista). Os depoimentos mostram que

as pessoas (ou as famílias) partiam deixando suas terras de origem, passando por processos migratórios em busca de melhores condições de vida e melhores oportunidades. Alguns tinham experiência de trabalho nos campos e migraram para o Norte do Paraná para suprir a mão de obra na agricultura, principalmente nas lavouras de café.

A população negra do Brasil subdesenvolvido teve poucas oportunidades de ascender na hierarquia ocupacional, permanecendo confinadas nas ocupações agrícolas não qualificadas (HASENBALG, 1979, p. 179). Esse aspecto pode ser observado na trajetória de Nair e de sua família, oriunda do Estado de Sergipe, que acompanhando o auge do crescimento do movimento migratório no Brasil - no qual a região Nordeste perdeu os maiores contingentes demográficos em proveito de outras regiões, num ritmo relativamente acelerado – chegou ao Estado do Paraná e a cidade de Londrina em 1957:

*Então, eu não tenho leitura nenhuma. A minha assinatura é o dedão. [...]. Eles [os pais] nunca colocaram a gente nos estudos. Mamãe colocou, mas ela estava sozinha... E daí quando o papai estava lá no Estado de São Paulo, plantando algodão pra lá, nós estava lá no Norte. De vez em quando ele escrevia pra nós e minha mãe ponhó nós na escola. Cinco fia muié que ela tinha. Quando foi pra vir de lá [de Sergipe] pra cá [para o Paraná] arrancou-nos da escola. Estava com três meses de aula só. E pronto, nós não estudamos mais. [...] Trabalhar pra fora eu nunca trabalhei de doméstica, essas coisas não, só na roça. Eu trabalhava em contato com os meus pais. Trabalhava pra danar. Os patrões do meu pai eram brancos, italianos. Nós trabalhava na roça junto com ele, saía cinco, seis, sete horas da manhã e chegava às cinco horas da tarde. No café, na roça que a mãe levava o almoço e só vinha à tarde. [...]* (Nair, 71 anos, dona de casa, Jardim São Marcos, 2007).

O depoimento de Nair mostra a precariedade vivenciada pela família no Estado de Sergipe. A entrevistada frequentou a escola apenas por três meses em razão da precoce inserção no mundo do trabalho informal, ajudando os seus pais nos trabalhos no campo, e pela migração de sua família para o Estado do Paraná, o que resultou na falta de oportunidades para estudar. Nota-se que antes de migrar para o Paraná, o pai de Nair havia migrado anteriormente para São Paulo em busca de melhores oportunidades, novamente exercendo atividades no campo. Nesse contexto, era comum que um membro da família partisse primeiro, geralmente o homem, e o restante da família permanecesse no local de origem, ainda que temporariamente.

Essa vasta experiência no desenvolvimento do trabalho agrícola das famílias negras está relacionada à sua permanência no setor agrícola de regiões economicamente atrasadas, como já foi abordado anteriormente no estudo desenvolvido por Carlos Hasenbalg.

O autor mostrou que, embora no Sudeste brasileiro a taxa mais acelerada de desenvolvimento tivesse acarretado a contínua abertura de novas posições na estrutura de classes, os negros foram inicialmente excluídos das posições polares do sistema capitalista emergente, sobretudo, em razão da exclusão do mercado de trabalho, tanto que o pai de Nair migrou para São Paulo para plantar algodão (HASENBALG, 1979, p. 193).

As décadas de 1940-1950 são marcadas pela expansão cafeeira no norte do Paraná e essas famílias foram fundamentais na configuração da mão-de-obra das lavouras de café e também na plantação de algodão:

*Hoje eu tenho 71anos. Eu o conheci [o marido Lourenço] aqui em Londrina. Também vim junto com os meus pais. Nos conhecemos e casamos aqui. Depois que nós casamos, nós fomos para o Norte, Estado de Sergipe, minha terra. E só ganhei o menino mais velho, depois ganhei mais outro. Foram dois moleques. Eu vim de dieta de 15 dias do mais novo e vim acabar a dieta aqui, na beira do Ipanema para “tocar” algodão. Nós viemos de lá pra cá já a fim de “tocar” algodão pra nós (Nair, 71 anos, dona de casa, Jardim São Marcos, 2007).*

Nair conta que conheceu Lourenço, seu marido, oriundo de Pernambuco em Londrina e que depois de se casarem em Londrina retornou para o seu Estado de origem e em seguida mudaram novamente para o Paraná a fim de trabalhar na plantação de algodão. Foram longos trajetos percorridos pelos migrantes sempre em busca de melhores condições de vida. Nota-se que o principal motivo que levou Nair a migrar de Sergipe para o Paraná foi a necessidade de acompanhar sua família que buscava melhores condições de vida e de trabalho.

Lourenço, que é do Estado de Pernambuco, chegou a Londrina no mesmo ano que Nair (1957), conheceu-a em Londrina e se casou na cidade. Em 2007, ano de realização desta entrevista, o casal completava 50 anos de casados. Lourenço relatou que, desde quando saiu do seu Estado de origem, Pernambuco, em busca de trabalho no Paraná, nunca mais teve contato com os seus familiares:

*[Tenho] 81 anos, sou de Pernambuco, casado e tenho 14 filhos. [...]. Os meus pais sempre trabalharam no sítio. Cana tinha bastante cana... Trabalhavam no sítio. [...]. Eu morei dois, três anos com um tio e com um irmão eu morei uns noventa dias mais ou menos, porque depois um tio me pegou da casa da minha tia e me trouxe para o Estado, do Paraná. Éramos nove irmãos. Agora não sei se mudou, não vi ninguém [desde que] eu saí de lá, eu nunca escrevi, nunca telefonei, nunca mandei recado... A gente só trabalhava e só comia, porque outra coisa eu não queria. Eu só queria o pôr da noite.*

*Entrando o pôr da noite eu não queria mais nada. Eu trabalhava, era único homem na casa. Quando os filhos daquele velho da casa que eu estava ia pegar um ferro elétrico pra ir trabalhar eu já estava lá na frente. Quando eles iam começar o serviço eu já estava todo é suado* (Lourenço, 81 anos, aposentado, Jardim São Marcos, 2007).

Lourenço foi trazido pelo tio ao Paraná especificamente para trabalhar. Há uma evidência empírica em relação à faixa etária dos migrantes, a saber, jovens de 15 a 29 anos de idade. Outra evidência é que os migrantes são predominantemente homens em pleno potencial produtivo (OLIVEIRA; JANNUZZI, 2005). Lourenço chegou a Londrina aos 30 anos de idade para realizar trabalho em pedreiras, que exige força e pleno vigor físico.

A estagnação econômica, os períodos de seca e a falta de emprego, fez com que muitos nordestinos fossem para outras regiões do país, fato este que pode ser reafirmado no depoimento de Elisa, Adriana e Jorge. Segue o depoimento de Elisa:

*Tenho quarenta e um anos, sou de Londrina, solteira, quatro filhos. O pai nasceu na Bahia e a minha mãe em Assaí. Meu pai era degustador de café, trabalhava na Intercontinental. Primeiro ele foi ensacador, carregava os sacos. Aí quando ele foi pegando idade aí ele ficou como degustador de café. Foi subindo de cargo. Minha mãe era doméstica. [...]. Ele (o pai) diz que veio fugido de lá [da Bahia], que passava fome lá e veio pra cá. Ele tinha onze anos quando veio pra cá. Parece que veio sozinho. Ele trabalhava na roça. Depois aqui é que foi crescendo. Com onze anos, disse que veio pedindo carona. Eles (os pais) se conheceram em Jaguapitã (Elisa, 41 anos, desempregada, Jardim São Marcos, 2012).*

Ainda que o depoimento não seja de primeira mão, ou seja, é Elisa que está contando a trajetória de seus pais é possível captar alguns aspectos importantes: o principal motivo apontado pela entrevistada para que seu pai saísse da Bahia para o Paraná foi a fome. Nesse caso, o depoimento da entrevistada corrobora com a discussão proposta anteriormente sobre a pobreza extrema na zona rural naquele contexto (em algumas regiões ainda permanece). Era relativamente comum migrantes viajarem de um Estado para outro de carona ou no chamado estilo pau-de-arara, um tipo de transporte irregular muito utilizado no nordeste, até a região de destino.

Segue o depoimento de Adriana sobre a origem de sua família:

*Eu tenho 48 anos. Vim pra cá [para Londrina] na faixa de oito anos de idade. Em Londrina eu já estou há quase quarenta anos. A gente é do Paraná, mas sou da cidade de Loanda, foi lá que eu nasci. Os meus pais já são de outro Estado, da Bahia. Eles vieram da Bahia pra cá. Nasceram lá, ficaram até a idade de casar. Depois que se casaram ficaram pouco tempo até ter os dois primeiros filhos. Depois vieram em busca de vida melhor... Foram para o Estado de São Paulo, ficaram pouco tempo também. Depois se instalaram no Paraná e ficaram. A minha mãe lavava roupa pra fora e meu pai foi à vida inteira marceneiro (Adriana, 48 anos, dona de casa, Londrina, Jardim São Marcos, 2007).*

Nota-se que as pessoas ou as famílias migravam em busca de melhores condições de vida e às vezes tentavam a vida em outro Estado antes de se estabilizarem no Paraná, como mostra o depoimento de Adriana, cujos pais migraram primeiramente para o Estado de São Paulo. Sabe-se que o Estado de São Paulo foi o principal destino de muitos migrantes e pólo industrial na década de 1970. Ocorre que muitas vezes as cidades não apresentavam uma quantidade de empregos suficientes para a demanda e as pessoas era obrigadas a se deslocar novamente para outros Estados.

Segue o depoimento de Jorge sobre a origem de seus pais. Assim como no depoimento de Adriana, o motivo declarado para a migração de seus pais da Bahia para o Paraná é a “busca de uma vida melhor”:

*Tenho trinta e nove anos e sou de Paiquerê [distrito de] Londrina, casado há dezenove anos e tenho dois filhos homens, um de treze anos e outro de cinco meses. [...]. Os meus pais são da Bahia, Jacobina. Meu pai era armador de ferragem na construção civil e minha sempre trabalhou de doméstica. Eles se conheceram lá [na Bahia]. Somos nove irmãos e eu sou o caçula. Dois nasceram na Bahia e o resto tudo pra cá. Aí eles vieram e voltaram e tiveram mais dois filhos lá. Aí tem dois filhos baianos mesmo, legítimos e o resto todos nasceram aqui. [...]. Eles vieram buscar uma vida melhor porque o que eles ganhavam era pouco, o dia de trabalho, o mensal. Vieram em busca de uma vida melhor, como acontece com muita gente (Jorge, 39 anos, pedreiro, Jardim São Marcos, 2012).*

E, como foi mencionado anteriormente, o Estado de Minas Gerais também forneceu grandes contingentes migratórios para outras regiões. Segundo Rita, seu pai, que era pedreiro, chegou à Londrina em torno de 1936, logo no início da cidade:

*Tenho cinquenta e dois anos e nasci aqui em Londrina mesmo. Eu sou casada e tenho um casal de filhos O meu pai é de Minas e a minha mãe também. O meu pai era pedreiro e a minha mãe era dona de casa. Nós éramos oito irmãos. Todo mundo nasceu aqui. [...]. Eles vieram jovens. Parece que o meu pai veio pra frente e depois a minha mãe veio. Se conheceram, ficou uma turminha e eles se conheceram. Ele veio direto, parece que foi em 1936, essa é a data mais ou menos que ele fala, é essa daí (Rita, 52 anos, babá, Jardim São Marcos, 2012).*

O estado de Minas Gerais se caracterizou como expulsor de contingentes populacionais durante a década de 1950 a 1970.

O pai de Vânia também é proveniente do Estado de Minas Gerais. Em seu depoimento é possível perceber as raízes da escravidão contidas na origem da família por parte de pai:

*Minha mãe nasceu na divisa de Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, tudo por ali, Paraná mesmo. E o meu pai é de Minas. [...]. O meu pai era negro a minha mãe não. Ela já era mais clara, era filha de índio com português. Era uma mistura. E o meu pai era mineiro. Então assim, a minha mãe já era bem mais clara. A minha avó da parte do meu pai foi escrava. São conversas de tias que vão conversando essas coisas, esses negócios de ser pega a laço pra casar, essas coisas. Não tinha casamento forçado, eles roubavam. Laçava e levava, não tinha casamento (Vânia, 45 anos, doméstica, Jardim São Marcos, 2012).*

De modo geral, verifica-se que a atitude de migrar tomada ao nível individual ou familiar se dá mediante a situação de acentuadas diferenças regionais, maior concentração de negros em regiões subdesenvolvidas, de mudanças estruturais e espaciais da economia frente ao processo de industrialização capitalista. Essa situação é percebida pelos sujeitos na figura da fome, do desemprego, na extrema precariedade vivenciada cotidianamente. Nesse sentido a migração aparece ao indivíduo como um meio de “buscar uma vida melhor”, ou seja, aparece como uma expectativa de melhoria. A partir da atitude individual de migrar, os migrantes estariam respondendo aos processos social, econômico e político.

As migrações no território brasileiro estão ligadas a um processo de mudança da economia brasileira e às transformações capitalistas no campo associadas à atração exercida pelos novos pólos de desenvolvimento. Para Singer (1998, p. 57), a adaptação do migrante recém-chegado ao meio social, se dá frequentemente mediante mecanismos de ajuda mútua e de solidariedade de migrantes mais antigos. Além disso, a posição social do novo migrante na nova sociedade será predeterminada em grande parte pelo seu relacionamento social, bem como pela sua situação de classe anterior. Nesse sentido é preciso considerar que o modo como o migrante se insere na economia e a sociedade do lugar de destino depende do seu nível educacional, de sua qualificação profissional, e, em grande parte, dos laços de solidariedade familiar de origem comum entre migrantes antigos e novos. É possível que os primeiros migrantes, ao conseguirem assegurar o seu sustento, chamam outros migrantes que podem ser parente ou amigos, oferecendo-lhes sua experiência, apoio

material, ou oportunidade de trabalho. Segundo Singer este é um importante fator de atração ao local de destino sobre os migrantes (SINGER, 1998, p. 57).

Paul Singer, ao fazer a *Radiografia da Democracia Racial Brasileira*, perguntou para mais de 5 mil brasileiros se existe preconceito de cor no Brasil. O resultado de sua pesquisa mostrou que a grande maioria dos brasileiros afirma que não acredita na democracia racial, mas, ao mesmo tempo procura praticá-la, ainda que teoricamente. De maneira geral, admite a existência do racismo e da discriminação racial, no entanto o preconceituoso é sempre o outro, ou então existe um racismo sem atores. Outro fato interessante demonstrado pelo autor é que poucos são os negros que dizem já terem sido discriminados (SINGER, 1995, p. 79-81). Esta realidade também se faz presente em grande parte do material empírico coletado para este trabalho, tendo em vista que, num primeiro momento, a maioria dos entrevistados tende a negar que já sofreu algum tipo de discriminação. Somente no decorrer da entrevista e a partir da repetição de algumas perguntas do roteiro (reformuladas), é que aos poucos os informantes acabam por expor algumas situações vivenciadas.

A seguir serão analisados alguns aspectos acerca da trajetória educacional e da trajetória no trabalho, que certamente influencia na posição social do negro, bem como corresponde a fatores essenciais que interferem na ocupação do território que será ocupado por este grupo.

### 3.3 ASPECTOS SOBRE INFÂNCIA E TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DOS ENTREVISTADOS

Em relação à escolaridade (Quadro 2. ), observa-se que dos 10 entrevistados que compuseram a amostra deste estudo, somente dois possuem o ensino médio completo, outros seis não chegaram a concluir o ensino fundamental e os outros dois não são alfabetizados. No depoimento de Nair, exposto anteriormente, é possível notar as dificuldades para conseguir estudar, sobretudo, em razão das migrações interestaduais de sua família e de sua precoce inserção no trabalho agrícola. Nair nasceu em 1936. É interessante observar que em 1940, a taxa de alfabetização das pessoas a partir dos cinco anos de idade no Brasil, era de 46,9% para os brancos e de 22,6% para os negros. Em 1950, quando Nair tinha 14 anos de idade, essas taxas eram de 52,7% no grupo branco e 25,7%, no grupo negro. Cabe ressaltar que Nair pertence ao grupo negro mais prejudicado, tendo em vista que a situação do negro residentes no Nordeste era consideravelmente pior do que a situação do negro do Sul e

Sudeste. As diferenças entre os dois grupos são marcantes e acentuam-se ainda mais ao considerar os níveis educacionais superiores (HASENBALG, 1979, p. 163).

**Tabela 6** - Nível de instrução completados pela população de 10 anos de idade e mais, segundo a região e a raça, 1940-1950

	Sudeste		Resto do País		Brasil		Total
	Branca	Não Branca	Branca	Não Branca	Branca	Não Branca	
<b>1940</b>							
Universitário	0,82	0,11	0,25	0,02	0,55	0,04	0,34
Secundário	2,75	0,55	0,79	0,11	1,82	0,19	1,24
Primário	10,99	6,68	3,04	0,97	7,24	2,04	5,38
Sem Instrução Primária	85,44	92,66	95,92	98,90	90,39	97,73	93,04
	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>1950</b>							
Universitário	0,88	0,05	0,40	0,02	0,68	0,03	0,43
Secundário	5,31	0,79	2,49	0,26	4,10	0,35	2,70
Primário	26,15	13,64	11,76	3,97	19,98	5,73	14,74
Sem Instrução Primária	67,66	85,52	85,35	95,75	75,24	93,89	82,13
	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1940 e 1950							

Os dados da tabela<sup>54</sup> mostram que os negros tiveram limitado acesso aos níveis educacionais superiores e que, a esse respeito, o maior desenvolvimento econômico da região Sudeste, não significou melhores oportunidades educacionais para este grupo. Também verifica-se que as diferenças raciais nas oportunidades, no âmbito dos três níveis educacionais no Brasil como um todo, são maiores do que em cada uma das regiões. Hasenbalg mostra que parte das desigualdades educacionais, deve-se ao peso da segregação geográfica de brancos e negros no Brasil:

<sup>54</sup> A tabela aqui apresentada consta no cap. VI: As Desigualdades raciais após a abolição da escravatura. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Foi alterado apenas o modelo/apresentação da tabela que consta na pág. 194 do livro.



O peso da segregação como causa dessas desigualdades pode ser estimado através da comparação da média ponderada das diferenças regionais com as diferenças nacionais. Seguindo esse procedimento, em 1940 o peso causal da segregação na produção de desigualdades foi de 43% no nível primário, 21% no nível secundário e 18% no nível universitário. As estimativas para 1950 são de 31%, 15% e 12%, respectivamente. Assim, pode-se concluir que, em nível agregado, a segregação ecológica como causa de desigualdades raciais na educação produziu efeitos maiores nos níveis educacionais mais baixos. Essa conclusão – que reflete as consequências da distribuição geográfica dos grupos raciais na apropriação dos lugares abertos no sistema educacional – indica uma relação positiva entre níveis educacionais e discriminação. Em outras palavras, quanto maior o nível educacional, maiores são os efeitos da discriminação na geração de desigualdades raciais na esfera educacional (HASENBALG, 2005, p. 195).

As respostas da maioria dos entrevistados em relação à escolaridade ajustam-se as tendências nacionais conhecidas, quer no tempo, nas diferenças de posição social, no âmbito das relações raciais.

Uma das primeiras dificuldades que o negro se depara é a questão do difícil acesso e permanência na escola. Alguns declararam ter tido dificuldades de acesso à escola por causa das condições econômicas, da distância e, principalmente, pela inserção no trabalho informal precocemente, como ocorreu com quase todos os informantes. Segue o depoimento de Vânia:

*Estudei muito pouco. Eu trabalhava na roça e mal tenho o ensino, como se diz, fundamental. Com sete anos de idade ajudava os meus pais na roça. Nós carpíamos café, nós ralhávamos algodão, colhíamos o café, a gente ia limpando o tronco. A gente era pequeno então ia limpando o tronco do café, essas coisas. Mas desde os sete anos de idade já estamos na roça. Estudei muito pouco, quase não dá pra considerar (Vânia, 45 anos, doméstica, Jardim São Marcos, 2012).*

O depoimento de Vânia corrobora com o depoimento de Nair, exposto anteriormente o de Rita que também não conseguiu concluir o ensino fundamental. Segue o depoimento de Rita:

*Eu estudei até a quarta, estudei não, passei, fui pra quarta série só e não voltei mais a estudar. Não terminei. Antes de casar eu voltei. Daí eu ia pra escola, chegava muito cansada do serviço, ia para a escola, chegava à escola ao invés de estudar estava dormindo. Então eu não fui mais. Eu comecei a trabalhar com dez anos em casas de família (Rita, 52 anos, babá, Jardim São Marcos, 2012).*

Roger Bastide (1959) analisa que a escola, que poderia representar uma forma de ascensão social do negro apresentava na época forte tendência a repeli-lo e que as barreiras aumentavam com o passar do ensino primário ao secundário e ao superior. Segundo o autor, a dificuldade que o negro encontra na escola vai desde as punições mais severas por parte dos professores às brigas com os colegas que o discriminava. Acrescenta-se a isso a falta de referência que o negro tem em relação a sua cor na cultura educacional tradicionalmente branca, que historicamente prioriza e valoriza as referências europeias<sup>55</sup>. Praticamente esta é a primeira barreira relacionada ao racismo que acarreta grande sofrimento às crianças negras (BASTIDE, 1959, p. 191-193). Segue o relato da experiência de Elisa na escola:

*Horrível! Eu apanhava na escola, a professora me deixava de castigo. Naquela época a gente apanhava tanto de régua, aquela reguona de pau, quanto de apagador. Então, era muito comum. Nossa! Eu era a neguinha do sarava, que não tomava banho... Eu estudei no Mábio Gonçalves [Palhano] e no Albino [Feijó Sanches]. [...]. Até os professores parece que tinham mais preferência pelos brancos (Elisa, 41 anos, desempregada, Jardim São Marcos, 2012).*

No depoimento de Elisa, nota-se a presença da discriminação proveniente do comportamento dos colegas de classe e também dos professores. A vivência destas situações traz grande sofrimento à criança negra e acarretam a construção do sentimento de inferioridade diante dos alunos brancos ou mesmo do sentimento de revolta. Este aspecto marca toda a trajetória do negro que, não se sente acolhido no sistema escolar e, muitas vezes, acaba desestimulado diante das barreiras encontradas.

Em estudo publicado em 2005, Eliane Cavalleiro, ao analisar as principais formas de racismo e discriminação racial presentes nas práticas educativas e no cotidiano de algumas escolas da região urbana do município de São Paulo, demonstra que o sistema educacional brasileiro, em sintonia com as demais instituições sociais, está repleto de práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas. A autora descreve em sua pesquisa muitos momentos de um cotidiano escolar prejudicial para o desenvolvimento emocional e cognitivo de crianças e adolescentes negros. Ela enfatiza que ao reproduzir e disseminar ideologias e conceitos que desvalorizam o contingente negro, a escola acaba por dificultar ou mesmo

---

<sup>55</sup> Historicamente, os materiais didáticos contribuíram para reforçar as representações discriminatórias sobre os negros, sobretudo através da imagem do escravo ou representações negativas e inferiorizadas. Imagens estas que favorecem estereótipos de inferioridade dos negros mediante aos brancos. Apesar dos avanços da Lei 10.639/03, o material didático não contempla totalmente a diversidade racial presente na escola, visto que a maioria das personagens continuam sendo brancas.

desestimular sua permanência na escola, bem como o seu sucesso escolar (CAVALLEIRO, 2005, p. 68).

Ao estudar índices de escolaridade desagregados por raça, Eliane Cavalleiro evidencia a participação desigual da população negra no sistema educacional brasileiro, constatando que as crianças negras deixam a escola bem mais cedo que as crianças brancas de mesma condição social. Sendo assim, constata-se que as desvantagens do negro no sistema educacional não podem ser respondidas apenas por desvantagens relacionadas à pobreza. O tratamento diferenciado pode conduzir diretamente ou indiretamente a exclusão de alunos negros da escola, ou, aos que conseguirem permanecer, a construção de um sentimento de inferioridade racial. Como consequência, a população negra apresenta os piores indicadores populacionais nas taxas de analfabetismo<sup>56</sup> (CAVALLEIRO, 2005, p. 69).

Os estudos realizados por Eliane Cavalleiro indicam ainda que os alunos brigam verbalmente e fisicamente por questões relacionadas à cor/raça. No entanto, essas questões são tidas como de pouca importância para a maioria dos professores, que tratam a situação como “coisa de crianças”. As ofensas, agressões verbais e físicas, são “solucionadas” com um mero pedido de desculpas ou apenas com a recomendação de um adulto. Estas situações deixam exacerbar a complexidade do trabalho com o racismo e a importância de debates acerca de referenciais da supremacia europeia estabelecidos (CAVALLEIRO, 2005, p. 78).

Na maioria dos casos, a criança ou adolescente discriminado silencia o seu sofrimento. O resultado da pesquisa da autora sugere dois motivos principais para este silenciamento: o primeiro refere-se ao fato da discriminação ser tão violenta que paralisa o discriminado e o segundo identifica a ausência de uma ação positiva ou encorajadora por parte dos profissionais presentes no ambiente escolar, que normalmente negligenciam e não consideram importante o sofrimento do discriminado, acreditando que não haja discriminação racial no cotidiano escolar (CAVALLEIRO, 2005, p. 81).

No que se refere a trajetória educacional, os resultados deste estudo se aproximam com os aspectos levantados pela pesquisa de Eliane Cavalleiro, sobretudo, quando os entrevistados relatam o sofrimento vivenciado no ambiente escolar.

Uma das marcas mais visíveis da discriminação racial é o recebimento de apelidos que ferem profundamente a criança negra. No decorrer da entrevista, percebe-se que o assunto é incômodo e causa desconforto em alguns entrevistados que, em alguns momentos,

---

<sup>56</sup> Indicadores selecionados sobre as condições socioeconômicas dos grupos de cor ou raça (brancos, pretos e pardos), Brasil, 2000 e 2007

são contraditórios em suas declarações. Num primeiro momento Jorge negou ter sofrido algum tipo de discriminação racial, no entanto, em outro momento da entrevista, acabou revelando algumas situações de discriminação racial que vivenciou. Segue o depoimento de Jorge:

*Eu não me lembro, mas nunca tive nenhuma discriminação. Sempre foi tranquilo. Estudei ali no Violin, não tenho nada do que reclamar não (Jorge, 39 anos, pedreiro, Jardim São Marcos, 2012).*

Momentos depois, Jorge relata uma situação na qual foi chamado de macaco por uma colega da escola:

*Teve uma situação na escola Maria Carmelita, no Jardim Europa, estudei ali também. Estudei lá. Eu estudava de manhã, mas eu fui chegar de tarde lá, fazer o que? Coisa de moleque. Eu peguei, subi no muro no recreio. Aí a menina falou 'olha o macaco'. Pra que? Já desci e dei um soco nela. No outro dia de manhã na sala de aula chegou a diretora. A diretora eu me lembro do nome dela até hoje, a Geni. Ela falou assim: 'Jorge, levante fazendo o favor. Por que você bateu na Valéria?'. 'Ah dona Geni, eu subi numa árvore, ela me chegou de macaco, eu desci e já fui pra cima dela'. Ela me puniu porque eu errei e bati nela e por estar no horário de outra aula, porque se eu estudo de manhã eu não tinha nada o que estar fazendo ali a tarde. Ela me puniu e eu não tiro a razão dela não. Nessa punição eu que bati em mulher e fora do horário de estudo. Mas eu não gostei de ter sido chamado de macaco, já desci bravo e deu isso daí, né? (Jorge, 39 anos, pedreiro, Jardim São Marcos, 2012).*

Embora no decorrer da entrevista Anderson tenha apresentado uma tendência a dizer que não sofreu discriminação racial, em diversos momentos posteriores acabou relatando algumas circunstâncias difíceis. No entanto, sempre ressaltando que, com o tempo, conseguiu superar e lidar com o racismo e as situações de discriminação racial. Segue o seu depoimento:

*Quando criança eu sofri isso, quando criança. Mas no decorrer do tempo eu superei isso. Negrinho, não sei o que, mas isso quando eu era criança, sete, oito, nove até dez anos, onze. Quando eu falei: 'o que é isso? Porque eu vou andar de cabeça baixa? Porque o fulano é branco eu vou ter que esticar tapete vermelho pra ele? Não!'. E a minha família sempre foi assim, sempre teve essa consciência, sempre teve esse pensamento (Anderson, 36 anos, eletricista, Jardim São Marcos, 2012).*

Adriana, que estudou durante a infância e posteriormente retomou os estudos no supletivo<sup>57</sup>, também revela ter recebido apelido na escola quando criança:

*Olha, de criança talvez sim, porque quando a gente é criança a gente é muito levado e na idade de primário até o ginásio... Porque a molecada às vezes, por não ter ensinamento em casa, chamava 'sua negrinha'. Às vezes qualquer coisa eles falavam 'sai daqui sua negrinha'... Então a gente voltava até meio sem jeito pra casa e depois passava. Não colocava isso como um problema. Mas teve sim de, na fase infantil. [...]. Eu estudei antes de eu me casar, eu tinha entrado no colégio, mas não deu pra concluir. Me casei e depois de vinte anos de casada, vinte e dois anos, voltei para terminar o colégio. Depois de casada eu tinha passado do primeiro para o segundo, mas não conclui o segundo. Voltei para o primeiro, fiz supletivo e conclui o segundo grau (Adriana, 48 anos, dona de casa, Londrina, Jardim São Marcos, 2007).*

Segue o caso de Ângela que tem uma irmã gêmea idêntica e ambas foram apelidadas:

*Ah, a única lembrança que eu tinha mesmo de quando eu era pequena, eu era bem nova, eu estava na segunda série, tinha amigos que tinham preconceito e era uma briga... Eu sou gêmea. Então colocavam apelidos na gente. Eu sou gêmea. Ela (a irmã) mora lá no Franciscato. É idêntica. Então tinha aquele preconceito contra a gente por parte dos colegas. Agora dos professores essas coisas nunca tive não. A professora brigava porque eu já era bravona também ia em cima, então brigava com os dois... Então, de um menino eu recebi o apelido de fumaça, eu e a minha irmã. Porque tem o Tico e o Teco ou Faísca e Fumaça. Ah, isso me incomodava! Eu investia em cima dele, eu era bem bravona. Minha irmã chorava, eu não, eu já investia em cima (Ângela, 43 anos, desempregada, Jardim São Marcos, 2012).*

Silvana também sofreu com o problema dos apelidos, porém, ao contrário de Elisa, ela relatou que era defendida pelos professores:

*Eu sofri muito preconceito. Era a neguinha do saravá, a galinha de macumbeiro, um monte de coisas. Os professores me defendiam (Silvana, 32 anos, Do lar, Jardim São Marcos, 2012).*

---

<sup>57</sup> O supletivo é uma modalidade educativa que visa suprir ciclos não concluídos na idade considerada adequada.

### 3.4 A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

A Tabela a seguir mostra a estrutura setorial do grupo branco e negro em 1940 e 1950. Em todo o Brasil, a população negra era sobrerrepresentada, nas duas décadas, nos setores rural e extrativo.

**Tabela 7** - Distribuição da população ativa por setor de atividade econômica, segundo região e raça, 1940-1950

1940						
	Sudeste		Resto do País		Brasil	
	Branca	Não Branca	Branca	Não Branca	Branca	Não Branca
	%	%	%	%	%	%
Agricultura e extração	56,0	59,6	76,6	81,3	65,9	77,4
Indústria	14,9	15,6	6,2	7,0	10,9	8,6
Comércio e Serviços	28,5	24,8	17,2	11,7	23,2	14,0
Total (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Números	4.724.897	912.499	4.108.994	4.181.749	8.833.891	5.094.248
1950						
Agricultura e extração	45,9	40,9	70,4	75,6	55,8	68,7
Indústria	19,6	21,3	7,3	8,0	14,6	10,6
Comércio e serviços	34,5	37,8	22,3	16,4	29,6	20,7
Total (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Números	6.260.858	1.286.042	4.251.688	5.132.272	10.512.546	6.418.314
Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1940-1950						

Os dados mostram a participação desigual nos dois principais centros industriais brasileiros.

A conclusão mais evidente refere-se ao grau de desigualdade sofrida pelos negros tanto nas regiões desenvolvidas quanto nas subdesenvolvidas. Os valores do índice de concentração ocupacional são negativos, já que indicam uma concentração desproporcional de negros nos setores inferiores da hierarquia ocupacional (HASENBALG, 2005, p. 185).

Ao analisar as entrevistas na íntegra ou verificar o quadro síntese de apresentação de cada entrevistado, nota-se que a maioria deles exerceu durante a vida mais de uma função e estas, em sua maioria, de baixa remuneração e de pouco reconhecimento, talvez

com exceção da profissão de eletricista exercida por Anderson, que precisou fazer um curso técnico para exercê-la:

*Eu sou eletricista desde os meus 17 anos e quando eu me formei, quando eu terminei o meu curso técnico de eletricista estava empregado. Eu já trabalhei na roça colhendo algodão, carpindo algodão, carpindo soja, já fui frentista de posto de gasolina, mas a partir do momento que eu me formei eletricista eu não fiquei um ano parado depois de formado. Surgiu um emprego numa firma e trabalhei acho que uns oito anos nessa firma. Depois desses oito anos eu comecei a trabalhar autônomo e estou até hoje (Anderson, 36 anos, eletricista, Jardim São Marcos, 2012).*

Os entrevistados, de modo geral, ou os seus pais, constituem um grupo de trabalhadores que não possuíam propriedades. Estes migrantes foram forçados a deixar a sua região de origem devido ao aniquilamento dos seus meio de vida. Lourenço, por exemplo, que não é alfabetizado, exerceu durante toda sua vida trabalho em pedreiras, profissão considerada de alto risco de incidência de doenças adquiridas como resultado dos esforços repetitivos, doenças respiratórias e perda de audição. A mineração é um dos setores mais perigosos de trabalho e de elevado índice de acidentes mortais. Embora Lourenço afirme em seu depoimento gostar muito de sua profissão, conta já ter sofrido um acidente de trabalho e que sente suas consequências ainda hoje:

*Sem emprego eu nunca fiquei. Nunca fiquei parado, eu nunca fiquei parado uma semana. Parado sem serviço não. Não nunca fui mandado embora. Trabalhava tanto que ninguém me mandava embora... Nunca mandava embora. Toda vida eu trabalhei, só não estou trabalhando agora. Eu sempre trabalhava em pedreira. Eu sempre trabalhei de empregado. Toda a minha vida eu gostei de trabalhar em pedreira que é serviço pesado, serviço suador. [...]. Sempre no serviço que eu trabalhava sempre só gente morena. Esse negócio de trabalhar com branco, gente italiana, esse pessoal japonês, nunca trabalhei. [...]. Trabalhando numa ocasião teve um acidente. Me levaram ao hospital e quando me acordaram, isso aí já estava com uns três dias. Acidente na cabeça, pescoço, perna, parte do cotovelo e as duas pernas. E até hoje incha (Lourenço, 81 anos, aposentado, Jardim São Marcos, 2007).*

No depoimento de Lourenço é possível perceber a predominância de indivíduos negros exercendo este trabalho quando o aposentado afirma que em sua ocupação só trabalhava “gente morena”.

Jorge, assim como Anderson, é trabalhador autônomo. Ele exerce a profissão de pedreiro para garantir o sustento de sua família:

*Pedreiro. Eu sou autônomo. Na realidade eu trabalho de segunda a sábado. Hoje (sábado) eu trabalhei, fiz uma cobertura hoje até as duas horas da tarde. Trabalho não me falta não. Não falta não. Boa referência, bom conhecimento. [...]. O mês de dezembro costuma ser mais puxado. Eu falo mais puxado porque o serviço é demais. Aparece muito trabalho, então é das oito às cinco. A cliente ligou pra mim e eu vou lá atender... Eu não estou dando conta. [...]. Vou para o trabalho de carro. Faz uns dois anos que eu tenho esse. Mas eu tinha outro, faz uns oito anos. Também já tive outra profissão de operador de máquinas de recapagem. Era numa empresa em que trabalhei seis anos. Aí o patrão foi me arrumando um servicinho aqui, aí eu fui gostando e comecei a trabalhar de pedreiro (Jorge, 39 anos, pedreiro, Jardim São Marcos, 2012).*

De maneira geral, verifica-se que é difícil a inserção do negro em áreas do mercado de trabalho mais bem remunerado ou de maior *status* social. Entre os homens negros é comum o preenchimento de vagas nos trabalhos braçais.

### **A jornada das mulheres negras**

A inserção das mulheres negras no mundo do trabalho é extremamente desvantajosa em razão da falta de equidade entre os sexos acrescido o problema do racismo. Este fato coloca a mulher negra na pior posição diante dos outros grupos: homens brancos, mulheres brancas e homens negros. Isso faz com que as mulheres negras apresentem as maiores taxas de desemprego e quando obtêm um trabalho lhes são reservadas as ocupações menos qualificadas, com menor remuneração e reconhecimento. Verifica-se que a maioria das pesquisas que aprofundam os estudos das desigualdades de sexo não considera a variável cor, negligenciando as desvantagens sofridas pela mulher negra. Como analisa Maria Aparecida Silva Bento, o lugar destinado a mulher negra no trabalho está demarcado no imaginário da sociedade brasileira: atividades manuais, serviços domésticos, atividades braçais como serventes, cozinheiras, lavadeiras, passadeiras, entre outros<sup>58</sup>. Luana Pinheiro<sup>59</sup> e Nina Madsen<sup>60</sup> mostram que:

<sup>58</sup> Cf. BENTO, Maria Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. **Estudos Feministas**. Ano 3. 1995. N. 2/95. P. 479-488.

<sup>59</sup> Técnica de planejamento e Pesquisa Ipea. Lotada na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc).

<sup>60</sup> Técnica da Secretaria de Políticas para as mulheres da Presidência da República e coordenadora do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.



O trabalho doméstico é, como muito já se tem dito, uma ocupação de mulheres e, especialmente, de mulheres negras. Em 2009, enquanto apenas 1% dos homens ocupados eram trabalhadores domésticos, essa proporção alcançou 17% das mulheres, o que representa cerca de 6,7 milhões de trabalhadoras. Esta ocupação é ainda mais importante para as mulheres negras, sendo responsável pelo emprego de 21,8% dessas trabalhadoras, frente a 12,6% das brancas. A sobrerrepresentação da população feminina e negra nesta categoria está relacionada não apenas a tradicionais concepções de gênero, que representam o trabalho doméstico como uma habilidade natural das mulheres, mas também a uma herança escravista da sociedade brasileira, que se combinou com a construção de um cenário de desigualdade no qual as mulheres negras tem menor escolaridade e maior nível de pobreza e no qual o trabalho doméstico desqualificado, desregulado e de baixos salários constitui-se numa das poucas opções de emprego (PINHEIRO e MADSEN, 2012).

Observa-se que a profissão mais frequente exercida pelas mães dos entrevistados, mulheres negras, era em serviços domésticos. Nota-se também que a maioria das mulheres entrevistadas para este estudo exerceu a mesma profissão no decorrer da vida, ou em algum momento da trajetória de vida, variando entre serviços domésticos em casas de família, diarista e auxiliar de serviços gerais em empresas (que nos casos aqui informados também se refere a serviços de limpeza). Segue o depoimento de Adriana:

*Nos últimos trabalhos, mesmo depois de casada, tudo foi com trabalhos domésticos. Cheguei até a trabalhar com uma irmã numa cooperativa, mas depois não deu certo, não voltei mais a trabalhar. Quando era por semana eu trabalhava só três dias. Todos os trabalhos que eu tive, eu ia de ônibus mesmo e sempre gastava uma média de meia hora em cada condução. E os dois últimos que eu tive os dois últimos trabalhos eu ia de condução de bicicleta. Inclusive eu pedalo até hoje. Só que não trabalhando, mas ainda cheguei a usar a bicicleta para trabalhar também (Adriana, 48 anos, dona de casa, Jardim São Marcos, Zona Sul, 2007).*

É interessante analisar que em 1950, 89% das mulheres negras no Brasil concentravam-se principalmente no serviço doméstico. Além disso, Hasenbalg afirma que como resultado da discriminação racial no passado, cada nova geração de negros está em posição de desvantagem porque tem sua origem baseada na família de baixa posição social. O racismo e a discriminação racial também continuam a interferir no processo de mobilidade intergeracional, promovendo restrições às realizações dos negros, comparativamente aos brancos da mesma origem social (HASENBAG, 1979, p. 172, 199).

O depoimento de Jorge sobre a sua mãe retrata bem o papel fundamental da mulher negra enquanto chefe de família. Após ser abandonada pelo marido, Regina criou nove filhos sozinha trabalhando como doméstica. Segue o depoimento de Jorge:

*O meu pai é armador de ferragem e minha mãe doméstica e do lar. Criou os nove filhos sozinha. Sozinha! Eu nasci em Paiquerê, meu pai se separou dela e falou que ia pra São Paulo. Falou pra ela ‘eu vou viajar que São Paulo em busca de dinheiro’. Arrumou as malas... Eu na verdade não sei de nada, eu escuto o que a minha mãe falou pra mim e o que a minha irmã mais velha falou. Arrumou a mala. A outra irmã, que é mais velha do que eu agarrou na perna dele e falou ‘pai leva eu’ e ele não, o pai vai trabalhar’. Ele foi três sítios pra frente e foi uma vizinha do sítio que falou assim: ‘Dona Regina e Davi, foi pra onde?’. E a minha mãe inocente falou ‘ele foi pra São Paulo trabalhar’. ‘Foi?’. ‘Foi’. ‘Oh dona Regina, ele não foi não. Ele está no sítio com a outra’. Com nove filhos, eu sou o caçula. Nunca deu um cruzeiro. Ela criou todos os filhos sozinha trabalhando de doméstica e ensinou pra todos nunca mexer nas coisas de ninguém. Ela falou essas palavras assim: ‘se um dia um de vocês cair na cadeia, visitar eu não vou não’. Isso ela falou. Ela foi firme. Chegou a horinha dela, Deus levou ela a descansar (Derli, 39 anos, pedreiro, Jardim São Marcos, 2012).*

Um aspecto importante a ser analisado, é que quando as mulheres não estão exercendo serviços domésticos, apresentam múltiplas funções, como é o caso de Silvana, que trabalhou como doméstica, operadora de máquinas e de pedreira, assim como auxiliou na construção de sua própria casa trabalhando até o nono mês de gravidez:

*Eu já trabalhei de auxiliar, na Carambeí [empresa têxtil], já trabalhei de doméstica e de pedreira. Pedreira era só eu de mulher. Mas eu aguentava. Essas casas quem construiu fomos nós. Eu construí grávida. Quando eu fui ganhar o meu filho, no dia que eu passei mal, ainda carreguei lata de massa pra terminar de fazer o chão da cozinha de concreto. Daí terminei tudo e a noite fui pro hospital ganhar o neném [...]. Também trabalhei na Carambeí. Acho que foram uns quatro meses, por aí. Como doméstica (trabalhei) um ano e pouquinho. Utilizava ônibus. [...]. Atualmente eu não trabalho. A minha filha é pensionista porque o pai dela faleceu. O pai dela era funcionário público da prefeitura de Cambé. E eu recebo a bolsa família, recebo a pensão daquele [filho de outro pai], e faço assim, se eles me chamam pra fazer algum serviço eu vou e faço” (Silvana, 32 anos, do lar, Jardim São Marcos, 2012).*

Há ainda aquelas que se encontram desempregadas em razão de problemas de saúde, como é o caso da Ângela que trabalhou como auxiliar de serviços gerais, cujo trabalho era mais direcionado à limpeza. Uma das coisas que não se avalia é a consequência desse tipo de trabalho para a vida dos trabalhadores.

*Eu sou dona do lar agora. Eu trabalhava nos serviços gerais, mas agora eu estou com problema nas pernas, então eu não estou podendo trabalhar. Eu estou com as minhas pernas inchadas e eu estou com uma inflamação e artrite no tornozelo. Então, eu estou aguardando. Eles falaram que é pra eu aguardar daqui quinze dias a carta. O correio vai trazer a carta para auxílio doença. Eu trabalhei na Dental Clean e trabalhei no Clube Alemão. No Terminal Urbano também trabalhei. Eu trabalhava direto nos serviços gerais. Tinha uma folga num domingo, ou numa segunda, era assim. [...]. O último trabalho foi agora lá no Clube Alemão. Só que trabalhava de sábado, domingo, feriado. Eu gostava de trabalhar lá, só que trabalhava de sábado, de domingo e feriado. Era muito puxado. Não compensava pelo tanto que eu trabalhava. Dia de domingo eu não sabia mais o que era viver com a família. [...]. Eu pegava o (ônibus) Ouro Branco e descia ali na [Avenida] Duque de Caxias, perto do Mufatto. [...]. Difícil eu ficar desempregada. Agora eu vou ficar parada porque eu fui trabalhar, mas não agüentei, não pude trabalhar. [...]. Então na AREL eu trabalhei primeiro pela Labor, que é uma agência. Daí fez três meses pela Labor e então eu fui efetivada pra trabalhar. Mas trabalhei mais dois meses, estava pra três meses, mas eu não estava aguentando de tanta dor nas pernas daí eu parei. Esforçava muito (Ângela, 43 anos, desempregada, Jardim São Marcos, 2012).*

Elisa que durante a vida exerceu diversas ocupações, se encontra desempregada por problemas psicológicos, mas especificamente, em razão da Síndrome do Pânico, que não foi reconhecida como doença na época que ela ainda trabalhava:

*Eu era operadora de máquinas na Carambeí. Trabalhei lá por 14 anos. A empresa veio à falência e eu saí antes dela falir. [...]. Eu trabalhava com raminho. Era indústria têxtil. [...]. Eu recebo a pensão das crianças e a bolsa escola. É que eu tenho Síndrome do Pânico, por isso eu parei de trabalhar. Quando eu pedi a conta eu não sabia que eu já estava doente, eu pedi a conta. Aí quando foi dois anos depois não deu para recorrer. A firma faliu e eu não recebi. Quatorze anos trabalhando. O Ratinho (apresentador) é o dono dela agora. Eles falam que a síndrome do pânico não é uma doença. Que isso é uma coisa da cabeça da gente e a hora que a gente quiser a gente tira. É que eu tive uma depressão pós-parto e depois da depressão pós-parto me deu a síndrome” (Elisa, 41 anos, desempregada, Jardim São Marcos, 2012).*

Há um descaso em relação às doenças dos trabalhadores mais simples, notadamente com aqueles que acometem a população negra. No decorrer de sua entrevista, Elisa relata diversas situações em que foi discriminada abertamente. A seguir, serão expostos alguns depoimentos em que trabalhadoras negras vivenciaram situações de discriminação racial explícitas e camufladas.

## Práticas discriminatórias no ambiente de trabalho

Em seu primeiro depoimento, Elisa relata uma circunstância em que foi discriminada pelo seu chefe no ambiente de trabalho, uma indústria têxtil, na qual exercia a função de operadora de máquinas:

*Então, no dia em que eu pedi a conta, foi o último mês que eu trabalhei lá. Nós mexíamos com linho. Nós estávamos trabalhando com linho preto. Faltou o linho, aí eu fui falar pro meu chefe que tinha acabado o linho e ele me mandou passar pela máquina. Aí eu estava com uma faca na mão, a minha vontade foi de lascar a faca nele. Pra não fazer isso eu pedi a conta. Por causa dessa situação. Ele falou (diante dos outros funcionários), mas não adiantava que ninguém ia interferir... Foi em 2001 [...]. Então, foi a única vez que rolou essa situação. Quando rolou também já dei um basta, preferi sair (Elisa, 41 anos, desempregada, Jardim São Marcos, 2012).*

Quando adolescente Elisa trabalhou em casas de família como doméstica e relatou outra ocasião em que foi discriminada:

*Quando eu tinha quatorze anos eu pedi pra sair mais cedo do trabalho. Aí a minha patroa falou que eu podia sair, mas a hora que eu voltasse ela ia alisar o meu cabelo de tanto puxar (Elisa, 41 anos, desempregada, Jardim São Marcos, 2012).*

O outro caso de discriminação racial ocorreu quando Elisa trabalhou também como empregada doméstica na casa de uma família tradicional de Londrina, na qual era revistada ao chegar e ao sair da residência onde trabalhava:

*Foi na casa do doutor W. S. Eu trabalhei com a mãe dele e a irmã dele, que é cabelereira. Eu chegava lá e ela revistava a minha bolsa pra ver o que tinha e na hora de sair ela revistava pra ver o que eu estava levando, todos os dias. Incomodava um pouco porque a gente serve se sarro para os outros (Elisa, 41 anos, desempregada, Jardim São Marcos, 2012).*

Silvana, irmã de Elisa, revela ter sido discriminada durante uma entrevista de emprego. Na sequência, Silvana narra ainda outra situação na qual foi discriminada por um segurança de outra rede de mercado da cidade, ao entrar no estabelecimento comercial para comprar um chinelo para o seu filho:

*No dia que eu fui fazer entrevista a mulher falou que não ia me pegar porque eu era negra. Ela falou 'ah, eu não vou te pegar porque eu não gosto da sua cor, eu não gosto de gente negra'. Eu fiquei quieta, virei às costas e fui embora. [...]. E quando eu fui ao mercado... Eu estava vindo com os meus filhos da escola. Fui comprar um chinelo para os meus dois filhos. No que eu entrei no mercado e agachei pra escolher, o segurança veio perguntar pra mim se eu tinha dinheiro pra comprar. Foi no (mercado) Tonhão, onde era o Montese (um outro mercado da região), que era do lado do bar. Eu não falei nada. Saí daquele mercado e fiquei no Montese. Eu não ia lá por causa dele. Agora que ele saiu eu vou normal. Eu acho que ele pensou: 'ela é negra, ela vai entrar aqui pra catar né? Não pra comprar' (Silvana, 32 anos, Do lar, Jardim São Marcos, 2012).*

Ângela também relata uma ocasião na qual foi discriminada. A entrevistada foi indicada pela Agência do Trabalho para prestar serviços em uma casa de família como doméstica. Cabe lembrar que a Agência do Trabalho tem o papel de disponibilizar aos empregadores um banco de dados atualizados com diversos currículos, buscando fazer o encaminhamento do profissional que seja compatível com o perfil solicitado. No entanto, o empregador só conhece as características físicas do trabalhador quando este é direcionado a sua empresa ou residência. Ângela demonstra plena consciência de que não conseguiu um emprego de doméstica por ter sido vítima de racismo, no entanto, de maneira velada. Segue o seu depoimento:

*Eu tive dificuldade em dois serviços de doméstica. Eu fui pela agência e a mulher viu que eu era negra. Eu fui trabalhei dois dias e ela já não me quis mais. Mas eu senti que era por causa da cor. Pela agência não conhecem a sua imagem. Daí você chega lá na casa, eu acho que ela só ainda me aceitou assim por que... Chato que eu cheguei lá e fui conversar. Trabalhei, mas não foi muito assim... Ela não falou, mas da pra ver assim pelo jeito da pessoa (Ângela, 43 anos, desempregada, Jardim São Marcos, 2012).*

O enfrentamento do racismo é ainda mais difícil nesse tipo de situação tendo em vista que a pessoa discriminada se sente impotente diante do ocorrido, pois ela não tem como comprovar que foi vítima de racismo ou de discriminação racial. Nada foi falado abertamente, apenas foi sentido pela entrevistada.

Certamente, todos estes aspectos mencionados, tanto relacionados à trajetória educacional quanto à ocupacional exerce influência no território que será ocupado por estas famílias.

### 3.5 A MARGINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES

Ainda que a maioria dos autores mencionados anteriormente tenham sido otimistas em relação às migrações internas, é preciso considerar também que no contexto de profundas desigualdades sociais, raciais e espaciais, nem todo migrante conseguiu se integrar a nova terra de destino, tendo em vista que as desigualdades se intensificaram e se projetaram para o Brasil urbano.

Em estudo desenvolvido por Nestor Razente<sup>61</sup>, o pesquisador busca identificar como seu deu a segregação socioespacial no processo de expansão do aglomerado urbano da Região Metropolitana de Londrina, enfocando a segregação socioespacial no decorrer da expansão da cafeicultura. Em torno de 1920, proveniente do Estado de São Paulo, o café adentra ao Paraná ocupando grande parte das terras do norte e noroeste do Estado. A Grande expansão da economia cafeeira em apenas trinta anos tornou o Paraná um dos maiores produtores mundiais, num momento em que o café representava cerca da metade das divisas brasileiras de exportação. Nesse período, o norte paranaense ficou conhecido como eldorado brasileiro, sinônimo de ascensão social e destino de grandes migrações internas do país, sobretudo entre as décadas de 1940 e 1970, conforme informa Razente. De acordo com autor, nestas décadas, a população urbana da Região Metropolitana de Londrina passava de 23,7 mil para 230,2 mil habitantes, enquanto que a população rural passava de 80 mil para 204 mil habitantes (RAZENTE, 2011). Na década de 1950, em plena efervescência cafeeira, aumenta a segregação de uma parcela da população que passa para a margem da cidade, cuja distribuição residencial se afasta daquela considerada para o conjunto da cidade. Segundo Razente (2011):

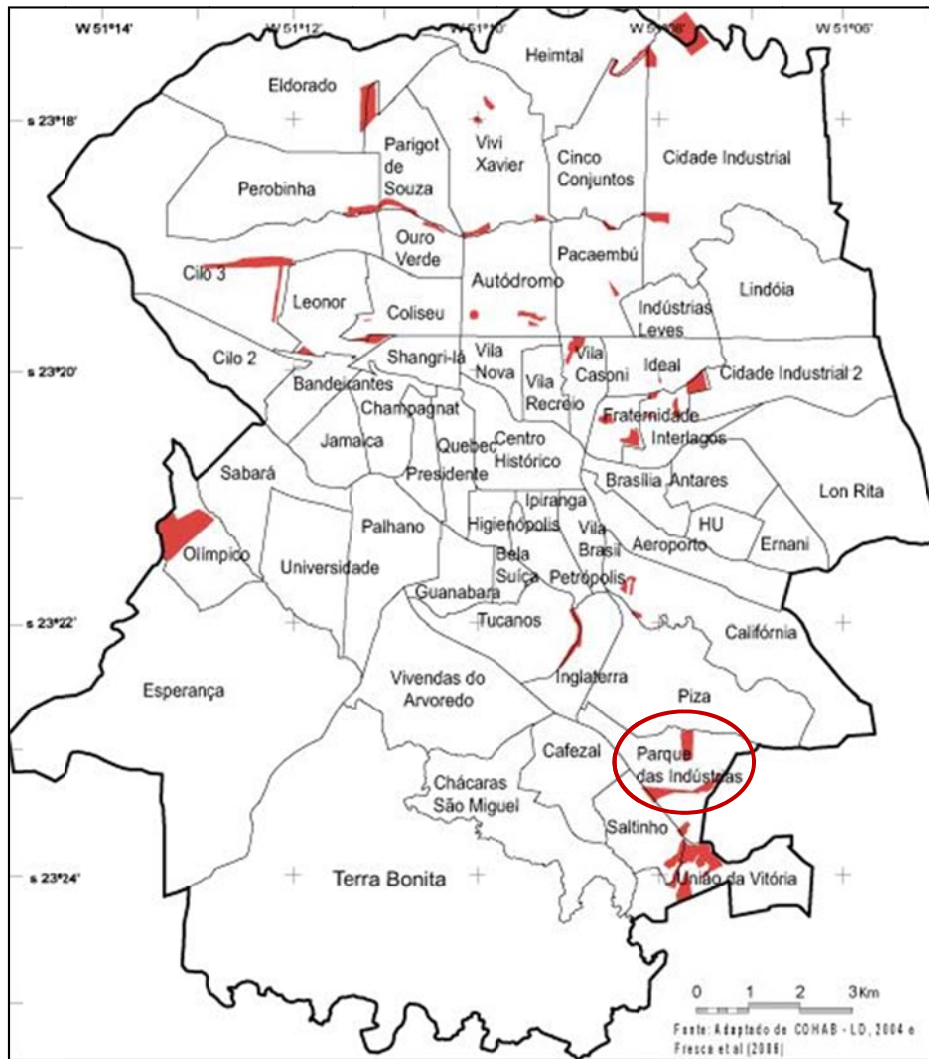
Em termos segregacionistas esses não se confundem com os residentes nas vilas populares. Enquanto que nas vilas é o mercado de terras quem escolhe a localidade onde o dinheiro do morador pode alcançar, no novo padrão segregacionista não há alternativas. A estratégia de sobrevivência induz à invasão/ocupação de terrenos públicos ou privados. Em termos segregacionistas, o público alvo agora são os pobres migrantes rurais entrincheirados nas favelas, reconhecida por boa parte da sociedade, inclusive pela pobreza, como lugar do crime, da vadiagem, da bandidagem e da degradação dos valores e costumes.

---

<sup>61</sup> RAZENTE, Nestor. Segregação socioespacial nas cidades da Região Metropolitana de Londrina – Paraná – Brasil. *Arquitextos - Vitruvius*, n. 137.06, 2011. ISSN 1809-6298.

Londrina foi uma cidade planejada na década de 1930 para atender cerca de 20 mil pessoas, no entanto, atraiu migrantes de diversas localidades em razão da sua condição de polo regional em constante desenvolvimento. Atualmente, com mais de 500 mil habitantes, apresentou nos últimos dez anos um crescimento significativo no número de habitações precárias. O problema da ocupação irregular em Londrina tem seu surgimento na década de 1950 com a favela do Pito Aceso, localizada na Zona Sul de Londrina. Em 1953, o local foi ocupado por 15 famílias procedentes de Minas Gerais e do Nordeste e posteriormente, três anos depois, surgiu na região leste a Vila do Grilo, atual Vila da Fraternidade inicialmente ocupada por 18 famílias também oriundas do nordeste do país. Em 1958 e 1959 instalaram-se ainda, mais duas ocupações irregulares, a Vila Esperança e a Nossa Senhora da Paz, sendo ambas ocupadas por famílias advindas da zona rural e da região Norte do Paraná. A partir de 1990, o número de ocupações irregulares em Londrina passou de 15 para mais de 50 distribuídas em áreas dispersas por toda a cidade, sendo que no ano 2000 somavam-se mais de 50 mil pessoas vivendo nessas áreas (FRESCA et al, 2008). O mapa a seguir mostra onde se localiza as ocupações irregulares de Londrina até 2000. O Jardim São Marcos é uma das áreas vermelhas próxima ao Parque das Indústrias, marcada por um círculo vermelho.

**Figura 4 - Ocupações irregulares em Londrina até 2000**



gular

Fonte: Atlas Ambiental da Cidade de Londrina<sup>62</sup>

Nota-se assim, que aquelas famílias pobres e negras que buscavam a cidade de Londrina em busca de melhores condições de vida, foram condicionadas a iniciar invasões e ocupações em terrenos públicos ou privados, constituindo assim os chamados aglomerados subnormais<sup>63</sup>.

<sup>62</sup> Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/atlasambiental/EXPANSAO/OcupacoesIrregulares.jpg>. Acesso em: 20/09/2012.

<sup>63</sup> O conceito de aglomerado subnormal, utilizado pelo IBGE, abarca a diversidade de assentamentos irregulares existentes no Brasil que inclui: favela, invasão, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita, entre outros. Para maiores informações cf. IBGE. **Censo Demográfico de 2010/** Aglomerados Subnormais primeiros resultados. Censo demogr., Rio de Janeiro, p. 1-259, 2010. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000006960012162011001721999177.pdf>. Acesso em: 02/04/2013.



Sugere-se aqui, que uma das principais causas estruturais das migrações internas, aqui entendidas como processo social, é a segregação geográfica de brancos no Brasil desenvolvido e dos negros no país subdesenvolvido, mais especificamente, as desigualdades regionais que impeliu o grupo negro a se pôr em movimento em busca de meios de vida em outras áreas. No entanto, o processo migratório de famílias negras não cessa quando estas migram de suas regiões de origem ao lugar de destino. Ao chegar à nova sociedade, novamente o grupo negro é posto em movimento, porém, os seus deslocamentos agora são intra-urbanos, ou seja, dentro da cidade.

## CAPÍTULO 4

### DESLOCAMENTOS ESPACIAIS INTRA-URBANOS E INSERÇÃO TERRITORIAL NO ASSENTAMENTO SÃO MARCOS

*Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independente de sua própria condição. Pessoas, com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto de território onde ele está. Enquanto um lugar vem a ser a condição de pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhes faltam..*

Milton Santos (1987: 81)

Esse capítulo aborda os deslocamentos espaciais intra-urbanos das famílias negras, cujo itinerário urbano reflete intensamente a dinâmica do processo de segregação a partir da inserção territorial no Jardim São Marcos, Zona Sul de Londrina. Como já foi mencionado na introdução do trabalho, a ocupação inicialmente irregular do território foi iniciada em 1997. Atualmente o bairro conta com 160 unidades habitacionais e uma população estimada em 480 habitantes<sup>64</sup>.

Até chegarem ao assentamento, os entrevistados enfrentaram vários deslocamentos no interior da cidade de Londrina. Migraram diversas vezes de um bairro para outro, residindo em imóveis cedidos temporariamente por terceiros ou impulsionados pelas ofertas de baixos aluguéis. Ao limite, iniciavam as invasões e as ocupações que posteriormente foram legalizadas, tornando-se assentamentos urbanos. O quadro a seguir mostra de forma sintetizada os deslocamentos espaciais intra-urbanos em Londrina pelos quais passaram os entrevistados e os seus familiares.

---

<sup>64</sup> Cf. <http://www2.londrina.pr.gov.br/cohab/index.php/empreendimentos/londrina-conjuntos-habitacionais?showall=&start=78>

**Quadro 3** - Trajetória migratória até chegarem aos bairros populares ou assentamentos urbano

Entrevistados	Tempo de moradia em Londrina	Deslocamentos intra-urbanos	Total de bairros
Adriana	38 anos	Jd. do Sol, Vila Casoni, Jd. Europa, Cj. Roseira, Vila Ipiranga, Cafezal II, Jd. Califórnia, Vila Brasil Jd. São Marcos	9
Anderson	36 anos	Jd. Paulista, Jd. Leonor, Cafezal I, Cafezal II, Jd. Jatobá, Jd. União da Vitória, Jd. São Marcos	7
Ângela	16 anos	Jd. Perobal, Jd. Franciscato, Jd. São Marcos	3
Elisa	41 anos	Parque das Indústrias, Ouro Branco, Jd. São Marcos	3
Jorge	39 anos	Cj. Maria Cecília, Jd. Europa, Jd. União da Vitória I, Jd. São Marcos	4
Lourenço	45 anos	Jardim Igapó, Cafezal II, Jardim União da Vitória IV, Jardim São Marcos, sítios e chácaras em locais não especificados	No mínimo 4
Nair	50 anos	Jardim Igapó, Cafezal II, Jardim União da Vitória IV, Jardim São Marcos, sítios e chácaras e em locais não especificados	No mínimo 4
Rita	32 anos	Jd. Califórnia, Limoeiro, Alto da Boa Vista e Jd. São Marcos	4
Silvana	32 anos	Jd. União da Vitória, Parque Ouro Branco, Jd. Silvino, Parque das Indústrias e Jd. São Marcos	5
Vânia	32 anos	Parque das Indústrias, São Lourenço, São Marcos	3

Ao analisar o Quadro 3, dois aspectos merecem atenção especial: (1) O primeiro caso ilustrado é o de Adriana. Nota-se que ela, juntamente com a sua família, apresenta o maior número de deslocamentos no interior da cidade de Londrina. Verifica-se que a família habitou diversos bairros, sendo que o deslocamento mais brusco foi a mudança do bairro Vila Brasil (região central de Londrina) para o Jardim São Marcos (assentamento urbano localizado na extremidade da zona sul da cidade). Em síntese, o deslocamento da família na cidade se encerra com a mudança de um bairro mais consolidado para um bairro desprovido de qualquer infraestrutura. (2) Já o último caso apresentado no quadro, que reflete a trajetória de Vânia, mostra que ela e a sua família não se deslocou tantas vezes no interior da cidade, como ocorreu com a família de Adriana. Contudo, a ocupação de cada território, Parque das Indústrias, São Lourenço e São Marcos, respectivamente, reflete novamente a dinâmica do deslocamento para bairros cada vez mais afastados e menos consolidados. Isso significa que independentemente das famílias se deslocarem muitas ou poucas vezes no interior da cidade, absolutamente todas apresentam o quadro de mudança para bairros cada vez menos consolidados. O ciclo se repete e todas as famílias acabam por ter o mesmo destino: a ocupação de um espaço segregado, inicialmente irregular, onde conseguiram se

estabilizar, já que não precisavam mais arcar com as despesas do aluguel. Por outro lado, ficam a mercê da inacessibilidade ou acessibilidade limitada a bens e serviços essenciais.

Nessa perspectiva, Milton Santos (1987) mostra que no Brasil cada vez mais as pessoas mudam de lugar ao longo da existência e que estas migrações são, em sua maioria, forçadas, considerando que muitas pessoas se mudam em razão da inacessibilidade a bens e serviços essenciais ou, como é o caso de alguns entrevistados, por não conseguirem permanecer nos bairros mais consolidados.

Quando uma parcela da população não dispõe de condições para se transferir do local onde mora, fica condenada a permanecer num bairro desprovido de serviços públicos e por isso, está à mercê dos serviços privados de alto custo, que obriga os residentes a significativas despesas, tudo isso contribuindo para que a sua pobreza seja ainda maior e a sua capacidade de mobilidade dentro da cidade seja igualmente menor. Ou ainda, como acontece com a maioria dos entrevistados, a mobilidade dentro da cidade pode até ser maior, contudo, os deslocamentos direcionam-se para territórios cada vez menos consolidados. Uma vez estabilizados nos territórios mais segregados, nos quais têm condições de permanecer, por não mais precisar pagar aluguel, reduz-se extremamente a capacidade de mobilidade para outro bairro mais consolidado. Nestas condições, a cidade propicia o empobrecimento de sua população e desse empobrecimento escapam somente aqueles que tiverem a possibilidade de mobilidade social<sup>65</sup>, de mobilidade geográfica<sup>66</sup> ou de permanecer na cidade e transferir-se para um bairro onde com o mesmo salário possa dispor de mais serviços e bens (SANTOS, 1987, p. 44).

No entanto, existe ainda a possibilidade de *evolução inversa* que se dá de duas maneiras: “seja quando um indivíduo muda para um bairro onde as condições de vida são ainda menos boas ou quando, no seu próprio bairro, vê as suas condições piorarem” (SANTOS, 1987, p. 85).

A evolução inversa pode ser constatada em praticamente todos os casos relatados pelos chefes de família negros e negras analisados neste trabalho, mediante a frequência dos deslocamentos das famílias para lugares cada vez mais distantes e menos consolidados.

---

<sup>65</sup> Possibilidade de ascender socialmente melhorando sua posição na escala social.

<sup>66</sup> Possibilidade de deixar o local onde vive e ir para outro lugar onde o seu trabalho possa ser mais bem remunerado.

#### 4.1 DESLOCAMENTOS ESPACIAIS INTRA-URBANOS ATÉ A CHEGADA AO ASSENTAMENTO SÃO MARCOS: O DIFÍCIL COMEÇO

A trajetória de Adriana ilustra bem a dificuldade de famílias pobres e negras em permanecer em determinados bairros, os deslocamentos contínuos na cidade, bem como confirma a possibilidade de evolução inversa tratada por Milton Santos. A entrevistada conta que desde a sua chegada à Londrina mudou-se diversas vezes de bairro. Como pôde ser observado no quadro 3, ela morou no Jardim do Sol, Vila Casoni, Conjunto Roseira, Vila Ipiranga, Jardim Europa, Cafezal II, Jardim Califórnia, Vila Brasil e por último, no Jardim São Marcos. Segue o depoimento de Adriana:

*Antes de morar aqui [no Jardim São Marcos] eu já morei, antes de tudo, no Jardim do Sol. Depois do Jardim do Sol, a gente morou um pouco na Vila Casoni, que é um bairro bem antigo daqui de Londrina. Depois eu morei na Vila Brasil também, só que tudo por pouco tempo. Depois morei próximo a prefeitura que é o Jardim Europa. Depois vim para o Conjunto Roseira, onde eu fiquei seis anos. Do Roseira eu fui pra casa de uma tia nossa [na Vila Ipiranga] até construir aqui [no São Marcos]. Quando construiu aqui a gente não estava podendo pagar aluguel. [...]. A gente pagava aluguel e volta e meia tinha que estar mudando. Eu esqueci de dizer também que eu morei no Cafezal, no Cafezal 2. [...]. Morei no Califórnia também que eu tinha esquecido de falar e também no Jardim Europa. [...]. Eu gostei muito de morar no Conjunto Roseira. Morei seis anos. Esses seis anos foram muito bom pra mim na parte religiosa. Eu tive contato com muitas pessoas, fazia oração nas casas... As meninas tinham tudo perto também, colégio, a escola era perto. Elas [as filhas] estudaram na escola Carlos Costa Branco, que é no Jardim Piza, até sair do primário. Aí depois, antes de mudar de lá, elas pegavam ônibus para estudar no colégio Barão do Rio Branco. Depois que eu mudei do Roseira pra Vila Brasil, daí que elas começaram a pegar gosto de morar lá. Daí meu marido ficou doente, aí eu tive que mudar pra cá [para o Jardim São Marcos] (Adriana, 48 anos, dona de casa, Londrina, Jardim São Marcos, 2007).*

No Conjunto Habitacional Roseira, localizado na zona sul de Londrina, a família morou por seis anos em uma casa cedida temporariamente por familiares, na qual não precisavam arcar com as despesas de aluguel. Porém, após esses anos, a casa foi pedida pelos parentes e Adriana se mudou com o marido e as três filhas para a Vila Brasil, bairro localizado na porção central de Londrina, com acesso à praticamente todos os serviços básicos. Por causa do adoecimento de seu marido, trabalhador autônomo (mecânico), que ficou impossibilitado para trabalhar, a família se viu obrigada a sair da casa onde morava na Vila Brasil, pela falta de recursos financeiros para continuar arcando com as despesas do

aluguel, deslocando-se para o assentamento localizado no extremo sul da cidade, inicialmente sem qualquer infraestrutura:

*O ultimo lugar que morei foi na Vila Brasil. [...]. Depois que saí do Roseira fui pra Vila Brasil, porque no Roseira eu morava na casa de uma irmã que deixou com a gente, porque eles mudaram pra São Paulo. Aí quando a filha deles voltou, eu fui morar na Vila Brasil. Meu marido ainda não estava doente, a gente pagava aluguel e era um lugar muito bom lá. Inclusive as minhas filhas adoravam. Era tudo pertinho, colégio, centro, ia a pé pro centro. E agora? Agora aqui a gente está longe, mas também eu não estou pagando aluguel, isso é o que importa [...]. Mas meu marido, mesmo doente ele não aceitava morar aqui porque ele dizia que era... Ele tinha um pouco de preconceito [sobre as condições do lugar]. Tinha barraco, tinha casa de lona. Então ele ficou... Eu não sei se é porque ele estava doente, estava sensível também, mas, eu não senti isso, eu aprendi muito até em relação ao o que eu era antes. Eu sempre morei em lugar assim, de pessoas que tinham mais... [melhores condições], da sociedade, escola perto. As minhas filhas tinham comportamento normal como de qualquer família que morava num bairro decente. [...]. Quando eu mudei aqui [no Jd. São Marcos] a gente passou muito sofrimento, porque é lógico, quando eu entrei aqui já tinha luz e água, mas tinha gente que não tinha, entrou sem luz e sem água. E não tinha ônibus ainda. Apesar que o ônibus ainda não está bom, ele vem só quatro vezes por dia. Mas já deu uma boa melhorada. Era na caçamba ainda que a gente juntava o lixo, o lixeiro não descia. Hoje já passa o lixeiro normalmente. Hoje já passa o ônibus quatro vezes por dia (Adriana, 48 anos, dona de casa, Londrina, Jardim São Marcos, 2007).*

O depoimento de Adriana mostra um processo de depreciação da qualidade de vida de sua família no interior da cidade de Londrina e o difícil processo de aceitação de seu marido e de suas filhas em morar no novo território. Contudo, ainda que esteja sujeita a um nível de vida bastante precário, a moradora mostra-se aliviada por não precisar mais pagar aluguel. Nesse sentido, Milton Santos, ao evidenciar as dificuldades vivenciadas cotidianamente pelos moradores das periferias das cidades brasileiras, mostra que os moradores destes territórios estão condenados a não ter acesso aos serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos, como é o caso dos transportes coletivos. “Caros e ruins. Ruins e demorados” (SANTOS, 1987, p. 47).

No caso do Jardim São Marcos, ainda hoje (2013), o transporte coletivo continua a passar apenas quatro vezes ao dia. Para utilizar esse serviço público, os moradores quase sempre se deslocam para o bairro vizinho, que é o Jd. São Lourenço. Este problema afeta significativamente a vida dos moradores, sobretudo das pessoas mais velhas, tendo em vista que, para sair do Jardim São Marcos é preciso percorrer uma subida com declive extremamente acentuado e nem todas as pessoas conseguem, principalmente em razão de problemas de saúde. As pessoas mais velhas que foram entrevistadas alegam que as suas vidas

são restritas ao bairro por esse motivo. O que ocorre é uma espécie de confinamento de famílias negras a territórios circunscritos.

Desde 1999, o termo *Regularização Fundiária* foi amplamente difundido em Londrina, que consolidou em 2001, com o *Estatuto da Cidade*, a regularização de assentamentos urbanos. No entanto, a COHAB-LD já vinha fazendo essa regularização fundiária desde 1981 totalizando até então 20 assentamentos regularizados e outros em fase de regularização. De acordo com as informações disponíveis na página da COHAB-LD<sup>67</sup>, para acelerar o programa de regularização fundiária no município, a Câmara de Londrina aprovou a Lei 9866/2005, alterada pela Lei 10.618/2008 em seu Artº 17, que autoriza o seguinte:

Fica a Cohab-Ld autorizada a outorgar e registrar a escritura definitiva de lotes ou unidades habitacionais, ainda que financiados, de sua propriedade, originários de assentamentos urbanos, favelas ou ocupações irregulares do Município de Londrina, aos ocupantes ou promitentes compradores, com custos inerentes ao ato e os valores dos lotes absorvidos pela COHAB-LD.

Segundo os dados da COHAB-LD, a regularização fundiária em áreas públicas em andamento totalizam 7.519 lotes.

Adriana estava a alguns anos inscrita na lista de espera da COHAB-LD para adquirir uma casa própria em algum conjunto habitacional da cidade. No entanto, mediante a emergência de se instalar em algum local com as três filhas adolescentes e o marido que estava doente, sua atitude foi abrir mão da espera pela casa (com prazo indeterminado de espera), optando pelo lote no assentamento São Marcos. De acordo com o relato de alguns moradores, os lotes eram vendidos pelos representantes de bairro da época. Adriana não pagou pelo lote em razão da troca da inscrição na COHAB pelo terreno e também pelo fato de seu marido estar doente. Adriana relata ainda as dificuldades enfrentadas no início do bairro. Segue o seu depoimento:

*Quando eu entrei aqui ele [o Jardim São Marcos] existia há dois anos. Foi uma invasão no começo, do pessoal que estava sem moradia e eu também com o marido já bem doente a gente sabia, pagava aluguel e sabia que ia passar por dificuldade e tinha inscrição na espera da COHAB, então eu me prontifiquei a ir atrás desse terreno aqui. [...]. Era um terreno que estava sendo doado para as pessoas que tinham invadido. Então quem chegava aqui precisando de um terreno... Alguns que podiam pagar um pouquinho então ajudava. E no meu caso, além de estar com o marido doente, que veio a falecer aqui e também por causa que eu já tinha as inscrições da COHAB, que eu desfiz pra trocar por*

<sup>67</sup> Cf. <http://www2.londrina.pr.gov.br/cohab/index.php/regularizacao-fundiaria>.

*um terreno, não paguei nada. Aí eu entrei mesmo pra fazer uma troca pelas inscrições. [...] O único terreno que tem aqui que estamos lutando pra dar certo é pra fazer o centro comunitário que ainda não tem ou o salão pra fazer celebração da Igreja. Mas quanto à casa mesmo não tem mais espaço, só se for troca, compra de casa pronta (Adriana, 48 anos, dona de casa, Londrina, Jardim São Marcos, 2007).*

Segundo Adriana, houve grande dificuldade de adaptação, principalmente para as três filhas adolescentes e o seu companheiro, que quatro meses após a mudança veio a falecer:

*Olha, aqui, graças a Deus em fevereiro fez oito anos que eu estou morando aqui. Ele [o meu marido] ficou aqui de fevereiro a junho. Quatro meses ele ficou. Mas ele não parava de falar que a hora que ele melhorasse a gente ia sair daqui, porque ele tinha um outro jeito de pensar, ele achava que não era lugar pra gente morar, no começo. Talvez se ele estivesse aqui até hoje, ele poderia ter mudado também o modo de pensar. [...]. Elas [as três filhas adolescentes] sofreram bastante. Inclusive, a sorte é que a Igreja Católica do São Lourenço é próxima aqui. Elas eram de igreja. Elas começavam a ir sempre buscar outros caminhos lá pra cima, que era asfaltado, a Igreja, tudo. Porque aqui era, até hoje ainda é de terra e elas não tinham amizade porque os meninos mexiam muito com elas, os rapazes mexiam. Elas eram meninas tudo adolescentes, então elas começaram, assim, a não se envolver muito por aqui, no começo. Então, a filha mais velha mesmo teve vários momentos, depois que o pai faleceu, o pai dela faleceu depois de quatro meses que estávamos morando aqui, foi logo no início, né? E elas ficaram um pouco revoltadas com a morte do pai, que falava que queria embora daqui desse lugar, que esse lugar não era pra elas viver não. Que o pessoal aqui era tudo gente ruim. Mas depois é... Foi difícil de aceitar, foi difícil, mas depois, logo elas foram acostumando, foi mudando a situação. [...]. Eu acho que a necessidade mesmo fez com essa barreira fosse acabando... Porque as minhas filhas mesmo viram que as pessoas só eram ruins dependendo da gente também. Se a gente excluísse, se a gente tivesse certo comportamento, algumas pessoas daqui que eram mesmo assim, meio chatinhas, podiam já começar marcar, porque a gente não cumprimenta. Mas no começo, viu que o importante era começar a aceitar o que estava vivendo, então tornou uma longa amizade com todo mundo (Adriana, 48 anos, dona de casa, Londrina, Jardim São Marcos, 2007).*

No caso da Adriana, os elementos perceptíveis, presentes em seus depoimentos, que atuaram estimulando a segregação involuntária da sua família no Jardim São Marcos são de natureza econômica. O primeiramente problema instaura-se no fato da família não ter uma casa própria e não dispor de condições econômicas para continuar pagando aluguel em um bairro mais consolidado. Como foi discutido no capítulo 2, a população negra, desde os seu ascendentes, não constitui um grupo que teve direito à propriedade de terras, naquele contexto, um dos principais meios de ter acesso e acumulação



de bens. Este, juntamente com a política imigratória, que acarretou a exclusão do negro do mundo do trabalho capitalista, constitui os principais motivos da pobreza estrutural da população negra no Brasil. Nota-se que quando ocorre um problema como o caso da família de Adriana, esta não tem uma rede de relações que a sustente, que não a deixe cair, porque os membros da família geralmente são igualmente pobres. Ou então, quando os familiares não são igualmente pobres, estes geralmente dispõem de condições econômicas que suprem apenas as necessidades de suas próprias famílias (cônjuge e filhos).

Embora Adriana estivesse há alguns anos na lista de espera da Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-LD) em busca de adquirir a sua casa própria e não mais precisar arcar com as despesas de um aluguel, até o momento em que seu marido adoeceu, ela não havia sido convocada pela Companhia. A fonte de renda da família no momento estava concentrada em uma única pessoa, o cônjuge de Adriana que era trabalhador autônomo e não possuía uma fonte de renda estável. Quando este adoeceu a família ficou desamparada. De modo geral, pode-se dizer que os valores sociais que estimularam o deslocamento da família para um território marginalizado são de natureza econômica.

Mediante esta situação a que deveria fazer frente, a atitude de Adriana foi desistir da inscrição na COHAB-LD e imediatamente garantir um lote no assentamento São Marcos. Ao que parece, essa era a única alternativa de Adriana, já que a outra seria esperar a obtenção da casa própria por tempo indeterminado, o que seria fora de propósito para a família que não teria lugar para morar.

Anderson é um dos moradores mais recentes do Jardim São Marcos. Ele habita o bairro há cinco anos e assim como Adriana, compartilha a experiência de ter mudado diversas vezes de bairro. Segue o seu depoimento:

*Fez cinco anos que eu moro aqui [no Jardim São Marcos]. Eu morei no Jardim Paulista, no Leonor. Jardim Paulista é aquele que é lá debaixo da garagem do Lopes, tem o Jardim Santa Mônica e tem o Jardim Paulista ali. Onde o riozinho passa ali é o Jardim Paulista, tem o Paraíso que eles falam, já sabe onde é né? Morei ali, nasci ali n\o Jardim Paulista. Do Jardim Paulista eu fui pra São Paulo. De São Paulo eu voltei para o Leonor. Do Leonor eu fui para o Cafezal, o primeiro Cafezal do início. Do Cafezal eu fui para o Cafezal II, quando saiu o Cafezal II. Do Cafezal II eu fui para o Jatobá. Do Jatobá eu fui para o União da Vitória (Anderson, 36 anos, eletricitista, Jardim São Marcos, 2012).*

Seguindo a seqüência dos últimos três bairros em que Anderson morou, constata-se que os seus deslocamentos são para bairros cada vez menos consolidados. O

Cafezal é um bairro popular localizado na zona sul da cidade, que embora seja pobre, é dotado de maior infraestrutura. Do Cafezal, ele se mudou com a sua família para o Jardim Jatobá, bairro precário localizado na zona sul.

Posteriormente, Anderson se mudou para o Jardim União Da Vitória. O União da Vitória, Zona Sul (I, II, III, IV e V), é o primeiro e mais expressivo assentamento urbano de Londrina em termos de população e expansão, com um dos maiores índices de desemprego da cidade. Suas primeiras ocupações ocorreram em agosto de 1985, com 15 famílias provenientes da zona rural da cidade e da favela OK (atual Nova Conquista). O Jardim União da Vitória possui uma população média de 11.930 habitantes, sem levar em conta as áreas ocupadas nas encostas (União V), sendo considerado o mais populoso da cidade. Os moradores mais antigos do bairro (União I, II e III), têm acesso aos serviços públicos básicos, enquanto os moradores mais recentes constroem os seus barracos nos morros ou nas encostas com declividade acentuada e conseqüente risco para as famílias (DORES, 2005, p. 76-77, 89).

Anderson relata que o que fez com que ele saísse do maior assentamento urbano da cidade para ir para um assentamento bem menor e de infraestrutura ainda mais precária, foi o fato de não mais ter que pagar aluguel e, sobretudo, por considerar o Jd. União da Vitória um bairro mais difícil de criar os filhos, por questões relacionadas às drogas e violência e também por considerar que a filha estaria mais vulnerável a uma gravidez precoce. Segue o seu depoimento:

*Pra ser bem sincero, lá [o Jd. União da Vitória] é um lugar violento que eu sei, todo mundo sabe, você sabe. Mas eu gosto de lá. Minha irmã mora lá ainda, tem prima minha que mora lá ainda, eu tenho amigos e eu acho que lá é um lugar gostoso. Aqui eu sei que é um lugar sossegado, tranquilo, entendeu? Na realidade eu vim de lá pra cá por causa das minhas crianças e também por não pagar mais aluguel. Mas o meu incentivo maior foi das minhas crianças, porque hoje os amigos que eles tinham lá na época têm filhos, as meninas têm filhos porque são mães solteiras, os moleques envolvidos em drogas. Então eu acho que... É que quando eu vim de lá pra cá não tinha asfalto, não tinha nada. Pensa num barro! Aí você pensa: “eu vou sair daqui e vou lá pra aquele barro”. Mas aí eu pensei mais nas crianças, tanto que eu vim e tá todo mundo hoje estudando, graças a Deus, cada um com um pensamento diferente do que tinha antes, quer se formar. Meu filho hoje quer ser engenheiro elétrico, a minha filha quer ser veterinária. Então eu acho que eu fiz um bom negócio (Anderson, 36 anos, eletricitista, Jardim São Marcos, 2012).*

Por ser um assentamento urbano mais antigo, o Jardim União da Vitória apresenta uma infraestrutura um pouco melhor do que o Jardim São Marcos, o que o torna

mais independente de outros bairros. O local apresenta um considerável número de estabelecimentos comerciais, uma Unidade Básica de Saúde 24 Horas, um Centro de Atendimento Integrado à Criança (CAIC) e alguns projetos sociais como, por exemplo, o *Viva Vida* do Programa do Voluntariado Paranaense. Já o Jardim São Marcos, por ser bem mais novo e bem menor, acaba por depender dos serviços de outros bairros, desde posto de saúde até transporte coletivo. Contudo, o Jardim União da Vitória concentra o maior número de homicídios da zona sul<sup>68</sup> e as maiores vítimas são os jovens, por isso a preocupação de Anderson em relação aos filhos.

Anderson relata ainda, que inicialmente os filhos não gostaram da mudança de um bairro para outro, principalmente pelo fato de terem mais amizades no União da Vitória:

*Os meus filhos gostam daqui [do Jardim São Marcos]. No começo não gostavam não, mas agora gostam. Se for ver bem a real mesmo, eles preferem morar lá no União da Vitória por causa das amizades. Eles reclamaram bastante, mas eu acho que foi uma boa coisa que eu fiz pelo fato dos amigos e amigas deles estarem na situação em que se encontram hoje. Na realidade eu vim mais pra cá não foi por mim, foi por eles. De vez em quando, quando eu converso eles falam 'já pensou se nós estivéssemos lá!'. Mas eles não... É adolescente, não gostam de ceder muito. Então você conversa, mas conversa pouco, escuta pouco pra ver a opinião, porque chegou nessa idade de 16, 17,18, você não impõem, você dá opinião. Você não pode chegar 'ô fulano, tem que fazer assim'. Se você falar isso ele vai fazer o contrário. Então às vezes a gente comenta 'nossa, fulana lá tá grávida, já pensou?', 'é mesmo hein! A minha melhor amiga. Já pensou se eu estivesse lá?'. Comenta, mas a gente nem triplica atrás disso, porque senão eu já acho que adolescente não gosta de ser mandado diretamente. Ele tem que ser mandado indiretamente. [...]. Na realidade a gente pagava aluguel no União, a minha sogra morava aqui [no Jd. São Marcos] e ela me comunicou: 'eu estou indo embora daqui e eu quero saber se vocês querem a casa que eu dou a casa pra vocês'. E ela deu a casa pra nós. Esse bairro ainda não é registrado. Estamos esperando mais atitude dos prefeitos pra ver qual que é. A casa é pequena, É pequena. Tem quarto, sala, cozinha e banheiro. Mora eu ela e as duas crianças. Crianças não, né? O meu filho tem dezoito e a Jéssica dezesseis. Criança a gente vai sempre carregar, né? A minha mãe sempre me chamou de criança (risos) (Anderson, 36 anos, eletricista, Jardim São Marcos, 2012).*

Ao analisar os depoimentos de Anderson identifica-se que os elementos visíveis que atuaram estimulando a segregação da sua família no Jardim São Marcos foram:

(1) Primeiramente, assim como no caso de Adriana, questões de natureza econômica, o fato

<sup>68</sup> Cf. NOGUEIRA, Alessandra de Souza et al. **Aspectos que contribuem para a morte violenta de jovens em Londrina.** Disponível em: [http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/aspectos\\_que\\_contribuem\\_para\\_a\\_morte\\_violenta\\_de\\_jovens\\_em\\_londrina.pdf](http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/aspectos_que_contribuem_para_a_morte_violenta_de_jovens_em_londrina.pdf). Acesso em: 20/08/2013.

de não possuir uma casa própria e não ter condições de permanecer pagando aluguel em um bairro mais consolidado. Neste caso, o bairro um pouco mais consolidado seria o Cafezal (que, embora seja um bairro popular, apresenta melhor infraestrutura), que Anderson morou antes de se mudar para o Jatobá, (que é um bairro bem precário localizado na zona sul), e posteriormente para o União da Vitória. Diante da possibilidade de não mais precisar arcar com a despesa do aluguel, Anderson decidiu se mudar do Jardim União da Vitória para o Jardim São Marcos. (2) Em segundo lugar, Anderson optou por se mudar para o Jardim São Marcos pela preocupação com os filhos em relação à violência que é bem maior no Jardim União da Vitória.

Mediante a situação descrita, a atitude de Anderson foi abrir mão de continuar morando em um território segregado que, embora tivesse uma infraestrutura um pouco melhor que o São Marcos (que até 2007 não possuía nem asfalto), o União da Vitória apresentava os maiores índices de violência da região sul. A motivação maior foi a proteção dos filhos. Neste caso, é importante considerar que Anderson tem um filho negro adolescente. Como mostra o mapa da violência<sup>69</sup> de 2012, as principais vítimas da violência, tanto criminal como policial, são os jovens residentes em territórios marginalizados, em especial os negros. A violência é territorializada e racializada.

Ângela conta que morava em São Paulo e que por conta da difícil situação que estava vivenciando na cidade, optou por vir para Londrina onde tinha parentes. Porém, o começo foi muito difícil para ela e os seis filhos, pois que começaram a morar em locais extremamente precários inclusive com água insalubre. Ângela se mudou para o São Marcos logo no início da ocupação, quando não tinha asfalto, água tratada ou luz. Segue o seu relato:

*Acho que faz uns quinze anos que moro aqui [no Jardim São Marcos]. Porque fazia pouco tempo que eu morava perto da casa da minha mãe e depois eu vim pra cá. Faz uns quinze anos, foi bem no comecinho do São Marcos. Não tinha água, não tinha asfalto, não tinha luz. Daí que começou. Aqui era bem vazio, era um matagal. Eu morei num barraquinho lá perto da minha tia. A minha tia tem um lugarzinho lá. Mas a gente morou pouco tempo, uns três meses. Eu morei ali perto da minha tia no Perobal e depois morei ali, eles falam que é Franciscato, mas eu acho que do Perobal ali ainda é Perobal também, parede meia (cada geminada). Mas foi tudo pouquinho tempo. Quando eu cheguei aqui eu morei com a minha mãe três meses. A minha mãe morava no Franciscato. Daí eu morei pouco tempo com a minha mãe e depois também morei pouco tempo no Perobal lá perto da minha tia, daí inundava lá também daí vim morar de aluguel que eu fiquei uns cinco ou seis meses. Só na zona sul. [...]. Então, quando eu morei lá embaixo com a minha tia eu não gostei muito porque a gente não estava*

<sup>69</sup> WAISELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012**: A Cor dos Homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPIR/PR, 2012.

*acostumado, fazia pouco tempo que tinha vindo pra cá... Entrava um negócio de água insalubre na minha tia, água assim, cheia de coisas... Eu não aceitei. Mas quando eu morei numa casa mais pra cima eu gostei, chorei porque eu tive que sair de lá. Não é casa da gente, mas eu peguei um vínculo com as pessoas (Ângela, 43 anos, desempregada, Jardim São Marcos, 2012).*

Observa-se que Ângela, desde a sua chegada a Londrina, há mais de quinze anos, só morou em territórios marginalizados. Perobal e Franciscato são pequenos bairros (assentamentos) muito próximos um do outro, localizados na zona sul, onde as condições de vida da maioria dos moradores são bem precárias. Primeiramente Ângela morou com sua mãe e depois com uma tia, como mostra os seus depoimentos, em condições impróprias de habitabilidade e salubridade. Por não aceitar as condições em que estava vivendo na casa de sua tia, ela se mudou para outra casa, no mesmo bairro onde estava residindo com sua tia. Ela deixou de morar na parte do bairro onde o declive é mais acentuado e passou a morar no início da ocupação. Morava em uma casa em que dividia a parede com outra moradora e pagava um aluguel no valor de R\$ 50,00 reais. Contudo, o dono pediu a casa e novamente Ângela ficou sem ter onde morar com os filhos. Nesse momento estava ocorrendo a ocupação do Jardim São Marcos e ela batalhou para conseguir um terreno no local. O representante do bairro na época queria vendê-lo para Ângela, que não tinha condições de pagar. Ela então ocupou o terreno e resistiu a sair. Enfrentou todo esse processo sozinha, já que o seu marido estava em São Paulo. Segue o depoimento da entrevistada:

*[Chegamos] bem no comecinho do São Marcos. Não tinha água, não tinha asfalto, não tinha luz. Daí que começou. Aqui era bem vazio, era um matagal. Então, quando eu cheguei [em Londrina], eu vim morar pra cá, eu morei com a minha mãe uns dois meses por aí eu já não queria mais morar por que... Daí fomos morar lá embaixo, na minha tia lá no Perobal, mas também não aceitou lá. Aí nós fomos ver uma casa de aluguel, só que aí ele [o marido] morava em São Paulo. Então fui morar em parede e meia com uma vizinha, uma mulher ali no Franciscato. O dono queria a casa e não dava mais pra gente ficar. Estávamos pagando aluguel de R\$50,00 reais. Daí o dono queria a casa e eu falei 'e agora? O que eu vou fazer?' Porém, uma senhora que mora lá no Franciscato, avó do meu sobrinho falou: 'vai lá no São Marcos e invade. Se eles não derem o terreno, vocês invadem'. Daí eu fiz essas coisas, pedi, ele [o representante do bairro] queria troco disso aqui. Tinha que conversar com o presidente do bairro pra ele liberar uma data, conversar com o pessoal da COHAB pra dar uma data pra gente. Só que ele queria vender, mas só que eu não tinha condições. Daí eu entrei numa data mais pra cima e não queria sair. Daí eu falei que eu só sairia quando o pessoal da COHAB chegasse... Antes o presidente do bairro era o Vanderlei. Daí ele foi, ligou falando que tinha uma senhora que tinha invadido uma área. Daí o pessoal da COHAB veio, combinou, falou pra eu ir lá na COHAB e eles deram aqui pra nós. Cada um construiu. Não tem papel [escritura]*

*ainda não. Uns falam assim que a gente mora aqui, mas não tem ainda a escritura. Eu acho que ainda vai ter reunião, vai conversar tudo. Minha casa tem cinco cômodos (Ângela, 43 anos, desempregada, Jardim São Marcos, 2012).*

É importante destacar o papel fundamental da mulher em todo esse processo até a aquisição do terreno. Percebe-se que tanto a Adriana quanto a Ângela estiveram à frente em todos os enfrentamentos para conseguir o terreno para abrigar suas famílias. Mas mesmo depois do terreno conquistado, a família ainda passou por muitas dificuldades. Segue o depoimento de Ângela:

*Aqui no começo foi um sacrifício! No começo foi só o Senhor! Porque eu vivia num barraco baixinho pequenininho com um monte de menino só com duas camas pequeninhas. Então nós pastamos bastante. Foi difícil porque era uma rua de barro e pra ir pra escola com a chuarada... Mas eu venci. Mas lá no Perobal foi complicado também. Foi devagar, um ajudando de um lado, um ajudando de outro. Eu tive sorte porque quando eu entrei aqui [no São Marcos] estavam começando a colocar água, eu acho que foi em junho que colocou a luz. Mas era uma dificuldade também porque era com uma mangueira que a água vinha de lá de cima até aqui. Então quem conseguia pegar água conseguia, quem não conseguia... Eu levantava cedo e ia. Mas mesmo assim eu gostei daqui porque eu sabia que aqui ia ser o meu lugar. Que eu não ia mais precisar pagar aluguel. Nossa, eu já caí muito aí nessas ruas (risos). Mudou bastante, graças a Deus! (Ângela, 43 anos, desempregada, Jardim São Marcos, 2012).*

Percebe-se que por mais dificuldade que tenha passado, Ângela ressalta que desde o início gostou do lugar porque sabia que aquele era o “seu lugar”, ou seja, que aquela seria a sua casa própria.

Ao analisar o depoimento de Ângela verifica-se que em Londrina ela sempre morou em territórios segregados, porque ela já saiu de São Paulo em uma acentuada condição de pobreza e a situação continuou em Londrina. Sendo assim, pode-se dizer que o principal elemento visível que atuou estimulando a segregação da família também é de natureza econômica. Ela se mudou para o São Marcos por não possuir uma casa própria e não ter condições de pagar um aluguel num valor acima de R\$50.00 (isso em 1996-1997).

Uma questão importante a ser observada nos depoimentos de Ângela, é que tanto a sua mãe quanto a sua tia vivem em territórios marginalizados e em condições precárias. A família a quem ela veio recorrer, contar com a ajuda, também vivencia uma situação de pobreza. Neste caso, destaca-se novamente a questão da pobreza estrutural da população negra e o fato do negro não ter uma rede de relações que possa contar, já que, geralmente, toda a família é igualmente pobre.

Diante da situação de não ter onde morar com os filhos, a atitude de Ângela foi ocupar um terreno, mesmo sem a autorização do representante do bairro na época, e por meio da resistência, garantir o terreno onde atualmente mora com o marido e com os seis filhos.

A trajetória de Elisa é de poucos deslocamentos, diferente das trajetórias de Adriana e Anderson que se mudaram diversas vezes de bairro. Ela se mudou apenas três vezes e sempre nas localidades da zona sul. Segue o depoimento de Elisa:

*No Parque das Indústrias. Eu só vim de lá pra cá. Eu morava no Indústria, aí fui pro Ouro Branco que eu fiquei dois meses e vim pra cá. Só morei nos três bairros. Eu gostava. Muito bom [o Parque das Indústrias]. Era posto, colégio, tudo era perto. Mas eu fui despejada, jogaram tudo pra rua, lá no Parque das Indústrias. Fui despejada. A mulher chegou lá e falou que ir por fogo na casa. Aí eu fui para o Ouro Branco. Aluguei outra casa. Só que na casa da frente morava o irmão do dono que cheirava droga. Aí cada vez que chegava dia de pagar o aluguel ele falava que ia colocar fogo na casa também. Aí foi quando eu consegui aqui. A minha irmã conversou com os vicentinos. Então eles vieram aqui. A religião ajudou muito porque a gente fica em tempo de ficar doida. Cinco filhos, porque tinha ela também (a irmã). Ela era novinha também, só que ela chama a minha mãe de mãe (Elisa, 41 anos, desempregada, Jardim São Marcos, 2012).*

No depoimento de Elisa, fica evidente a dificuldade em se manter pagando aluguel. Dificuldade esta que a levou a ser despejada juntamente com seus quatro filhos e uma irmã mais nova, de uma casa localizada no Parque das Indústrias. Após o ocorrido, ela se mudou para uma residência no bairro vizinho, o Parque Ouro Branco, onde enfrentou diversas situações de violência psicológica. Diante da situação, uma irmã de Elisa buscou ajuda na Igreja Católica para conseguir garantir um terreno para Elisa e seus dependentes no Jardim São Marcos. Como todas as famílias que se mudaram no início da ocupação, Elisa também passou por situações difíceis. Segue o depoimento da entrevistada:

*Moro aqui há dez anos. Quando a gente mudou aqui era barro ainda. A gente é que saia rolando (risos). [...]. Agora eu gosto, gosto mais até porque é meu. É que é assim: Quando eu adoeci os vicentinos passaram a me ajudar. Aí o meu irmão comprou a data lá. Aí os vicentinos compraram um barraquinho aqui pra mim. Vicente Pallotti, lá do centro, lá da Madre Leônia. Aí foi aonde eu vim pra cá. Foi comprado. Era terra. Tinha luz e água. Não tinha rede de esgoto, era fossa. A Lu resolveu dormir uns dias lá (risos) [a irmã caiu na fossa quando esta estava sendo construída] (Elisa, 41 anos, desempregada, Jardim São Marcos, 2012).*

Quando Elisa diz que “saía rolando”, a moradora está se referindo ao difícil começo no bairro que, como já foi dito, possui um declive extremamente acentuado. No lugar do asfalto, havia um trajeto todo de terra com pedras redondas e soltas que fazia com que os moradores escorregassem e caíssem com frequência. Nota-se que Elisa enfatiza gostar de morar no São Marcos pelo fato da casa ser dela, aspecto observado também em um dos depoimentos de Ângela. Após ter vivenciado tantas situações difíceis, como por exemplo, a de ser despejada, ter uma casa própria, ainda que precária, significa muito.

O caso da Elisa assemelha-se ao dos outros entrevistados. Os elementos visíveis que atuaram estimulando a segregação involuntária da sua família no Jardim São Marcos também são de natureza econômica, o fato desta não ter uma casa própria e não dispor de uma renda suficiente para arcar com a despesa de um aluguel. A atitude de Elisa então, mediante a sua situação econômica, foi de se mudar para um território menos consolidado do que os dois outros bairros em que ela havia morado. Esta foi a única opção encontrada para que Elisa pudesse ter a sua casa própria. Cabe ressaltar que Elisa tem mais duas irmãs (que dá origem a outras duas famílias) que moram no São Marcos. Uma delas é Silvana, também entrevistada para esse estudo. Isso mostra novamente a questão da pobreza estrutural da população negra, já que outros membros da família se encontram na mesma condição de pobreza.

O caso de Jorge assemelha-se ao de Anderson em relação ao último deslocamento intra-urbano, que foi do Jardim União da Vitória, maior e mais antigo assentamento urbano de Londrina, para o Jardim São Marcos, um assentamento menor e mais novo. Ele nasceu em Paiquerê, distrito de Londrina e passou toda a sua infância e boa parte de sua juventude residindo no Conjunto Maria Cecília, bairro periférico localizado na zona norte da cidade. Quando se casou se mudou com a esposa para o Jardim Europa, bairro localizado na zona sul da cidade de boa infraestrutura. Pela dificuldade de se manter e pagar aluguel naquela região, deslocou-se para o Jardim União da Vitória, onde o aluguel era mais acessível para a família (R\$80.00). Segue o depoimento de Jorge sobre os seus deslocamentos em Londrina:

*Morei no União da Vitória I, no Jardim Europa e nos Cinco Conjuntos. Eu nasci em Paiquerê, morei lá por três anos. Depois eu morei no Maria Cecília. Depois do Maria Cecília eu vim pro Jardim Europa, depois no União. Porque Paiquerê foi com a família, Maria Cecília com a família, no Jardim Europa eu já estava casado e no União casado (Jorge, 39 anos, pedreiro, Jardim São Marcos, 2012).*



Jorge mora no Jardim São Marcos desde 1998, um ano após o início da ocupação territorial. Ele comprou o terreno por R\$300.00. Jorge conta que quando se mudou para o bairro este já tinha água e luz, mas não possuía rede de esgoto e nem asfalto. O bairro só veio a ser asfaltado dez anos depois do início da sua ocupação, em 1997. Segue o depoimento de Jorge acerca de algumas dificuldades enfrentadas no início do bairro e também a longa negociação com um membro da família para conseguir o terreno próprio:

*Moro no São Marcos há quatorze anos. Desde o início. Acho que um ano a mais só. Era puro barro, só barro. Andava de bicicleta, eu não tinha carro ainda. A bicicleta ia nas costas. No meu tempo já tinha água e tinha luz. No meu tempo tinha, mas teve tempo que não tinha. No início não tinha. Porque aqui eu não peguei do tempo da invasão, eu comprei. Naquele tempo eu paguei trezentos reais só no terreno. Fui eu que construí tudo. Quatro cômodos. Mora eu a esposa e os dois filhos, um de treze anos e outro de um. O terreno eu peguei do meu concunhado. É, porque a COHAB passou e tinha marcado com o Lourenço: 'Fala pro seu genro, aquele negão, pra você ver, fala pra ele ir lá na COHAB que tem um terreno pra ele aqui. E nisso estava o meu concunhado aqui no Lourenço, aí como a inveja é muita (olha aonde chega à conversa), aí eu não vim o final de semana pra casa da sogra. Esse meu concunhado pegou o terreno pra ele. Ele foi lá na COHAB, levou os dois filhos e falou: 'eu preciso mais do que ele'. Aí a funcionária da COHAB falou: 'eu vou ceder o terreno pra você então. Mas você tem um mês pra construir, senão eu passo pro negão'. Eu fiz serviço na casa dela de pedreiro, eu e meu outro concunhado que trabalha de pedreiro também. Aí ele vendeu geladeira, vendeu televisão e não conseguiu construir. Se torna aquela coisa, coisa não, inveja. E ele estava morando ali na Rua Bélgica, numa chácara há vinte e dois anos. Eu não sei qual foi o interesse que ele teve aqui. E aqui ele não conseguiu. E aí eu deixei, eu falei: 'ah, se tiver que ser meu vai ser meu'. Aí um dia eu cheguei aqui e ele falou: 'Jorge, eu preciso conversar com você.' Aí falou que queria vender o terreno pra mim. Mas aí eu falei 'o terreno não tem valor'. Aí ele falou 'então pague só o que eu gastei'. Aí eu gastei 340,00 reais. E nesse tempo eu mexia com talão de cheque e com dinheiro. E ele já estava morando, eu ainda estava pagando aluguel. Aí ele falou que precisava comprar algumas coisas lá na Farmácia Vale Verde e eu falei 'tá bom vamos agora'. Aí eu fui lá em casa, peguei os trezentos e cinquenta reais e um recibo e falei assine aqui (risos). Chegou lá ele comprou prestobarba, coisas quão tinham nada a ver e gastei quase cem reais no cartão. Tudo isso porque ele agiu de má fé. Era eu que estava pagando aluguel, eu estava morando lá no União da Vitória I, eu pagava R\$80,00. Era uma casa bem confortável, de material (Jorge, 39 anos, pedreiro, Jardim São Marcos, 2012).*

A partir dos depoimentos de Jorge, nota-se que o principal elemento visível que atuou estimulando a segregação de sua família em territórios marginalizados também é de natureza econômica, principalmente, a falta de condição financeira para continuar pagando aluguel em um bairro um pouco mais consolidado, no caso, o Jardim Europa. Diante da difícil situação econômica da família, a primeira atitude de Jorge foi de se mudar para a extremidade

da zona sul, para o Jardim União da Vitória, local onde no momento teve condições de arcar com a despesa do aluguel. Segundo Jorge, a casa na qual residia no União da Vitória era confortável, de alvenaria, de boa estrutura, contudo, a atitude de comprar um terreno no Jardim São Marcos se deu pela busca da garantia de uma casa própria, uma maior estabilidade. Um elemento importante, que merece atenção, é que Jorge é genro de Nair e Lourenço, os pais de sua esposa, também negra. Novamente nota-se a tendência da pobreza estrutural da população negra e as desvantagens intergeracionais que Carlos Hasenbalg (1979) já havia chamado a atenção.

Nair, que é esposa de Lourenço (ambos entrevistados para este estudo), assim como Adriana e Anderson, compartilha a experiência de ter mudado diversas vezes de bairro, residindo em chácaras, sítios e imóveis cedidos temporariamente em áreas periféricas, por não dispor de condições financeiras para pagar aluguel. Após diversos deslocamentos desde o seu local de origem (Sergipe), sempre em busca de melhores condições de vida, Nair e sua família chegaram ao maior e mais antigo assentamento urbano de Londrina, o Jardim União da Vitória (IV), onde residiu temporariamente até a sua inserção definitiva no assentamento urbano São Marcos, Segue o seu depoimento:

*[No Jardim São Marcos], faz mais ou menos uns 10 anos ou muito mais [que estamos morando]. Entre aqui e aquela chácara ali perto do Igapó, nós moramos nove anos naquela chácara lá perto do Igapó. Nós tocava uma chácara. [...]. Depois que nós mudamos de lá, tem quase 20 anos dali aqui, fora os outros sítios que nós já moramos. Morei na [Avenida] Inglaterra. Ali era um sacrifício! Era triste, sabe por quê? Porque era apertado, muito apertado. A Cristina, o Marcelo, o Douglas e três filhos. E de lá pra casa da dona Adélia. Na Dona Adélia foi uma luta. Nós foi lá e tudo e nós pegamos. Ai depois que a mulher pediu a casa, a chácara, porque já estava com nove anos, ela estava com medo de completar dez anos e nós sermos dono da chácara. Depois meu filho comprou uma casinha no Cafetal II e nós mudamos pra lá. [...]. [Depois] nós morava ali no quatro [Jardim União da Vitória IV] ali abeirando o arame assim. Mas é uma beleza ali, eu adorei. Gostei, era bem atendida naquele posto ali, uma beleza. Eu tinha colesterol alto, 201. Me tratei, eles acharam o meu colesterol e me tratei... É tudo bem tratado ali, o pessoal vai atrás de um remédio acha, e é pesado, é remédio, graças a Deus eu não tenho o que falar (Nair, 71 anos, dona de casa, Jardim São Marcos, 2007).*

Nota-se o deslocamento da família para lugares cada vez mais distantes da região central. A Avenida Inglaterra localiza-se na zona sul da cidade, logo após o término da Av. Duque de Caxias, uma das principais vias que conecta a região ao centro. Na Av. Inglaterra têm mercados, farmácias, lojas, bares entre outros comércios. No entanto a família de Carmosa vivia em condições extremamente precárias nesse bairro, já que o local onde

residiam era muito pequeno para abrigar toda a família. Por isso, a família se deslocou para o Cafezal, que é um bairro popular da zona Sul, bem mais afastado da região central que a Av. Inglaterra, porém, com acesso relativamente aos serviços básicos essenciais. Posteriormente a família se mudou para o Jd. União da Vitória IV, ainda mais distante, localizado nas extremidades da zona sul, beirando a estrada que conecta Londrina à zona rural da cidade. Embora morasse em uma área um pouco crítica do Jd. União da Vitória, considerando que o União I, II e III são mais estruturados que as últimas ocupações, União IV e V, Nair gostava de morar lá, sobretudo em razão de ser bem atendida no posto de saúde deste bairro. Nesse ponto, o Jd. União da Vitória apresenta uma infraestrutura muito melhor do que o São Marcos, mesmo porque se trata de um assentamento bem maior, mais antigo e bem menos dependente de outros bairros.

No Jardim União da Vitória, Nair morou em uma residência cedida temporariamente por um conhecido da família. Se mudou do União da Vitória ao conseguir dar início a construção de sua residência no assentamento São Marcos. Como relata Lourenço, companheiro de Nair, os moradores se tornam proprietários do terreno a partir de pequenas prestações cobradas pela COHAB, tendo assim a garantia da casa própria. De acordo com o entrevistado, os moradores tinham que pagar R\$9,00 mensalmente para possuírem o lote legalmente. Ainda que o valor da prestação seja aparentemente baixo, são muitos os assentados que não têm dificuldade de pagar. Segue o depoimento de Sebastião:

*Teve proposta, ganhei o terreno. Eu comprei. Eu comprei. Apareceu aqui uma mocinha mais um rapazinho, faz muito tempo. Nós ia ganhar, ou da prefeitura ou da COHAB... Então... Falaram que com o tempo eles iam trazer a escritura, mas até agora não veio. A COHAB e a prefeitura é uma coisa só, eles são tudo ligado. O que um fizer o outro aceita. Então... Me trouxe aqui, me deu por escrito: 'Lourenço, você vai lá, aonde você gostar, ali você marca, é ali mesmo.' Então eu andei, andei, cheguei aqui. Agora eu não sei se amanhã eles vão cobrar, hoje ou amanhã... Comecei a pagar nove [reais] por mês, nem dez reais não chegavam. Mas com muita conversa, 'não sei o que, não sei o que, que já está pago, que não sei o que'... Aí eu parei. Parei, mas se caso precisar pagar, a gente dá um jeito de pagar (Lourenço, 81 anos, aposentado, Jardim São Marcos, 2007).*

Verifica-se que os assentados ainda não possuem a total segurança legal das suas moradias, embora, de acordo com a COHAB-LD, o assentamento encontra-se em fase de regularização.

Lourenço e Nair foram um dos primeiros moradores a ocupar o Jardim São Marcos. Fica evidente que aqueles que iniciaram a ocupação do terreno ou chegaram ao início

da sua implantação, passaram por momentos bastante difíceis, vivenciando acentuadamente a falta de estrutura da área. Uma das formas mais utilizadas pelos moradores dos assentamentos para a construção de suas residências é a autoconstrução, onde os próprios moradores constroem as suas casas. Embora fosse extremamente pesado enfrentar uma jornada de trabalho como pedreiro e paralelamente construir a própria casa (o caso de Lourenço), o esgotamento físico compensa os gastos com a mão-de-obra que teriam para que alguém construísse. Segue o depoimento de Nair:

*Era puro mato aqui. Quando nós chegamos aqui já tinha umas quatro pessoas, umas quatro pessoas com [casas de] lona. E nós morávamos no União eu descia com meu marido que trabalhou no mutirão lá no Califórnia. E quando foi no fim, que todo mundo recebeu as chaves das casas a mulher se virou e perguntou: 'Lourenço, o senhor tem casa?' Lourenço disse: 'Eu não tenho'. Nós morávamos em casa alugada. Só que nós achamos um filho de Deus que deu uma casa pra nós morar por um tempo porque ele não precisava da casa, lá no União. Era de graça, nós só pagava água e luz, não pagava aluguel. Daí o Lourenço disse assim: 'Achamos um filho de Deus que deu a casinha dele pra mim morar', que ele não precisava dela e nós só pagava água e luz. Daí nós morando lá e o Lourenço construindo aqui [no São Marcos]. Já tinha ganhado o terreninho aqui. Terezinha, meu Gabriel também, o pai desses meninos, armou mais o outro, um fardo de um, fardo de outro baratinho e foi indo que nós construiu. A parede do fundo é parede escura, por falta de material. No fundo lá, fizemos quatro cômodos, um banheirinho. Aqui foi nós que construiu, um arrumava umas tabuinhas, outro arrumava outra e nós foi... Juntou beirinha com beirinha, fizemos. Estou feliz aqui, viu? Gosto é sossegado. Nós deita na paz, eu mais ele [o marido], nós dois sozinhos aqui. De domingo, todo domingo meus filhos estão aqui (Nair, 71 anos, dona de casa, Jardim São Marcos, 2007).*

Ao analisar os depoimentos de Nair, percebe-se a mesma tendência já observada nos depoimentos anteriores dos outros entrevistados: os problemas econômicos. Mediante a situação de estar residindo em um imóvel cedido temporariamente, a atitude de Lourenço e Nair foi de garantir o terreno em uma localidade sem qualquer infraestrutura, contudo, que seria realmente deles.

Rita relata que morou em três bairros antes de se mudar para o Jd. São Marcos:

*Eu morei no Limoeiro, depois do Limoeiro nós viemos para o Califórnia e daí do Califórnia nós veio pra cá pro lado do Ouro Branco. [...]. Bairro mesmo que eu me lembro foi aqui no Califórnia, do Califórnia, a vinda minha que a gente veio quando era solteira foi do Limoeiro para o Califórnia. Daí do Califórnia a gente veio pra cá (Zona Sul). Aí eu casei, fiquei um ano no Cinco Conjuntos e depois vim pra cá de novo (Rita, 52 anos, babá, Jardim São Marcos, 2012).*

Rita, Adriana e Solange relataram que o representante de bairro da época era quem organizava as vendas dos terrenos. Vale lembrar que R\$150,00 era um valor considerável há 15 anos atrás, sobretudo para as famílias pobres. Somente as pessoas que tinham inscrição na COHAB e a trocava pelo lote no assentamento, ou aquelas que se recusavam a pagar com muita firmeza, resistência e não se retiravam do terreno, acabaram não pagando por ele. Segue o depoimento de Rita sobre a sua experiência:

*Quando eu vim pra cá a Cristina [filha] estava com um ano e o Alan [filho] com três anos. Agora o Alan já está com 20! Moro aqui desde o começo, não tinha nem essa rua. Não tinha nem rua aqui, tinha um trio pra gente atravessar Eu fui morar junto com o meu pai. Daí eu pagava aluguel. Daí sempre pedindo a Deus pra que ele preparasse algum lugar pra mim. A Silvana [vizinha] já morava aqui nessa época. Ai eu fui lá no Marcinho [representante do bairro na época] e perguntei pra ele se ele não sabia de algum terreno aqui. Aí ele falou pra mim assim: ‘o, tem um terreno lá embaixo que o homem está vendendo’. Aí eu falei ‘ah é? Está vendendo? E quanto que o homem quer no terreno?’. Aí ele falou ‘R\$150,00’. Aí a minha irmã estava junto e eu falei ‘eu não tenho 150,00. Eu estou com R\$50,00’. Aí ele falou ‘então você me dá R\$50,00 e eu levo para o homem. Aí dei R\$50,00 pra ele e a minha irmã estava junto e falou ‘Rita, eu vou ajudar você. Eu vou te dar R\$100,00. Mas só que hoje eu não tenho aqui. Amanhã eu vou lá e te dou. Aí ela foi lá e tirou o dinheiro, os outros cem reais, aí veio, me deu, trouxe para ele e daí foi onde eu consegui aqui.’ Aí comecei com esse cômodo aqui. Dormia aqui nessa sala eu, o Alan e a Cristina. O casal e os dois dormiam tudo aqui. Era uma cama ali, outra cama ali, outra aqui assim. Aí fomos indo devagarzinho, aí a gente trabalhando que a gente foi construindo. Até hoje ainda tem que acabar de aumentar, porque no quarto do Alan os dois dormem tudo num quarto só. É minha filha! A gente foi indo. Com lutas a gente foi levando até chegar aí. Ainda tem coisa...” (Cida, 52 anos, babá, Jardim São Marcos, 2012).*

Embora a moradora se diga satisfeita com a moradia, principalmente pelo fato desta ser própria, ela ressalta alguns problemas existentes no território, como por exemplo, o acentuado declive que dificulta a vida dos moradores do bairro. Na realidade, a problema da subida está presente no depoimento de quase todos os moradores. Segue o depoimento de Rita:

*Eu gostar daqui eu gosto. Eu não vou falar que eu não gosto porque eu gosto muito daqui, porque é um lugar assim tranquilo, pelo menos a rua nossa aqui é um lugar bem tranquilo. O pior mesmo pra mim é só a subida, se não fosse a subida estava bem mais tranquilo. [...] Essa subida aí, o meu marido tem problema de bronquite, usa aquela bombinha e eu que não estou mais aguentando mais subir essa subida. Eu fico com dó até das crianças. As crianças modo de dizer, é que pra gente que é mãe os filhos não crescem (risos). Aí eu fico com dó deles também que sobem e descem essa subida, né? Mas as pernas de vocês estão melhor que as nossas pra ficar subindo aí (Rita, 52 anos, babá, Jardim São Marcos, 2012).*

Ao analisar os relatos de Rita, percebe-se que por problemas econômicos esta também não conseguiu adquirir uma casa própria no decorrer da sua vida, bem como não conseguiu se manter pagando aluguel nos bairros onde habitou anteriormente. Diante da possibilidade de garantir um terreno para construir a sua casa própria, a atitude de Rita foi recorrer a uma irmã que apresentava uma condição financeira um pouco melhor do que a dela, deixar a casa do pai e garantir o a casa própria para a sua família. Assim como nos casos de Adriana e Solange, nota-se o papel fundamental da mulher nas negociações para conseguir os terrenos. Todas elas tinham companheiros, os pais de seus filhos. No entanto, a atitude foi delas.

Os deslocamentos espaciais intra-urbanos de Silvana foram frequentes. Ela conta que morou com a sua irmã Elisa no Parque das Indústrias e em seguida, morou temporariamente com o pai de sua filha no Jardim Silvino, localizado em Cambé. Após vivenciar diversas situações de violência por parte de seu companheiro, voltou a morar com Elisa. Posteriormente morou no Jd. União da Vitória, numa das áreas “recentemente” ocupadas em uma casa cedida pela sua mãe, uma das mais precárias da região. Segue o depoimento de Silvana sobre os seus deslocamentos:

*Eu morava com a minha irmã lá no Parque das Indústrias. Aí eu fui morar lá no União da Vitória. Aí do União eu fui morar lá no Jardim Silvino. Eu voltei a morar com o pai da minha filha no Silvino, mas não deu certo e voltei a morar com a minha irmã. No Silvino eu não conhecia ninguém. Eu não podia sair pra fora, eu ficava trancada. O pai da minha filha ia trabalhar e me trancava. Então eu não tinha contato com ninguém. Acho que ciúmes. Daí foi à hora que eu quis vir embora. E também porque ele também tentou abusar da minha outra filha. Daí quando eu larguei dele eu estava grávida de três meses. [...]. Depois a minha mãe comprou uma casinha lá no União e me tacou lá com minha filha, que era tipo uma invasão. Daí eu saí e voltei a morar com a minha irmã no Parque das Indústrias. (Silvana, 32 anos, Do lar, Jardim São Marcos, 2012).*

Silvana participou de um movimento de ocupação territorial de uma área próxima ao Jd. São Marcos. Trata-se de um fundo de vale que não podia ser ocupado. Os moradores que se instalaram nessa área por determinado tempo, posteriormente foram contemplados com moradias no Jd. Nova Esperança, localizado numa área isolada da zona sul a caminho da zona rural da cidade. Silvana não foi contemplada com uma casa por não ter ficado até o fim junto com os outros moradores. Contudo, posteriormente ocupou uma residência no Jd. São Marcos com o consentimento da COHAB. Segue o seu depoimento:

*A casa foi cedida mesmo, porque eu participei de uma invasão no meio do mato, aí eu tive que sair por causa do meu menino que é alérgico a inseto. Depois de dois anos eles [a COHAB] me deram a casa. Foi lá do outro lado, no mato lá. Juntou uma turma que falou que ia, aí eu falei 'eu também vou'. Nós só fizemos barraquinhas. Daí assim, como eu não fiquei até o final, muita gente que ficou ganhou uma casa lá no Nova Esperança, e como eu tive que sair eu não ganhei. Aí eu fiquei morando aqui na minha irmã. [...]. Eu fui na COHAB, porque essa casa que eu moro ela foi abandonada. A mulher era doente e teve que ir embora morar com a família dela. Daí eu fui lá na COHAB e conversei com eles. Aí eles vieram, perguntaram se eu tinha condições de arrumar a casa, que era bem coisada e eu falei que tinha. Foi a COHAB mesmo que deu pra essa mulher a casa. Então eu fui lá e perguntei pra eles se eles podiam me dar. A COHAB constrói dois cômodos pra quem não tem condições de construir. Então esses dois cômodos que eles construíram foi pra essa mulher (Silvana, 32 anos, Do lar, Jardim São Marcos, 2012).*

Observa-se que todos os bairros em que Silvana morou são bairros pobres e que as pessoas que fazem parte de sua rede de relações se encontram numa situação muito próxima a dela. A casa em que morou com a sua irmã, foi aquela em que Elisa foi despejada. A casa que foi cedida pela sua mãe para que ela pudesse morar com os filhos, trata-se de uma área extremamente precária do União da Vitória, localizada nas encostas, uma das últimas ocupações. Deste modo, novamente observa-se a questão da pobreza estrutural da população negra. Os membros da família compartilham da mesma situação de pobreza. Por isso, todos acabam por ocupar territórios segregados.

Diante do contexto de ter se deslocado várias vezes no interior da cidade, de não ter uma habitação própria, de violência doméstica, de iniciar a ocupação de um território e não ter tido condições de permanecer até o fim, de situação de dependência de outros parentes, a atitude de Silvana foi negociar diretamente com a COHAB uma residência no Jardim São Marcos para morar com os filhos.

Os deslocamentos espaciais intra-urbanos de Vânia, juntamente com o caso de Adriana, foram utilizados como modelo de ocupação de territórios cada vez mais distantes da região central no início deste capítulo. O Parque das indústrias localiza-se na zona sul.

Após o Parque das Indústrias se localiza o São Lourenço e numa baixada após percorrer todo o São Lourenço se localiza o Jd. São Marcos. Novamente exacerba-se a tendência de famílias pobres e negras ocuparem bairros cada vez mais afastados da região central, cada vez mais periféricos e sem os serviços públicos essenciais. O ciclo se repete. Segue o depoimento de Vânia sobre os seus deslocamentos:

*Eu sou de Jacarezinho, mas eu cheguei pequena [em Londrina]. Eu morei aqui no Parque das Indústrias, no São Lourenço e depois vim pra cá [Jardim São Marcos], tudo aqui na zona Sul. E quando eu era solteira eu morava no emprego. Aí depois que eu me casei fui morar no Parque das Indústrias, no São Lourenço e depois eu vim pra cá. Quatro bairros (Vânia, 45 anos, doméstica, Jardim São Marcos, 2012).*

Vânia mora no Jd. São Marcos desde o início de sua ocupação, quando esta ainda não tinha nem água e nem luz. A moradora conta um pouco das dificuldades pelas quais passou juntamente com a sua família ao se mudar para a área em 1997:

*Moro no São Marcos praticamente desde quando começou. Deve ter uns quinze anos. O São Marcos aqui foi uma invasão que começou num campo lá em cima. Aí foi assim. Aí daquela invasão lá mudaram pra cá. Parece que o Belinatti [prefeito de Londrina na época] comprou e começou a lotear pro povo, e como eu tinha o nome da COHAB pra pegar uma casa popular e não saía, aí eu fui lá e conversei com eles para eles darem aqui pra mim. Estava esperando há bastante tempo. Aí eles me deram aqui, só que antes eles me deram ali na rua da Adriana, acho que duas casas pra lá. Só que aí um rapaz foi lá e invadiu e aí não tinha como eles tirarem ele de lá. Depois eles me deram a senha daqui [...]. Quando nós mudou aqui não tinha água, não tinha luz. A água era um cano comunitário. Se as mulheres lá pra cima lavavam roupa, nós ficava sem água aqui em baixo o dia inteiro. Não tinha luz, não tinha geladeira. Leite tinha que comprar um litro, ferver e ponhar no chão, em algum lugar pra esfriar pra não azedar. Carne, você ia lá, comprava um quilo e tinha que fazer tudo (Vânia, 45 anos, doméstica, Jardim São Marcos, 2012).*

Quando perguntado a Vânia sobre qual o bairro em que ela mais gostou de morar, ela imediatamente responde que é o São Marcos e o motivo para esta resposta não foge do que os outros entrevistados já responderam: o fato de não mais ter que pagar aluguel. Segue o depoimento de Vânia:



*O São Marcos, com certeza. Por causa do aluguel. Teve uma época que eu estava desempregada, só o meu marido sozinho trabalhando. Tadinho pegava o dinheirinho, naquela época trezentos reais era muito dinheiro, pegava o dinheirinho do trabalho e dava assim, sabe? Tudo para o aluguel. Você olhava o seu filho pedindo uma maçã, uma banana, um leite e você não ter um dinheiro (Vânia, 45 anos, doméstica, Jardim São Marcos, 2012).*

Em sintonia com a maioria dos depoimentos anteriores, Vânia não fugiu a “regra”. Em seus depoimentos fica evidente o deslocamento para territórios cada vez mais marginalizados. Os principais elementos visíveis que atuaram estimulando a segregação de sua família no Jd. São Marcos também é de natureza econômica. Assim como Adriana, Vânia estava na lista de espera a anos buscando adquirir a sua casa própria, contudo nunca foi chamada. Diante da situação em que a família se encontrava, em que praticamente toda renda era direcionada para o pagamento do aluguel, a atitude de Vânia e de seu companheiro foi de fazer a troca da inscrição na COHAB pelo lote no assentamento.

#### *Habitações autoconstruídas*

Um fato importante a ser observado, é que a maioria das casas são autoconstruídas. Anteriormente foi mencionado o caso de Nair e Lourenço que construíram a própria casa com a ajuda de outros parentes. Essa realidade também pode ser observada nos depoimentos dos outros moradores. Cordeiro e Szücs (2003: 77) chamam atenção para a precariedade de muitas moradias autoconstruídas pelo fato destas, geralmente não terem um acompanhamento profissional, o que compromete a qualidade técnica e a funcionalidade da edificação. No caso da maioria dos entrevistados do Jardim São Marcos, esta teve um acompanhamento profissional, seja do próprio chefe de família, parentes, amigos da família, pessoas ligadas à Igreja, mutirões, ou mesmo pedreiros pagos. Um dos principais problemas observados nos depoimentos dos entrevistados então é a falta de recursos financeiros para construir a moradia em sua totalidade, o que resulta em espaços extremamente reduzidos, cômodos insuficientes para atender a demanda de moradores e ampliações improvisadas. Outro problema identificado refere-se à falta de condições financeiras para pagar os auxiliares dos pedreiros. Dessa forma, os próprios moradores cumprem esse papel.

Silvana conta que trabalhou na construção da própria casa até o último dia de sua gestação. Embora os pedreiros fossem pagos para construir a redidência, ela os ajudava

para não precisar arcar com as despesas de mais trabalhadores, os serventes de pedreiro. Ela e a sua irmã Elisa desempenhavam o trabalho que seria realizado pelos auxiliares. Segue o seu depoimento:

*Essas casas quem construiu foi nós. Eu construí grávida. Quando eu fui ganhar o meu filho, no dia que eu passei mal, ainda carreguei lata de massa pra terminar de fazer o chão da cozinha, concreto. Daí terminei tudo e a noite fui pro hospital ganhar. Nós batia a massa e carregava. Os pedreiros foram pagos. As auxiliares foram nós (Silvana, 32 anos, Do lar, Jardim São Marcos, 2012).*

Vânia relata que foi o seu companheiro quem construiu a casa onde a família mora atualmente e que foi ela quem o auxiliou. A entrevistada relata ainda algumas dificuldades enfrentadas no início da moradia da família no Jd. São Marcos. Segue o seu depoimento.

*Aqui nós fizemos dois cômodos. Era uma cozinha, um banheiro e um quarto e nós éramos cinco. O meu marido, ele era o pedreiro e nós os serventes. E na época nós éramos em cinco e essa minha filha casada ainda era pequena. Ela tinha acho que uns cinco anos quando nós veio pra cá. Aí tinha uma de três e um bebê praticamente de colo, que é esse que tem dezesseis anos agora. Então era difícil. Eu precisava levar elas lá em cima na escola, a mais velha e depois a Luciana essa de dezoito entrou no pré, precisava levar lá em cima, aquela época de chuva! Tinha que levar um chinelo limpo dentro de uma sacola, uma garrafa de água, chegava lá em cima lavava o pé dela, pegava o chinelo de barro ponhava na sacola, af! (Vânia, 45 anos, doméstica, Jardim São Marcos, 2012).*

Elisa relata as dificuldades enfrentadas inicialmente, sobretudo em relação ao tamanho reduzido da residência para abrigar um número elevado de pessoas. A habitação possuía apenas três cômodos nos quais onze pessoas apertavam-se a fim de realizar as suas atividades. Porém, atualmente a situação já está melhor que antes:

*Eram três cômodos e nós morávamos em onze pessoas. Os vicentinos. Foram os vicentinos que ajudaram. Agora são sete cômodos para cinco pessoas (Elisa, 41 anos, desempregada, Jardim São Marcos, 2012).*

Jorge, que é pedreiro, construiu praticamente sozinho a casa onde atualmente reside com a sua família no São Marcos:

*Fui eu que construí tudo. Quatro cômodos. Mora eu a esposa e os dois filhos, um de treze anos e outro de um (Derli, 39 anos, pedreiro, Jardim São Marcos, 2012).*

Rita também afirma que a casa foi construída pela própria família e ressalta a questão dos moradores ainda não terem a escritura da casa:

*A minha casa tem quatro cômodos. Aqui é nossa porque foi nós que construiu, porque ponhamos tijolo e levantamos pra cima, mas nós não temos papel nenhum ainda na mão que consta que é da gente (Rita, 52 anos, babá, Jardim São Marcos, 2012).*

Nota-se que a autoconstrução das habitações é uma tendência comum entre os moradores dos assentamentos. Na maioria das vezes, essa tendência está relacionada à falta de recursos financeiros para arcar com a despesa de profissionais.

#### *O São Marcos na visão dos próprios moradores: Alguns depoimentos*

A entrevista com Adriana foi realizada em 2007, quando o Jd. São Marcos ainda não tinha asfalto. A entrevistada relata que muitos moradores eram pessimistas em relação às melhorias previstas para o bairro que dependiam do poder público. De certa forma, tal pessimismo por parte dos moradores é compreensível, tendo em vista que a ocupação foi iniciada em 1997 e o asfaltamento do local ocorreu somente em 2007, ou seja, dez anos depois de sua criação. Contudo, Adriana sempre buscava acreditar que as melhorias gradativamente seriam realizadas. Segue o seu depoimento:

*Bom, aqui eu achei muito difícil no começo, mas já está tudo mais certo agora. O mais difícil é porque não tem asfalto ainda, né? Muitos reclamam ainda, sabe? Tem gente que quer que bate uma varinha de condão e fica tudo pronto de uma hora pra outra, né? Mas alguns, sempre tem uns, que quando ta falando que vai vim tal coisa pra cá, já pergunta e fica reclamando porque demora, né? Mas, já tem previsão, já está fazendo a rede de esgoto. Viu que está cheio de buraco aí na rua, né? Mas era pra dar um prazo, a empresa deu um prazo de até abril está pronto, final de abril. Só pediram mais dois meses. Então a gente acredita que até julho, já ter asfalto aqui (Adriana, 48 anos, dona de casa, Londrina, Jardim São Marcos, 2007).*

Embora tenham ocorrido avanços importantes no bairro, algumas dificuldades em relação aos serviços públicos essenciais permanecem. Como já haviam sido relatadas anteriormente por outros moradores, as dificuldades enfrentadas em relação ao transporte coletivo ainda é uma realidade no Jd. São Marcos:

*Um pouco ainda, tenho dificuldade aqui ainda, por causa, assim, de condução, né? Pra, porque ainda o ônibus passa pouco aqui, tem que subir lá no São Lourenço pra pegar ônibus o horário que não passa outro aqui, né? Lá passa, passa tanto, duas linha, né? O Ouro Branco e o Jardim Sabará. Até o ponto de ônibus dá uns dez minutos, só a subida é muito inclinada (Adriana, 48 anos, dona de casa, Londrina, Jardim São Marcos, 2007).*

As falas em relação à precariedade do serviço do transporte coletivo no bairro, bem como a dificuldade enfrentada em relação ao acentuado declive do bairro foram relatadas por praticamente todos os moradores.

Apesar das diversas dificuldades relatadas em relação ao território onde vive, a maioria dos moradores afirma ter fortes laços com a vizinhança. Nesse sentido, Robert Park já havia analisado que o isolamento em áreas segregadas tende a preservar e intensificar a intimidade e solidariedade da vizinhança (PARK, 1979: 34). Esse aspecto foi fortemente identificado nos depoimentos da maioria dos entrevistados. Ângela, por exemplo, de um modo muito interessante remete a ideia de condomínio fechado para se referir ao São Marcos. Segue o depoimento de Ângela:

*Ah eu adoro, eu amo morar aqui. Aqui é um lugar tranquilo, não tem essas bagunças aí. É muito gostoso morar aqui, a única coisa é a subida, né? Mas empurrando um pouquinho a gente chega lá. Aqui só por misericórdia (risos). É só isso só. [...]. O melhor bairro que eu morei é aqui, porque eu gosto daqui. É igual à gente fala que aqui é um condomínio fechado (risos). São Marcos é gostoso. Ah, eu gosto de morar aqui. Do lugar, as pessoas também são legais. Aqui na minha rua ninguém mexe com ninguém. Eu conheço as pessoas assim de 'oi', mas aqui ninguém mexe com ninguém. Você vai ali 'oi', 'oi'. É um educado com o outro (Ângela, 43 anos, desempregada, Jardim São Marcos, 2012).*

Jorge também ressalta o fato de todos os moradores se conhecerem no bairro. Para ele, em relação ao que era o São Marcos no início, o local atualmente é, nas palavras do morador, um conforto:

*É todo mundo conhecido, o bairro é menor, não tem tanta bagunça. Tem um pouco, porque isso daí todo lugar também, mas tem que segurar seu filho, né? Segurar assim, procurar passar o melhor pra eles [...]. No São Marcos não tinha rede de esgoto, não tinha asfalto, era uma dificuldade pra você ir trabalhar em dia de chuva, aquela coisa, né? A mulher ia trabalhar e colocava uma sandália com um salto fininho... Eu digo que hoje na verdade está um conforto. Está um conforto, melhor do que isso só um condomínio (risos). É só fechar a rua lá em cima e acabou, o resto é no meio do mato (risos) (Jorge, 39 anos, pedreiro, Jardim São Marcos, 2012).*

Nota-se que, de modo geral, todos os moradores relatam diversas dificuldades enfrentadas no início da ocupação do São Marcos, mas que mesmo assim se sentem bem no bairro por não mais precisar pagar aluguel, por ser um lugar melhor para criar os filhos em comparação com assentamentos urbanos mais populosos, que tendem a ser mais violentos e, pela boa relação com a vizinhança. Contudo, os mesmos moradores que no decorrer da entrevista afirmam gostar demasiadamente do bairro, em determinados momentos acabam expressando a vontade de se mudar para outro local. Segue o depoimento de Jorge:

*Então aqui tenho amigos e família. Mas eu penso a frente. Em ir para outro local também, comprar um terreno, investir em outras coisas... Eu mudaria de bairro. A gente pode sim, a gente nunca pode falar não. Eu pretendo mudar de local (Jorge, 39 anos, pedreiro, Jardim São Marcos, 2012).*

A vontade de mudança de bairro existe e aparece de maneira explícita ou implícita nos depoimentos dos moradores. Na realidade, a maioria não se muda por não dispor de condições financeiras para se deslocar para outro local. Segue o depoimento de Rita:

*As vezes que eu falei que eu ia vender aqui eles [os filhos] já gritaram: ‘não!’ (risos). Eles gostam daqui. Eles falam: ‘não mãe! Então a senhora muda, porque eu vou ficar aqui!’. A Cristina a mesmo é uma (risos). Agora o meu marido, a vontade dele também é da gente sair daqui, né?(Rita, 52 anos, babá, Jardim São Marcos, 2012).*

A partir da análise dos depoimentos de todos os entrevistados, percebe-se que a vontade de mudança para outro bairro está amplamente relacionada à precariedade que ainda incide sobre esse território; à ausência de serviços públicos essenciais; à lonjura em relação ao centro, que representa um local de extrema importância para a população mais pobre; ao acentuado declive existente no local, que dificulta demasiadamente a vida dos moradores, sobretudo dos mais velhos ou daqueles que apresentam problemas de saúde e; sobretudo, aos estigmas territoriais atribuídos ao bairro que limita a vida de seus moradores em diversas dimensões da vida social.

### **Os estigmas territoriais: as representações do Jardim São Marcos**

Muitas pessoas não conhecem o Jd. São Marcos e as que conhecem geralmente se referem ao território de maneira depreciativa. Muitos que não moram no bairro designam-no como “buraco”. Além dos estigmas atribuídos aos territórios da pobreza pelos

grupos dominantes, observa-se que até mesmo moradores de bairros vizinhos, como o São Lourenço, Parque das Indústrias e Ouro Branco - que embora não sejam assentamentos são bairros populares com alto índice de famílias de baixa renda - reforçam o estigma dos assentados no Jd. São Marcos. Certamente, bairros pobres ou populares, ainda que a habitação seja formal, podem ser estigmatizados. Para se livrar do estigma de habitar um bairro pobre ou um conjunto habitacional cujas casas são obtidas mediante políticas habitacionais estatais, é preciso apontar situações piores. E neste caso, como já haviam destacado Sabatini e Sierralta (2006, p. 172), viver em um bairro no qual a ocupação do solo não é legalizada, em que as construções são irregulares é certamente um fator de identidade negativa, um primeiro passo para a construção social dos estigmas territoriais.

Para compreender a atitude de moradores de outros bairros pobres em reforçar os estigmas territoriais dos moradores do Jardim São Marcos, cabe recorrer às contribuições teóricas de Erving Goffman. De modo geral, em sua obra *ESTIGMA: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, o autor reexamina os conceitos de estigma e identidade social; a identidade pessoal e a relação grupal; o “eu” e o “outro” a partir de dois grupos distintos: (1) O grupo dos estigmatizados, que é constituído por indivíduos considerados circunscritos a uma forma de negação coletiva da ordem social, como por exemplo, negros, deficientes físicos e mentais, delinquentes, boêmios, prostitutas, ciganos, idosos, mendigos, ou qualquer outra característica que os torne, na visão dos outros, diferentes ou mesmo inferiores. (2) O grupo das pessoas consideradas normais (sem estigmas). Uma abordagem importante realizada na análise do autor refere-se ao fato de que um indivíduo ao reforçar o estigma do “outro” reafirma a própria normalidade, pois, quando um indivíduo considerado normal opta por seguir ao lado da pessoa estigmatizada, ele certamente irá compartilhar desse estigma e, conseqüentemente acabará por ter as mesmas privações do grupo dos estigmatizados. Tal análise nos leva a compreender as possíveis razões de determinadas atitudes discriminatórias em relação aos assentados, sobretudo, ao apontar e reforçar o estigma do grupo espacialmente segregado (GOFFMAN, 2004, p. 28).

Entende-se que o território ocupado exerce grande influência no desenvolvimento das relações sociais. Adriana afirma que o fato de ter se mudado de uma região central para um assentamento interferiu significativamente em suas relações pessoais de amizade:

*Assim, até pessoa que faz parte da minha vida, comadre minha, madrinha das minhas filhas, elas não vem aqui. Elas vieram por duas vezes e ainda disseram pra mim que eu tenho é que mudar daqui. Eu falei 'porque se eu gosto daqui?' E não tem nada que me faça sair daqui correndo, né? Então tem pessoas amigas mesmo, que também falam. E depois que já ta desse jeito arrumado, imagina se tivessem visto antes! (Adriana, 48 anos, dona de casa, Londrina, Jardim São Marcos, 2007).*

De acordo com Anderson, a maioria das pessoas não conhece o Jd. São Marcos, e as que reconhecem logo se referem a uma de suas principais características que é o acentuado declive:

*A maioria não conhece e quem conhece fala 'nossa! Aquela descida! Só falam 'aquela descida! (Anderson, 36 anos, eletricista, Jardim São Marcos, 2012).*

Já Ângela afirma que a maioria das pessoas se refere ao Jd. São Marcos de modo depreciativo, denominando-o de “buracão” e que os moradores sentem-se ofendidos com tais referências:

*Ah, fala muito assim que aqui é um buracão. 'Ah, que fulano de tal mora lá no buracão'. Mas é uma bênção, eu gosto de morar aqui, mas falam isso que é buracão, assentamento e às vezes a gente já se dói. Muitos colegas aqui nós mesmos a gente já conversou sobre isso. E aqui já virou Jardim São Marcos, mas o povo fala que aqui é buracão, sempre tem alguém, né? (Ângela, 43 anos, desempregada, Jardim São Marcos, 2012).*

O depoimento de Elisa corrobora com o de Ângela no que se refere à subida e ao modo pejorativo de se referir ao bairro como “buraco”. Elisa acrescenta ainda o fato das pessoas que vivem fora do bairro associar o território como local de bandidos. Como analisa Wacquant (2005: 7):

São locais conhecidos, tanto para forasteiros como para os mais íntimos, como “regiões problema”, “áreas proibidas”, circuito de “selvagem” da cidade, territórios de privação e abandono a serem evitados e temidos, porque têm, ou se crê amplamente que tenham excesso de crime, de violência, de vício e de desintegração social.

Segue o depoimento de Elisa:

*Olha o buraco (risos). Toda vez que eu falo ‘eu moro aqui no São Marcos’ ‘Ah, você mora lá na favela? Lá naquele buraco. Nossa você não cansa de subir?’ Coisas bem negativas. Mas tipo, é que as pessoas não conhecem, mas quem vem no São Marcos, como você vêm não tem maconheiro. Só o índio que roubou uma moto ontem e veio parar aqui. Roubou lá em cima e tentou atravessar ali. Mas é um bairro bem sossegado. ‘Ah, que aqui tem um monte de ladrão, bandido, essas coisas (Elisa, 41 anos, desempregada, Jardim São Marcos, 2012).*

O depoimento de Jorge reforça as falas de Ângela e de Elisa sobre a referência depreciativa ao território. Novamente a expressão “buraco” aparece. Outro aspecto que chama a atenção no depoimento de Jorge é o fato dele dizer que não escolheu morar no local. Assim como foi visto nos depoimentos de outros entrevistados anteriormente, Jorge reforça as vantagens de morar no São Marcos pelo fato da casa ser própria, ou seja, de não pagar mais aluguel. Segue o seu depoimento:

*Muita gente não conhece o São Marcos. E algumas que conhece fala: ‘você mora lá naquele buraco?’ Aí eu falo: ‘Mas eu não escolhi, e lá pra mim está ótimo’. E as pessoas que falam isso, muitas estão pagando aluguel. Então eu procuro nem discutir ‘você tá reclamando do lugar, mas você está aí pagando aluguel...’, porque aí vai se tornar uma briga entendeu? Uma discussão. Então eu só falo que aqui é um lugar bom, que está bom, que está ótimo e acabou. Aí ele vai pensar e vai pesar na consciência dele. Eu não discuto não (Jorge, 39 anos, pedreiro, Jardim São Marcos, 2012).*

Rita afirma que até mesmo alguns familiares a incentivam a mudar de bairro. Ela também fala sobre as dificuldades de enfrentar diariamente o acentuado declive existente no bairro:

*A minha sogra mesmo ela fala assim pra mim: ‘o Cida, você tem que sair de lá. Vocês tem que sair de lá porque lá não é lugar pra vocês morar, enfrentar aquela subida lá. Você não está aguentando mais’. Os meus familiares também falam. Nem no meu pai eu não vou no final de semana por causa da subida, eu fico aqui. Na missa mesmo é muito difícil. Eu fui mesmo umas duas ou três vezes que a dona Maria passou de carro e falou: ‘ó Cida, eu vou à missa’, e aí eu subia com a dona Maria (Rita, 52 anos, babá, Jardim São Marcos, 2012).*

Silvana afirma que já chegou a dizer para outras pessoas que morava em outro bairro, justamente por causa dos estigmas atribuídos ao Jd. São Marcos:



*Falam que aqui é favela. Eu não gosto de falar onde eu moro. Eu falo que aqui não é favela não, que aqui é um bairro. Eu já falei que morava no Parque das Indústrias (risos). Principalmente quando não tinha asfalto aqui (Silvana, 32 anos, Do lar, Jardim São Marcos, 2012).*

Vânia afirma que o território é desconhecido:

*A maioria das pessoas nem conhece. A maioria das pessoas, quando você vai comprar numa loja ‘mas onde você mora?’, ‘lá no Jardim São Marcos’, ‘mas aonde é isso? Onde que fica? Que região que é? É norte, é sul? ‘Praticamente ninguém conhece’. É desconhecido, é novo (Vânia, 45 anos, doméstica, Jardim São Marcos, 2012).*

A partir desses depoimentos, cabe retomar a análise de Raquel Rolnik (1989, p. 16), já mencionada anteriormente, que afirma que nas cidades “se institui uma espécie de *apartheid* velado, que se, por um lado, confina à comunidade à posição estigmatizada de marginal, por outro, nem reconhece a existência de seu território, espaço quilombo singular”.

Conforme analisa Sabatini e Sierralta, (2006, p. 172), a percepção que as pessoas têm do fato de pertencer a um grupo social que ocupa o espaço de modo peculiar, ou melhor, o sentimento de ser marginal, de pertencer a uma espécie de “resíduo social” é uma das dimensões subjetivas da segregação. Nos casos relatados, nota-se a intensa estigmatização da população residente nessa localidade e dos seus territórios. Outro aspecto subjetivo da segregação está relacionado à identidade e ao prestígio atribuído a cada bairro ou áreas da cidade. Os estigmas territoriais se encarregam de marcar os territórios “ruins”, nos quais todos que lá vivem são suspeitos. Do lado oposto, encontram-se “os bairros de prestígio, denominados ‘exclusivos’ pelos corretores de imóveis, o que não deixa de ser eloquente por si mesmo. Viver em tal área outorga *status* e outras vantagens mais tangíveis, como a qualidade dos serviços e das infra-estruturas” (SABATINI; SIERRALTA, 2006, p. 172).

É nessa perspectiva que na prática, no cotidiano, os contatos entre os estigmatizados e os tidos como normais propiciam a vivência de situações embaraçosas e constrangedoras, principalmente para as pessoas estigmatizadas. A fórmula de relação social consiste precisamente em arranjar lugar para o outro (estigmatizado), levando em conta sua incapacidade para manter-se no mesmo lugar que o seu. Nesse movimento, alguns membros dos grupos estigmatizados optam por minimizar seu sofrimento ou seu mal-estar confinando-se em seu “devido lugar”.

Ao analisar o material empírico coletado, é possível identificar vários casos que retratam as dificuldades de famílias negras em permanecer em determinados bairros de Londrina, bem como a frequência com que estas se deslocam dentro da cidade. A maioria dos entrevistados, praticamente durante toda a trajetória de vida, esteve às margens da sociedade. E os que conseguiram escapar dessa realidade e ocupar um território mais consolidado logo retornaram às margens. Observa-se que é comum a mudança dessas famílias negras para territórios menos consolidados, cada vez mais afastados do centro e das regiões com melhor infraestrutura, constatando-se na prática a possibilidade de evolução inversa tratada por Milton Santos (1987)<sup>70</sup>.

Mediante as situações em que deveriam fazer frente, a atitude de todos os entrevistados foi de lutar para conseguir um terreno no assentamento urbano São Marcos e assim garantir o seu terreno próprio. Nas condições em que cada um dos entrevistados se encontrava, não havia alternativas. A ocupação territorial de terrenos públicos ou privados foi uma de uma estratégia de sobrevivência.

Observa-se que os elementos perceptíveis, presentes nos depoimentos de todos os entrevistados, que atuaram estimulando a segregação involuntária desse contingente populacional, decorrem de processos econômicos e sociais. De qualquer forma, este processo resulta em uma separação racial, já que os territórios marginalizados concentram significativa parcela da população negra. O fato do componente racial não ter aparecido nas falas dos entrevistados sobre o processo de inserção territorial no Jardim São Marcos, bem como a presença de moradores brancos nessa localidade, pode levar algumas pessoas a crer na ausência de qualquer tipo de segregação racial. Contudo, como já haviam alertado Rolnik (2003) e Silva (2006), o processo de segregação espacial urbana da população negra nas cidades ocorrem de modo indireto, não aparente. Além disso, como bem analisou Rolnik, os territórios negros no Brasil jamais foram totalmente negros, mas sim, predominantemente negros.

Nota-se que no decorrer dos depoimentos, as análises tornam-se redundantes, pois, embora haja as peculiaridades de cada trajetória, os ciclos se repetem e desembocam em um fato social de distanciamento, de separação física. A partir desses aspectos, cabe retomar a definição conceitual de segregação feita por Michel Wieviorka (2001, p. 65-66) que analisa que a segregação é ao mesmo tempo um processo e o seu resultado. Processo

---

<sup>70</sup> De acordo com o geógrafo Milton Santos, a evolução inversa se dá de duas maneiras: “seja quando um indivíduo muda para um bairro onde as condições de vida são ainda menos boas ou quando, no seu próprio bairro, vê as suas condições piorarem”(SANTOS, 1987, p. 85).

este que mantém um grupo à distância, localizado em espaços próprios que lhes foram reservados.

No segundo capítulo foram discutidas diversas questões importantes que ajudam na compreensão da realidade específica do negro no Brasil. Considerando que o fator econômico adquiriu uma dimensão importante neste trabalho, convém considerar a questão da pobreza estrutural da população negra no Brasil. De acordo com Campos (2012, p. 86), a pobreza da população negra brasileira tem dois discursos estruturantes. O primeiro refere-se ao impedimento a propriedade de terras, que cerceou o surgimento de uma classe média negra, considerando que esta era uma das principais fontes de acesso a acumulação de bens. O segundo diz respeito à inserção tardia no mundo urbano-industrial, acarretado pela ideologia dominante que disseminava a ideia de superioridade dos trabalhadores brancos provenientes da Europa. Essas duas vertentes resultam na pobreza estrutural da população negra, mediante as condições conquistadas pelos demais segmentos sociais.

Outro aspecto já discutido, mas que cabe reforçar é a questão levantada por Carlos Hasenbalg que diz que, como resultado da discriminação racial no passado, cada nova geração de negros está em posição de desvantagem porque se origina desproporcionalmente de baixa posição social. Em acréscimo a isso se dá o racismo e a discriminação racial que continua a interferir no processo de mobilidade intergeracional, de tal forma a restringir as realizações dos negros, relativamente aos brancos da mesma origem social (HASENBAG, 1979, p. 172, 199).

Entre as diversas limitações deste trabalho, destaca-se o fato desta análise não ter sido ampliada de modo a contemplar de fato a questão da segregação espacial urbana essencialmente ligada a raça. Para um estudo mais profundo, seria necessária uma análise mais completa da experiência da marginalização dos negros no Jardim São Marcos para verificar se no interior deste território segregado os negros vivenciam desvantagens em relação aos brancos.

Certamente, todas as famílias que iniciaram a ocupação do Jardim São Marcos, negras e brancas, encontravam-se em uma situação de pobreza semelhante. Quando foram iniciadas as primeiras entrevistas em 2007, as casas, em sua maioria autoconstruídas, de modo geral eram bem precárias. Contudo, em 2012, data de realização das últimas entrevistas, já é possível observar diferenças nos padrões das casas. Algumas já se encontram bem mais estruturadas, maiores, reformadas, enquanto outras permanecem semelhantes a barracos. Nota-se que no interior deste território marginalizado, existem diferenças sociais. Será que essas diferenças sociais se estendem a desvantagens raciais? Isso demandaria uma

nova pesquisa. E caso as desigualdades entre negros e brancos que habitam o mesmo território fossem confirmadas, este seria o ponto crucial da análise sobre o modo como a segregação é intensificada quando se trata de contingentes populacionais negros.

De modo geral, verifica-se que existe um silêncio acadêmico em torno do assunto raça e espaço urbano. Contudo, se a maioria dos territórios periféricos (periferias pobres) e marginalizados do Brasil é preenchida majoritariamente pela população negra, o assunto merece uma análise mais profunda. Acredita-se que é preciso avançar nos debates, haja vista que, a segregação socioespacial não é suficiente para analisar as especificidades da população negra, que ainda hoje é maioria nos territórios marginalizados das cidades brasileiras<sup>71</sup>, bem como a maior vítima da violência criminal e policial. Sendo assim, as discussões acerca da segregação espacial urbana devem ir além das questões econômicas. Devem abordar também a intensa estigmatização dessa população e dos seus territórios e as consequências acarretadas por esses fatores já que no Brasil, os estudos sobre segregação predominam as causas e não os seus efeitos.

---

<sup>71</sup> De acordo Marcelo Paixão (2003), o negro representa a maior parcela nas periferias e habitações precárias de todo o país, sendo pertinente informar que há uma estimativa de que 70% da população negra brasileira resida em áreas “informais” como favelas, ocupações e moradias autoconstruídas. Cf. PAIXÃO, Marcelo. **Desenvolvimento Humano e Relações Raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a elevada concentração de negros em espaços segregados da cidade de Londrina – que se mostra em sintonia com as desigualdades sociais e raciais desenvolvidas no Brasil - o objetivo deste estudo foi analisar o processo de segregação espacial urbano da população negra em um território específico da cidade: o Jardim São Marcos, assentamento urbano localizado na zona sul da cidade, cuja ocupação territorial foi iniciada em 1997. Foram lançadas duas questões centrais: Qual a origem das famílias negras atualmente segregadas? Quais os elementos que atuam estimulando a segregação involuntária da população negra para territórios marginalizados da cidade como o Jardim São Marcos? No decorrer das análises, buscaram-se abarcar tanto os valores sociais (elementos culturais objetivos da vida social), quanto as atitudes individuais (características subjetivas do grupo social considerado).

Esse estudo indica que as migrações internas da população negra têm como um dos principais determinantes estruturais as desigualdades regionais, mais especificamente, a segregação geográfica do grupo negro em regiões brasileiras subdesenvolvidas e do grupo branco em regiões brasileiras desenvolvidas, desde o período após a abolição do sistema escravocrata. Sugere-se que por meio de fatores de expulsão, decorrentes de fatores de mudança e de estagnação, entre as décadas de 1940 e 1970, mineiros e nordestinos foram induzidos a migrar em direção as cidades com pólos de desenvolvimento econômico, como Londrina, em busca de meios de vida, atraídos principalmente pelas ofertas de força de trabalho.

De modo geral, verifica-se que a atitude de migrar tomada ao nível individual ou familiar se dá mediante a situação mais ampla de acentuadas diferenças regionais, maior concentração de negros em regiões subdesenvolvidas e de mudanças estruturais e espaciais da economia frente ao processo de industrialização capitalista. Essa situação é vivida pelos sujeitos na figura da fome, do desemprego, na extrema precariedade vivenciada cotidianamente. Nesse sentido a migração aparece ao indivíduo como um meio de “buscar uma vida melhor”, ou de buscar condições mínimas de sobrevivência. A partir da atitude individual de migrar, os migrantes estariam respondendo ao processos social, econômico e político do contexto.

A análise das migrações internas da população negra a partir dos depoimentos priorizou os descendentes dos migrantes, com exceção de Nair e Lourenço. Ainda assim, a análise conseguiu apresentar as principais características desse grupo social,

que foi o objetivo proposto. Contata-se que eram sujeitos muito pobres, que tiveram limitadas oportunidades educacionais ou nem chegaram a tê-las. De modo geral, o que as falas dos entrevistados revelam em relação à condição específica do negro, é que este grupo social apresenta inúmeras barreiras educacionais, difíceis condições de trabalho e uma sociabilidade limitada que os invisibiliza, que os discrimina. Como foi discutido anteriormente, as dificuldades enfrentadas pelos negros tanto no ambiente escolar, como no ambiente de trabalho, não se limitam às condições econômicas e sociais. Os entrevistados apresentaram diversos depoimentos que enfatizam a discriminação racial sofrida nas mais importantes esferas da vida social (educação e trabalho) explicitamente raciais. O que eles revelam, a partir das suas experiências pessoais, são as expressões concretas do racismo.

Para completar esse quadro de desigualdades, ainda que a maioria dos autores tenha apresentado a tendência em positivar as migrações internas, é preciso considerar que num contexto de profundas desigualdades sociais, raciais e espaciais, nem todo migrante conseguiu se integrar na nova sociedade, tendo em vista que as desigualdades existentes no campo se projetaram para o Brasil urbano. Um fato importante, já mencionado, mas que vale à pena reforçar, é que a maioria dos migrantes é proveniente do Estado de Minas Gerais e do Nordeste Brasileiro e as primeiras favelas de Londrina, iniciadas na década de 1950 – Pito Aceso e Vila do Grilo, atual Vila da Fraternidade – foram justamente iniciadas por famílias oriundas de Minas Gerais e do nordeste do Brasil.

Como já havia sido alertado por Carlos Hasenbalg, o racismo é compatível com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A dominação racial e o *status* inferior do negro persiste porque o racismo assume novas configurações e continua a atender interesses materiais e simbólicos da elite branca dominante, por meio da desqualificação dos negros em várias dimensões. A industrialização não eliminou a raça como critério de estruturação das relações sociais. “Embora a industrialização e o desenvolvimento econômico possam diminuir o grau das desigualdades raciais, a posição relativa dos grupos raciais na hierarquia social não é substancialmente alterada” (HASENBALG, 2005, p. 173).

Quanto aos principais elementos que atuam estimulando a segregação involuntária da população negra para os territórios marginalizados da cidade a exemplo do Jd. São Marcos constata-se que os fatores são múltiplos e correlacionados, destacando-se os seguintes elementos: a pobreza estrutural da população negra; a discriminação racial; a baixa qualificação educacional e ocupacional; vestígios da influência de políticas oficiais de embranquecimento ou padrões inspirados no eugenismo; presença de padrões tradicionalistas segregadores; ausência de políticas públicas específicas e reparatórias. Verifica-se que os

deslocamentos das famílias negras só terminam quando estas chegam ao seu limite, iniciando invasões e finalmente adquirindo o seu terreno próprio em territórios segregados e estigmatizados.

As análises interpretativas que consideram tanto os valores sociais quanto as atitudes individuais dos deslocamentos espaciais intra-urbanos apontam principalmente para problemas de natureza econômica. Nas atitudes individuais declaradas para os deslocamentos fica evidente a falta de condições para pagar aluguel e o movimento em busca da casa própria. A face urbana desse processo é o afastamento do negro dos espaços mais consolidados e de maior prestígio social da cidade e seu isolamento nos territórios marginalizados.

Embora tenham ocorrido avanços no Jardim São Marcos desde o início da sua ocupação (instalação da rede elétrica, água encanada, coleta de lixo, instalação da rede de esgoto, asfaltamento), a vida nesse território ainda é bastante precária. Mesmo assim, de modo geral, os moradores mostram-se satisfeitos, ou melhor, estes têm consciência de que dificilmente terão condições de morar em outro lugar. Os entrevistados já passaram por tantas dificuldades que o modo como vivem hoje, na concepção da maioria, representa grande avanço, principalmente pelo fato de atualmente possuírem uma casa própria, ainda que precária e não precisar pagar aluguel. Esses moradores se articulam, se mobilizam e lutam por melhorias em seu bairro já que a esperança de sair do assentamento, embora exista, é pequena. E apesar de todas as dificuldades enfrentadas cotidianamente no território segregado, notam-se fortemente os laços de solidariedade e o sentimento comunitário existente nesses espaços, fato este que já havia sido analisado por Robert Park (1979: 34).

Londrina conta com um número expressivo de territórios ocupados irregularmente que têm sido regularizados pela prefeitura. Mediante a explosão demográfica da cidade, optou-se por construir casa para a população mais pobre, dando-lhes habitações que já nasciam em condições subnormais, assemelhando-se a favelas e, determinando assim, o que é bom para os pobres. Esse mecanismo por parte do governo municipal, que vem cada vez mais reforçando a ideologia da casa própria, bem como legalizando e assentando cada vez mais pessoas, intensifica nitidamente a ordem segregadora e induz estas pessoas a acreditarem que aquele pedaço de terra é o melhor que poderiam conseguir.

A cidade de Londrina, com seus arranjos sócio-espaciais contribui para a formação de uma nova configuração para o confinamento negro em espaços de segregação e invisibilidade. A partir de sua intensa expansão demográfica e econômica, configurou-se o espaço urbano de riqueza e poder e, simultaneamente a segregação racial na formação do

intenso processo de legalização dos assentamentos urbanos, resultante do deslocamento de famílias pobres e negras para os territórios cuja cidadania é limitada.



## REFERÊNCIAS

- ARCHELA, Rosely Sampaio *et al.* **Conjuntos habitacionais**. Londrina, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/atlasambiental/EXPANSAO/CONJUNTOS.htm>>. Acesso em: 21 set. 2012.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BARCELLOS, Tanya M.; MAMMARELLA, Rosetta. O significado dos condomínios fechados no processo de Segregação espacial nas metrópoles. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12., Belém, 2007. **Anais...** Belém, 2007.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branco e negro em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1971.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 479-488.
- BOMFIM, Manoel. **O Brasil nação: realidade da soberania brasileira**. 2. ed. 1996.
- BONI, Paulo César. **Fincando estacas!** a história de Londrina (década de 30) em textos e imagens. Londrina, 2004.
- BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Comunicados do IPEA – dinâmica demográfica da população negra brasileira**, n. 91, 2011.
- BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes** / Fausto Brito. BeloHorizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. (Texto para Discussão; 366).
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos Cebrap**, n. 47, p.155, mar. 1997.
- CAMPOS, Andreilino de Oliveira. As questões étnico-raciais no contexto de segregação socioespacial na produção do espaço urbano brasileiro: Algumas considerações teórico-metodológicas. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Brasília, DF: ABPN, 2012.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- COELHO, Edmundo Campos (1939-2001). Criminalização da Marginalidade e Marginalização da Criminalidade. In: COELHO, Magda Prates. **A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- CORDEIRO, Adriana S.; Szücs, Carolina P. Avaliação funcional de habitações autoconstruídas – um estudo de caso em Maceió – AL. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 10, n. 11, p. 57-78, dez. 2003.

COSTA PINTO, Luiz Aguiar. **O negro no Rio de Janeiro**. São Paulo: Cia. E. Nacional, 1952.

COULON, Alain. **A escola de chicago**. Campinas: Papirus, 1995.

CÔRTEZ, Geraldo de Menezes. **Migração e colonização no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

CUNHA JR., Henrique; RAMOS, Maria Estela Rocha. Territórios de maioria afrodescendente: segregação urbana, cultura e produção da pobreza da população negra nas cidades brasileiras. **Revista Desenvolvimento Social**. Montes Claros, n. 2, dez. 2008.

DIWAN, Pietra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.

DORES, Júlia Luciana Pereira das. **Exclusão social, políticas públicas e representações sociais na cidade de Londrina – PR: um olhar sobre o Assentamento Urbano Jardim Maracanã**. Presidente Prudente: UNESP, 2005.

EUFRASIO, Mário A. **Estrutura urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940)**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP/Editora 34, 2013.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Data da Digitalização: 2004. Data Publicação Original: 1963. Disponível em: <<http://www.se-rj.com.br/IBMR/TEXTOS%20IBMR/institucional2011sem01noite/ESTIGMA.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

GUTIÉRREZ, Horácio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. **História São Paulo**, v. 25, n. 1, p. 100-122, 2006.

JÚNIOR, Jackson Gomes; SILVA, Luís Geraldo da; COSTA, Paulo Afonso Bracarense. **Paraná negro**. Curitiba: UFPR/PROEC, 2008.

FEITOSA, Flávia Fonseca. **Índices espaciais para mensurar a segregação residencial: o caso de São José Dos Campos (Sp)**. Dissertação (Mestrado do Curso de Pós Graduação em Sensoriamento Remoto) - São José dos Campos, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro à sociedade de classes**. São Paulo, 1964.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez, 1989.

FRESCA, Tania Maria et al. **Ocupações irregulares**. Londrina, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FRUGOLLI JUNIOR, Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

GRAFMEYER, Yves. **Sociologia urbana**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1994.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

HUGHES, Pedro Javier Aguerre. HUGHES, Pedro Javier Aguerre. Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referências para a formulação de políticas públicas. **Perspec.** [online], São Paulo, v. 18, n. 4, p. 93-102, 2004.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional**. São Paulo: Hucitec Curitiba: Scientiaet Labor, 1988.

LAGO, Luciana Corrêa do. **Avaliação crítica dos trabalhos sobre segregação residencial urbana em São Paulo e no Rio de Janeiro**. 2005. Disponível em: <[http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/lago\\_segregacao.pdf](http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/lago_segregacao.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2013.

LONDRINA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010: Características da População e dos Domicílios: Resultados do Universo**, 2011.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado. **Espaço & Debates: Segregações Urbanas**. São Paulo: Imprensa da Fé, v. 24, n. 45, jan./jul. 2004.

MARTINS; Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente**. Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

MATA, Milton da. **Urbanização e migrações**. Pesquisa e planejamento econômico. Rio de Janeiro: outubro, 1973.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. 2. ed. Maringá: EDUEM, 2009.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do Nosso Tempo**, Rondonópolis - MT, v. 7, n. 8, p. 129-153, 2008.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga**. São Paulo: EDUSP, 1998.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes de; JANNUZZI, Paulo de Martino. Motivos para migração no Brasil e retorno ao nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 134-143, out./dez. 2005.

PAIXÃO, Marcelo. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

PINHEIRO, Luana; MADSEN, Nina. **As Mulheres negras no trabalho doméstico remunerado: Desafios do Desenvolvimento** – IPEA, 2012.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, Secretaria de Planejamento–DP/GPI. **Perfil do Município De Londrina – 2011 (Ano-Base 2010)**. Londrina, 2011.

PRÉTECEILLE, Edmond. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. **Espaço e Debates**. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, jan./jul., p. 11 – 23, 2004.

RAEDERS, Georges. **O conde Gobineau no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

RAZENDE, Nestor. Segregação socioespacial nas cidades da Região Metropolitana de Londrina – Paraná – Brasil. **Arquitextos - Vitruvius**, n. 137.06, 2011.

REZENDE, Maria José de. A Sociologia como forma de intervir no melhoramento da vida humana: as ideias de Costa Pinto e as de Guerreiro Ramos lidas à luz de algumas considerações sobre as ciências sociais e o mundo de hoje. **MNEME Revista de Humanidades**, v. 7, n. 14, fev./mar. 2005.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan; Fase, 2005. p. 1-22.

RIVERO, Patrícia S. Segregação urbana e distribuição da violência: Homicídios georreferenciados no município do Rio de Janeiro. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 3, n. 9, p. 117-142, Jul/Ago/Set. 2010.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1997.

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro). **Estudos Afro-asiáticos**. Rio de Janeiro, n. 17, 1989.

SABATINI, Francisco; SIERRALTA, Carlos. Medição da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (Org.). **Novas metrópoles paulistas - população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006. p. 169-195.

SANTOS, Hélio. Uma Avaliação do Combate às Desigualdades Raciais no Brasil. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn (Org.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2000.

SANTOS, Milton. **O espaço cidadão**. São Paulo: Ed. Nobel, 1993.

SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Brasília, DF: ABPN, 2012.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Afinal, qual é a das UPPs? **Observatório das metrópoles**, março de 2010. Disponível em: <[www.observatoriodasmetrolopes.ufjf.br](http://www.observatoriodasmetrolopes.ufjf.br)>. Acesso em: 7 set. 2013.

SILVA, Maria Nilza. **Nem para todos é a cidade**: segregação urbana e racial em São Paulo. Brasília, DF: Fundação Cultural dos Palmares, 2006.

SILVA, Maria Nilza. O negro em Londrina: da presença pioneira negada à fragilidade das ações afirmativas na UEL. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico** v. 82, n. 82, mar. 2008.

SILVA, Maria Nilza. População negra: Segregação e invisibilidade em Londrina. In: SANTOS, Renato Emerson (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis, RJ: DP et al. Brasília, DF: ABPN, 2012.

SINGER, Paul, 1932. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, Paul. Radiografia da democracia racial brasileira. - Racismo cordial. **Data Folha**, p.69-81, 1995.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 20, p. 137-152, abr. 1994.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingang da Bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê Meridional em Movimento. Tese (Doutorado) - , USP Antropologia Social, São Paulo, 1995.

VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs). **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VELHO, Otávio Guilherme (Org.), **O fenômeno urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, p. 37-58, 2011.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012**: a cor dos homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade:** estudos sobre a marginalidade avançada. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WIEVIORKA, Michel. **O racismo:** uma introdução. São Paulo: Perspectiva, 2007.

**ANEXOS**

## ANEXO A

### Imagens do Bairro



Jd. São Marcos, 2007.



Jd. São Marcos, 2007.





Jd. São Marcos 2012.



Jd. São Marcos 2012.

## ANEXO B

## ENTREVISTADOS

<b>1. ADRIANA</b>		<b>Entrevista realizada em março de 2007</b>
<b>Sexo</b>	Feminino	
<b>Idade</b>	48 anos	
<b>Estado/Cidade Natal</b>	Loanda-Paraná	
<b>Estado Civil</b>	Viúva	
<b>Filhos</b>	3	
<b>Estado de Nascimento dos Pais</b>	Bahia	
<b>Tempo de Moradia em Londrina</b>	38 anos	
<b>Bairro e Tempo De Moradia</b>	Jardim São Marcos, Zona Sul, 8 anos	
<b>Escolaridade</b>	Ensino Médio Completo	
<b>Trabalho/Ocupação</b>	Doméstica e Dona de Casa	
<b>Cor Autodeclarada</b>	“Olha eu sou... eu falo morena, mas a gente, como é filhos de pessoas que veio...é negro, né? Então eles falam cor parda na nossa documentação, né? Mais uma cor morena, não tão escura, mas é morena escura. Cê tá me vendo cê vai ver que não é tão...não sou bem negra, né? Minha mãe não veio de família negra, meu pai sim. Meu pai é negro mesmo, de família negra, né? Então eu sou descendente”	
<b>2.ANDERSON</b>		<b>Entrevista realizada em dezembro de 2012</b>
<b>Sexo</b>	Masculino	
<b>Idade</b>	36 anos	
<b>Estado/Cidade Natal</b>	Londrina, Paraná	
<b>Estado Civil</b>	Casado há	
<b>Filhos</b>	2	
<b>Estado de Nascimento dos Pais</b>	Porecatu/Paraná (mãe) São Paulo (pai)	
<b>Tempo de Moradia em Londrina</b>	36 anos	
<b>Bairro e Tempo de Moradia</b>	Jardim São Marcos, 5 anos	
<b>Escolaridade</b>	Ensino médio completo	
<b>Trabalho/Ocupação</b>	Eletricista	
<b>Cor autodeclarada</b>	“Eu sou negro. E com orgulho ainda!”	
<b>3 ÂNGELA</b>		<b>Entrevista realizada em dezembro de 2012</b>
<b>Sexo</b>	Feminino	
<b>Idade</b>	43 anos	
<b>Estado/Cidade Natal</b>	Cornélio Procópio, Paraná	
<b>Estado Civil</b>	Casada	
<b>Filhos</b>	6 filhos	
<b>Estado de Nascimento dos Pais</b>	Minas Gerais	
<b>Tempo de Moradia em Londrina</b>	16 anos	
<b>Bairro e Tempo de Moradia</b>	Jardim São Marcos, Zona Sul, 15 anos	
<b>Escolaridade</b>	Ensino fundamental incompleto	
<b>Trabalho/Ocupação</b>	Do lar, auxiliar de serviços gerais, desempregada por problemas de saúde.	
<b>Cor autodeclarada</b>	“Ah, eu vejo no meu registro parda. eu me vejo como negra mesmo, esse negócio de pardo eu nem entendo muito bem”.	

**4 ELISA****Entrevista realizada em novembro de 2012**

<b>Sexo</b>	Feminino
<b>Idade</b>	41 anos
<b>Estado/Cidade Natal</b>	Londrina, Paraná
<b>Estado Civil</b>	Solteira
<b>Filhos</b>	4
<b>Estado de Nascimento dos Pais</b>	Paraná (mãe) Bahia (pai)
<b>Tempo de Moradia em Londrina</b>	41 anos
<b>Bairro e Tempo de Moradia</b>	Jardim São Marcos, Zona Sul, 10 anos
<b>Escolaridade</b>	Ensino fundamental incompleto
<b>Trabalho/Ocupação</b>	Foi operadora de máquinas, doméstica e atualmente é do lar
<b>Cor autodeclarada</b>	“Negra”.

**5 JORGE****Entrevista realizada em dezembro de 2012**

<b>Sexo</b>	Masculino
<b>Idade</b>	39 anos
<b>Estado/Cidade Natal</b>	Distrito de Paiquerê, Londrina, Paraná
<b>Estado Civil</b>	Casado há 19 anos
<b>Filhos</b>	2
<b>Estado de Nascimento dos Pais</b>	Bahia
<b>Tempo de Moradia em Londrina</b>	39 anos
<b>Bairro e Tempo de Moradia</b>	Jardim São Marcos, 14 anos
<b>Escolaridade</b>	Ensino fundamental incompleto
<b>Trabalho/Ocupação</b>	Pedreiro
<b>Cor autodeclarada</b>	“Negro. No registro deu um rolo porque veio branco, mas depois eles mudaram para pardo”

**6 LOURENÇO****Entrevista realizada em maio de 2007**

<b>Sexo</b>	Masculino
<b>Idade</b>	81 anos
<b>Estado/Cidade Natal</b>	Pernambuco
<b>Estado Civil</b>	Casado
<b>Filhos</b>	14
<b>Estado de Nascimento dos Pais</b>	Pernambuco
<b>Tempo de Moradia em Londrina</b>	50 anos
<b>Bairro e Tempo de Moradia</b>	Jardim São Marcos, Zona Sul, 10 anos
<b>Escolaridade</b>	Sem escolaridade
<b>Trabalho/Ocupação</b>	Trabalhava em pedreiras. Aposentado
<b>Cor autodeclarada</b>	“Lá pra terra que eu conheço, chamava Cabo verde, né?”

**7 NAIR****Entrevista realizada em maio de 2007**

<b>Sexo</b>	Feminino
<b>Idade</b>	71 anos
<b>Estado/Cidade Natal</b>	Sergipe
<b>Estado Civil</b>	Casada
<b>Filhos</b>	14
<b>Estado de Nascimento dos Pais</b>	Sergipe
<b>Tempo de Moradia em Londrina</b>	50 anos
<b>Bairro e Tempo de Moradia</b>	Jardim São Marcos, Zona Sul, 15 anos
<b>Escolaridade</b>	Sem escolaridade
<b>Trabalho/Ocupação</b>	Aposentada
<b>Cor Autodeclarada</b>	“Ah, do jeito que eu sou eu me considero morena”.

**8 RITA****Entrevista realizada em dezembro de 2012**

<b>Sexo</b>	Feminino
<b>Idade</b>	52 anos
<b>Estado/Cidade Natal</b>	Londrina, Paraná
<b>Estado Civil</b>	Casada
<b>Filhos</b>	2
<b>Estado de Nascimento dos Pais</b>	Minas Gerais
<b>Tempo de Moradia em Londrina</b>	32 anos
<b>Bairro e Tempo de Moradia</b>	Jardim São Marcos, Zona Sul, 15 anos
<b>Escolaridade</b>	Ensino Fundamental incompleto
<b>Trabalho/Ocupação</b>	Atualmente é babá. Já foi zeladora e auxiliar de serviços gerais
<b>Cor autodeclarada</b>	“Eu me defino como negra”.

**9 SILVANA****Entrevista novembro em dezembro de 2012**

<b>Sexo</b>	Feminino
<b>Idade</b>	32 anos
<b>Estado/Cidade Natal</b>	Londrina, Paraná
<b>Estado Civil</b>	Solteira
<b>Filhos</b>	4 filhos
<b>Estado de Nascimento dos Pais</b>	Paraná (mãe), Bahia (pai)
<b>Tempo de Moradia em Londrina</b>	32 anos
<b>Bairro e Tempo de Moradia</b>	Jardim São Marcos, Zona Sul, 10 anos
<b>Escolaridade</b>	Ensino fundamental incompleto
<b>Trabalho/Ocupação</b>	Auxiliar de serviços gerais, doméstica, pedreira e atualmente é do lar
<b>Cor autodeclarada</b>	“Negra”.

**10 VÂNIA****Entrevista realizada em novembro de 2012**

<b>Sexo</b>	Feminino
<b>Idade</b>	45 anos
<b>Estado/Cidade Natal</b>	Jacarezinho, Paraná
<b>Estado Civil</b>	Casada
<b>Filhos</b>	3
<b>Estado de Nascimento dos Pais</b>	Paraná (mãe) Minas Gerais (pai)
<b>Tempo de Moradia em Londrina</b>	32 anos
<b>Bairro e Tempo de Moradia</b>	Jardim São Marcos, Zona Sul, 15 anos
<b>Escolaridade</b>	Ensino Fundamental incompleto
<b>Trabalho/Ocupação</b>	Doméstica
<b>Cor autodeclarada</b>	“Negra”.

## ANEXO C

### Roteiro para entrevista

#### 1) Identificação

- a. Nome
- b. Sexo
- c. Idade
- d. Local de nascimento
- e. Local de nascimento dos pais
- f. Estado civil
- g. Número de filhos
- h. Cor (auto-declarada)

#### 2) Trajetória profissional

- a. Qual é a sua profissão?
- b. Você trabalha em que empresa ou por conta própria?
- c. Quanto tempo você trabalha por semana?
- d. Quanto tempo você gasta para chegar a seu trabalho?
- e. Quais são os meios de transporte que você utiliza para ir ao trabalho?
- f. Como você se sente em seu trabalho?
- g. Você já foi vítima de discriminação racial em seu trabalho?
- h. Você já teve dificuldades para encontrar trabalho por causa de sua cor?
- i. Você já ficou desempregado algum tempo?
- j. Se sim, quanto tempo?
- k. Você já perdeu um emprego por causa de sua cor?
- l. Se não, por quê?
- m. Você trabalha em mais de uma empresa?
- n. Se sim, quais?
- o. Em seu trabalho atual, como é a relação com as pessoas que trabalham mais próximas?
- p. Como é a sua relação com seus chefes e superiores?
- q. Você tem ou já teve dificuldades para estabelecer vínculos com as pessoas que trabalham com você?
- r. Qual é a cor das pessoas que trabalham mais próximas de você?
- s. No seu ambiente de trabalho há algum momento em que você e seus colegas de trabalho discutem assuntos ou situações relacionadas à questão racial/cor?
- t. Se sim, qual a frequência? E quais os assuntos mais recorrentes?
- u. Você acredita que a cor das pessoas pode influenciar nas suas relações pessoais?
- v. O que você pensa sobre o sistema de cotas para as pessoas negras nas empresas?
- w. Relação trabalho X moradia.

**3) Trajetória educacional**

- a. Qual é a sua formação?
- b. Como foi a sua experiência em relação à sua cor em sua vida escolar?
- c. Qual foi o papel de seus professores em relação à questão racial/cor?
- d. Na sua trajetória escolar houve alguma situação relacionada a cor/raça que tenha te marcado?
- e. Se sim, você poderia descrevê-la?
- f. Qual a cor de seus amigos mais próximos na escola?
- g. Você acredita que a questão de cor/raça tenha influenciado em suas relações escolares?

**4) Trajetória no bairro** (tratamento de Você, Senhor, dependendo de cada situação)

- a. Anotar o tipo de habitação (pensão, casa de cômodos, apartamento, casa, sobrado...)
- b. Você é proprietário, inquilino ou cessionário de sua residência?
- c. Você possui outras propriedades? Se sim, onde?
- d. Desde quando você habita este bairro? Cidade? Estado? Habitação?
- e. Anteriormente, onde você habitava?
- f. O que você pensa sobre seu antigo bairro?
- g. E do bairro atual, o que você pensa?
- h. Desde o seu nascimento, quantas vezes você já mudou de casa e de bairro?
- i. Onde você mais gostou de morar?
- j. Por quê?
- k. Em qual bairro você encontrou mais dificuldade?
- l. Quais dificuldades?
- m. Por quê?
- n. Nesse bairro (atual), você tem amigos e colegas?
- o. Como é a sua relação com os vizinhos?
- p. Você tem vizinho negro?
- q. Quais são as pessoas mais próximas em seu bairro? (citar nome)
- r. Qual a cor de cada pessoa?
- s. Você já vivenciou conflitos com os seus vizinhos?
- t. Com quem e quais as razões?
- u. O que você pensa sobre o seu bairro?
- v. No seu bairro possui espaços de lazer?
- w. Como são esses espaços?
- x. Os jovens de seu bairro precisam sair para outros bairros para se divertirem?
- y. O que as pessoas falam sobre o seu bairro?
- z. Como a sua família se sente neste bairro?
- aa. O que pensa seu cônjuge sobre o bairro?
- bb. O que você mais gosta e o que menos gosta no seu bairro?

**5) Trajetória familiar**

- a. Qual é a profissão de seus pais?
- b. Você viveu com seus pais durante toda sua infância?
- c. Como foi sua infância?
- d. Com quem você morou em sua infância?
- e. Você se lembra de seus colegas e amigos de infância? Fale um pouco deles.
- f. Qual é a cor dos seus colegas e amigos de infância?
- g. Você já foi discriminado quando era criança por causa de sua cor?
- h. Se sim, em qual situação?
- i. A questão racial ou de cor era discutida em seu ambiente familiar?
- j. Como foi a sua vida de família?
- k. Você percebeu algum apelido por causa de sua cor quando era criança?
- l. Qual foi a sua reação?
- m. Qual a avaliação que você faz de sua situação atual e de seus pais? Melhorou ou piorou? Por quê?

**Em relação a seus filhos**

- a. Como seus filhos vivem a questão da cor/raça?
- b. Você conversa com eles sobre esta questão?
- c. Como é a relação de seus filhos com os vizinhos?
- d. Onde seus filhos brincam? Onde freqüentam?
- e. Qual é a cor dos colegas ou amigos mais próximos de seus filhos?
- f. Seus filhos já sofreram algum tipo de preconceito por causa da cor?
- g. Na escola de seus filhos, a maioria das crianças são brancas ou negras?
- h. Você acredita que a questão racial possa influenciar a educação de seus filhos?
- i. Se sim, em que sentido?
- j. Seus filhos já tiveram algum problema por causa da cor?
- k. Se sim, como foi a reação?
- l. Seus filhos já receberam apelidos ligados à questão racial?
- m. Se sim, como foi a reação?
- n. Como Você percebe a sua relação com a escola de seus filhos?

**6) Trajetória da vida social**

- a. Como é a sua vida social? Você poderia descrevê-la?
- b. Você tem amigos com os quais pode contar a todo instante?
- c. Qual é a cor das pessoas mais próximas de você?
- d. Você acredita que a cor das pessoas possa influenciar em suas relações de amizade?
- e. Qual é seu lazer preferido e como o vivencia?
- f. Você participa de alguma associação esportiva, clube ou associação de bairro?
- g. Você participa de algum movimento popular ou partido político?
- h. Você participa de movimento ou grupo de mulheres (para as mulheres)?

- i. Você participa de alguma instituição do movimento negro? Se sim, qual?
- j. Você tem religião? Se sim, qual?
- k. Como a religião influencia sua vida?
- l. Com qual frequência você vai a igreja ou a sua instituição religiosa?
- m. Você acredita que a cor/raça influencia suas relações cotidianas na instituição religiosa que participa?
- n. Você frequenta outros bairros em busca de lazer? Quais?

#### **7) Trajetória da vida afetiva**

- a. Você poderia falar de suas relações afetivas?
- b. Você já teve namorados brancos ou somente negros?
- c. Você acredita que a cor pode influenciar a relação afetiva?
- d. Você já encontrou alguma dificuldade relacionada à questão racial/cor em suas relações afetivas?
- e. Se sim, por quê?
- f. Atualmente, qual é o seu estado civil?
- g. Qual a cor de seu cônjuge? (no caso de ser casado ou morar com alguém)

#### **8) Saúde**

- a. Você poderia falar sobre sua saúde?
- b. O que você faz para manter sua saúde física e mental?
- c. Você acredita que a raça/cor pode influenciar o diagnóstico ou tratamento de um médico, enfermeiro...?
- d. Você já passou por alguma situação parecida?
- e. Se sim, qual foi a sensação?

#### **9) Sobre a questão racial/cor**

- a. O que você pensa sobre a questão racial em seu cotidiano?
- b. Como você vê os movimentos sociais que lutam pela causa racial, por exemplo o Movimento Negro?
- c. Você acredita que a luta desses movimentos possa modificar as relações raciais no Brasil?